



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE COMUNITÁRIA



AMANDA ALMEIDA ALVES

**IDENTIDADES E FEMINILIDADE EM NARRATIVAS
AUTOBIOGRÁFICAS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM
SALVADOR**

Salvador
2017

AMANDA ALMEIDA ALVES

**IDENTIDADES E FEMINILIDADE EM NARRATIVAS
AUTOBIOGRÁFICAS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM
SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, na área de concentração de Ciências Sociais em Saúde, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Saúde Comunitária.

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Vasconcelos da Silva

Salvador
2017

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Almeida Alves, Amanda
Identidades e Feminilidade em Narrativas
Autobiográficas de Mulheres Trans e Travestis em
Salvador / Amanda Almeida Alves. -- Salvador, 2017.
122 f.

Orientador: Luís Augusto Vasconcelos Da Silva.
Dissertação (Mestrado - Mestrado Acadêmico em Saúde
Comunitária) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Saúde Coletiva, 2017.

1. identidade. 2. feminilidade. 3. corpo. 4.
mulher-trans. 5. travesti. I. Da Silva, Luís Augusto
Vasconcelos. II. Título.



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

AMANDA ALMEIDA ALVES

Identities and femininity in autobiographical narratives of trans women and travesti in Salvador

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Dissertação, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Data de defesa: 22 de janeiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Augusto Vasconcelos da Silva – IHAC/UFBA (orientador)

Prof. Dra. Maria Inês Costa Dourado – ISC/UFBA

Prof. Dra. Elena Calvo González – FFCH/UFBA

Salvador

2018

Dedico este trabalho a todas as mulheres, de variadas genitálias, que deixaram suas marcas em mim.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, parte importante de minha trajetória, é fruto da colaboração de várias pessoas que caminharam comigo ao longo deste processo. Por isso, deixo aqui a minha gratidão e carinho.

Agradeço, antes de tudo, a meus pais, Kátia Almeida Alves e Amauri Alves pelo apoio incondicional;

A meu irmão, Michel Almeida Alves, pelo companheirismo de sempre;

Às participantes desta pesquisa, pela colaboração;

À equipe PopTrans, pelo trabalho conjunto;

Aos amigos que sempre me deram apoio ao longo dessa jornada;

Aos colegas e amigos do mestrado, por terem tornado este processo muito mais rico e prazeroso;

Aos amigos da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, pelo incentivo;

Às funcionárias da Secretaria da Pós-graduação do ISC, pela disponibilidade;

Ao Professor Luís Eugênio Portela, pela compreensão;

À Professora Mônica Lima, Molije, do Instituto de Psicologia, pela inspiração desde os tempos da graduação;

À Professora Greice Menezes, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação;

À Professora Elena Calvo, pelos ensinamentos e contribuições;

À Professora Inês Dourado, pela generosidade do acolhimento, apoio e compartilhamento de conhecimentos;

Por fim, agradeço ao Professor Luís Augusto, meu orientador. A Guga, agradeço a paciência, a delicadeza, o olhar sensível, as falas precisas e a generosidade de um grande mestre.

A conscientização não consiste, portanto, em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais. Não há saber verdadeiro que não seja essencialmente vinculado com um saber transformador sobre a realidade, mas não há saber transformador da realidade que não envolva uma mudança de relações entre os seres humanos. (Ignácio Martín-Baró)

ALVES, Amanda Almeida. **Identidades e feminilidade em narrativas autobiográficas de mulheres trans e travestis em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária). Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2017.

RESUMO

A saúde de pessoas transgêneras tem sido foco de diversos embates institucionais, seja pela atuação de movimentos sociais na reivindicação por uma maior oferta de cuidados e atenção direcionada aos determinantes sociais da saúde que afetam diretamente esta população, nas discussões inerentes ao processo transexualizador vinculado ao Sistema Único de Saúde ou nas lutas travadas em torno da despatologização das identidades de gênero que escapam à lógica dicotômica hegemônica. Em meio à violência do cotidiano, também perpetrada pelas instituições, pessoas trans reivindicam autonomia sobre suas próprias identidades, a garantia do acesso a técnicas seguras de modificação corporal e o direito à autoidentificação. Neste processo, tanto redefinem noções de masculinidade e feminilidade, borrando-as ao desfazer suas artificiais fronteiras, quanto podem reforçá-las na medida em que reproduzem discursos hegemônicos. Este trabalho analisa discursos sobre corpo, identidades e feminilidade nas narrativas autobiográficas de mulheres trans e travestis, com foco no processo de construção de identidades transfemininas. Assim, tem como objetivo conhecer e comparar os discursos de mulheres trans e travestis sobre as práticas de produção de suas identidades e modelo de feminilidade – e compreender os sentidos e repercussões destes processos. Para isso, foram analisadas 14 entrevistas semiestruturadas com mulheres trans e travestis, com idades entre 21 a 59 anos e ocupações variadas. A partir da noção de que as identidades trans se situam no amplo escopo de possibilidades de vivência de gênero, construídas a partir de esforços no sentido de produzir atos corporais, portanto performativos, que estejam de acordo com padrões estéticos hegemônicos, norteados majoritariamente para a cis-heterossexualidade. Portanto, as narrativas de construção de identidades transfemininas foram analisadas a partir do conceito butleriano de performance, levando-se em consideração os elementos interseccionados ao gênero. Assim, concluiu-se que a construção de identidades transfemininas segue um modelo aqui denominado como “etapista”, com base em performances de gênero associadas à feminilidade, destacando-se inicialmente a criação afeminada e as categorizações referentes à homossexualidade masculina. A demarcação da passagem para a identidade trans é relatada como associada a modificações corporais de teor mais permanente, no sentido de alcançar o modelo de feminilidade almejado, a partir de noções relativas à ideia de passabilidade e feminilidade hegemônica. Em meio à busca por inteligibilidade, identificou-se que mulheres trans estabelecem relações de hierarquização a partir da associação das travestis à marginalidade e à “fantasia”. Nesse aspecto, a fluidez identitária apresentada por algumas participantes – já presente na lógica “etapista” de construção da transfeminilidade – não foi capaz de dirimir concepções rígidas baseadas em ideias vinculadas a uma feminilidade hegemônica que conduz, por exemplo, à submissão nas relações com parceiros íntimos, tal qual à busca pela passabilidade estética e “comportamental” dentro deste modelo. A partir da noção de que a produção de identidades é relacional, observou-se as contradições inerentes às relações entre pares, com familiares e parceiros íntimos, assim como as violências e resistências frente a variados tipos de exclusão social.

Palavras-chave: identidade, feminilidade, corpo, mulher-trans, travesti.

ABSTRACT

The health of transgender people has been the focus of several institutional discussions, headed either by the actions of social movements demanding major offers of health care and directed attention to the social determinants of health that directly affect this population, also among the discussions inherent to the transexualization process available in Brazilian Public Health System (SUS) or through the struggles towards pathologization of gender identities that escape the hegemonic dichotomous logic. In the midst of everyday violence, also perpetrated by institutions, trans people claim for autonomy over their own identities, guaranteed access to safe techniques of body modification and the right to self-identification. In this process, they redefine notions of masculinity and femininity, blurring them by undoing their artificial borders, but can also reinforce them as they reproduce hegemonic discourses. This work analyzes discourses about body, identities and femininity in the autobiographical narratives by transgender women and travestis, focusing on the construction of transfeminine identities. Thus, it aims to know and compare the discourses of transgender women and travestis about the production practices of their identities and femininity – and to understand the meanings and repercussions of these processes. For this purpose, 14 semi-structured interviews with transgender women and travestis, from 21 to 59 years old and multiple occupations, were analyzed. From the notion that trans identities lie within the great scope of gender experience possibilities, built by efforts to produce body acts, therefore performative, based in hegemonic aesthetic standards, mainly oriented to cis-heterosexuality. Therefore, the narratives of the construction of transfeminine identities were analyzed based on Butlerian performance, taking into consideration the elements intersected with gender. Thus, the study concluded that the construction of transfeminine identities follows a model here named “stagist”, based on gender-related performances of femininity, initially emphasizing the effeminate child and the male homosexuality categories. The passage to a trans identity is reported as being associated to more body changes, in the sense of reaching the desired femininity, based on notions related to the idea of *passing* and hegemonic femininity. Searching for intelligibility, it has been identified that trans women establish hierarchical connections based on the association of travestis with marginality and “fantasy”. In this aspect, the identity fluidity presented by some participants – already in the “stagist” construction of transfemininity – was not able to dissolve rigid conceptions based on ideas linked to a hegemonic femininity that leads, for example, to submission in their relationships with intimate partners, as well as to the search for aesthetic and “behavioral” passiveness based on this model. Based on the notion that the production of identities is relational, contradictions in their relationships with transgender pairs, relatives and intimate partners have been observed, as well as violence and resistance in social exclusion contexts.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Perfil das Participantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	13
3. POLÍTICAS DE SAÚDE E (DES)PATOLOGIZAÇÃO.....	14
3.1 População trans e políticas de saúde no Brasil: um breve histórico.....	14
3.2 (Des)Patologização das identidades trans.....	16
4. FEMINISMOS, CORPOS E IDENTIDADES.....	22
4.1 Gênero e colonialismo.....	24
4.2 Feminismos dissidentes.....	25
4.3 O Transfeminismo.....	27
4.4 Passabilidade e trânsitos identitários como estratégias de fuga das margens.....	30
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	35
5.1 O Estudo PopTrans.....	35
5.2 O recrutamento das participantes do Estudo PopTrans.....	36
5.3 As participantes desta dissertação.....	37
5.4 Análise das narrativas.....	39
6. A QUESTÃO IDENTITÁRIA: DO AFEMINADO À MULHER.....	43
6.1 Transfeminilidade: uma construção “etapista”.....	44
6.2 A Metafísica da Substância: “ <i>Nasci trans</i> ”.....	47
6.3 A criança afeminada: “Ai, era bastante afeminada, afetada... Afetadíssima!”.....	51
6.4 As Categorias Identitárias vinculadas à homossexualidade: “Queria viver o mundo da diversidade como gay e adotar todas as evoluções daí em diante”.....	55
6.5 Agenciamento: “Coloquei megahair. Tinha um desejo muito grande de ser mulher.”.....	60
7. O CORPO: “PARA DESCONSTRUIR O HOMEM E PRODUZIR A MULHER, SÓ NO SILICONE.”.....	65
7.1 Da falha moral ao destino natural: travesti ou trans?.....	76
8. IDENTIDADES RELACIONAIS.....	91
8.1 Produção das identidades trans em outros espaços de interação: tensionamentos e vivências possíveis.....	102
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
APÊNDICE I.....	119

1. INTRODUÇÃO

A saúde de pessoas transgêneras¹ tem sido objeto de embates em diversos espaços institucionais. Este trabalho se destina a apresentar discursos sobre corpo, identidades e feminilidade nas narrativas autobiográficas de mulheres trans e travestis, ao recontar suas trajetórias no processo de construção de identidades transfemininas.

No campo acadêmico, Gontijo (2014) divide o início dos estudos sobre as vivências da população LGBT brasileira – ainda com foco na homossexualidade masculina – em três eixos: aquele das ciências biomédicas e da psicologia, de caráter patologizante e com viés moral acerca das práticas sexuais; os estudos realizados no campo das ciências humanas, voltados para a classificação de práticas e identidades; além do campo literário, com suas incursões pela reflexão moral vinculada ao exercício das sexualidades e a exotização de práticas em geral vinculadas a vivências estigmatizadas. Ainda assim, as experiências de lésbicas, travestis e pessoas trans seguiam invisibilizadas por estes estudos. Apenas a partir da década de 2000, elas passam a protagonizar, de modo mais intenso, os escritos acadêmicos.

Já no campo da saúde, se o início do cuidado à população LGBT, no Brasil, foi marcado pela tentativa de controle da epidemia de HIV/AIDS, foi a organização social e a incorporação da agenda das pessoas trans femininas pelos movimentos sociais que contribuíram largamente para a inclusão do debate sobre gênero e saúde integral nas reivindicações do segmento por políticas públicas (BRASIL, 2010). As demandas apresentadas por travestis e mulheres trans trouxeram à tona não apenas a pluralidade dos modos de construção da própria identidade, mas as marcas traçadas no próprio corpo com o objetivo de transformar-se.

Segundo Pelúcio (2005), o processo de *feminilização* dos corpos trans possui algumas etapas que vão desde a utilização de roupas classificadas como femininas, a extração dos pelos corporais, até a ingestão de hormônios femininos e a aplicação de silicone líquido com o auxílio das chamadas *bombadeiras*². Àquelas com maiores recursos financeiros, reservam-se outros

¹ Segundo Coacci (2014), a utilização do termo *transgênero* ainda é uma questão de disputa no cenário brasileiro. Algumas pessoas militantes defendem o seu uso como estratégia de alinhamento à terminologia internacional. Por conta da falta de consenso, a palavra *transgênero* será substituída, em algumas passagens deste trabalho, pelo uso da palavra *trans*.

² Mulheres (trans ou cis) ou travestis responsáveis por injetar silicone líquido, de uso industrial e não-cirúrgico, em pessoas que desejem modificar o formato de determinadas regiões do corpo.

procedimentos, tais quais as cirurgias plásticas faciais e a eliminação do pomo-de-adão.

Sabe-se que a marginalização de suas sexualidades e manifestações de gênero tem contribuído historicamente para o afastamento das pessoas trans dos espaços formais de cuidado. Mesmo com a recente instituição de aparatos legais e políticas públicas voltadas para essa população, a formalização destes direitos, entretanto, não gera a sua garantia na prática do cotidiano.

Dentro de um rol de ofertas de cuidados que associam a ideia de mulher a um corpo uterino funcional, reforça-se a concepção de que haveria um modelo de *mulher verdadeira* – cisgênera, heterossexual, branca, jovem, não-pobre e apta para reproduzir – um ideal de feminilidade a ser buscado. Por sua vez, Weinstock (2016) ressalta que o discurso patriarcal se constrói por meio de dicotomias – mulher/homem, natureza/civilização, emoção/razão, tradição/modernidade – nas quais a categoria primeira do binômio é sempre menor e desvalorizada nas relações de poder.

Ao mesmo tempo em que apresentam novas formas de vivência da feminilidade, travestis e mulheres trans também reproduzem alguns de seus aspectos de modo a naturalizar determinados comportamentos e posturas, a partir da permanência e fixação desse binarismo e modelos hegemônicos (LONGARAY & RIBEIRO, 2016). Quanto a isso, Louro (2004 apud LONGARAY & RIBEIRO, 2016) ressalta que as normas de gênero são invenções sociais que, tal qual acontece em relação a outras normas, podem ser repetidas e reafirmadas ou repelidas.

Butler (2003) aponta para a existência de uma matriz da inteligibilidade do gênero, pautada em um modelo essencialista que impõe a heterossexualidade como norma, que não concebe rupturas na expectativa hegemônica de continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo.

Então, em meio a noções patologizantes, excludentes e também de engajamento social, quais discursos sobre construções identitárias pautadas no ideal de feminilidade são produzidos nas narrativas autobiográficas de mulheres trans e travestis?

No intuito de responder à questão supracitada, esta dissertação se divide em três partes, iniciadas após a apresentação dos objetivos deste estudo. Na primeira delas, é apresentada uma revisão de literatura acerca do recente histórico de políticas de saúde voltadas para pessoas trans, tal qual sobre as atuais discussões em torno da (des)patologização dessas identidades. Em seguida, a fundamentação teórica engloba conceitos como *gênero*, *performance*,

interseccionalidade e passabilidade. Na segunda parte, é apresentada a metodologia utilizada para a produção dos dados, assim como as participantes desta dissertação, faz-se uma discussão sobre narrativas e delimita-se as questões pertinentes à análise interpretativa. Já a terceira parte é composta por três capítulos de análise, que versam sobre os processos de construção identitária entre mulheres trans e travestis, a importância do corpo na elaboração da feminilidade e os aspectos relacionais nas vivências dessas identidades.

2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral conhecer e comparar os discursos de mulheres trans e travestis sobre as práticas de produção de suas identidades e modelo de feminilidade - e compreender os sentidos e repercussões destes processos.

Em termos mais específicos, buscar-se-á:

- Descrever as etapas de construção de uma identidade transfeminina;
- Explorar aquilo que se entende como feminino e sua produção social;
- Descrever as práticas de produção das identidades transfemininas, levando-se em consideração as performances de gênero e os elementos interseccionados;
- Explorar os aspectos relacionais na construção dessas identidades.

3. POLÍTICAS DE SAÚDE E (DES)PATOLOGIZAÇÃO

3.1 População trans e políticas de saúde no Brasil: um breve histórico

Frente às reivindicações crescentes de pessoas trans pelo reconhecimento de sua cidadania e atenção à sua saúde, em 29 de janeiro de 2004, o Ministério da Saúde lança a campanha idealizada por travestis e intitulada “Travesti e Respeito”. Desde então, a data tem sido considerada como o Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais (JESUS & ALVES, 2012).

No mesmo ano, o folder “A Travesti e o Profissional de Saúde” (BRASIL, 2004), vinculado ao Programa Nacional de DST e AIDS, chamava a atenção para o direito da travesti ao uso do nome social feminino, tal qual expunha o acesso tortuoso aos serviços de saúde e o uso de hormônios e silicone (líquido) por conta própria.

Nesse contexto, a Portaria GM nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008), instituiu o Processo Transexualizador, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e formalizou suas diretrizes técnicas e éticas. Segundo Lionço (2009):

O Processo Transexualizador compreende um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam indivíduos transexuais em determinado momento de suas vidas. Não se trata, portanto, do estabelecimento de diretrizes para a atenção integral no sentido estrito, mas daquelas ações necessárias à garantia do direito à saúde circunscritas à passagem para a vivência social no gênero em desacordo com o sexo de nascimento (p. 44).

Apesar de se constituir como avanço para a garantia de direitos, a portaria supracitada excluía as travestis das possibilidades de cuidado ofertadas, restringindo o acesso aos indivíduos classificados como “transexuais”³, a partir da perspectiva da existência de uma doença ou sofrimento psíquico, conforme indica a presença da transexualidade no CID-10 (Código Internacional de Doenças). Assim, de acordo com Arán & Murta (2009), a regulamentação do

³ O termo tem sido rechaçado pelos movimentos sociais, sob a alegação de se referir a uma categoria biomédica.

ingresso no Processo Transexualizador estaria pautada no discurso médico, no qual haveria uma clara distinção entre travestis e “transexuais”, ainda que várias pessoas transitem entre estas identidades.

A Portaria GM nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011) instituiu, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Este documento ressaltou a necessidade de promover iniciativas voltadas à redução de riscos e oferecer atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios para pessoas transgêneras⁴, além de clarificar a necessidade de ampliação do acesso ao Processo Transexualizador, no âmbito do SUS.

Essa discutida ampliação do acesso foi possível a partir da Portaria GM nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013), que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS, compreendendo a existência de demandas tanto por parte dos indivíduos “transexuais” (sic) quanto das travestis. Além disso, foi estruturada a linha de cuidado da atenção no Processo Transexualizador, a partir dos componentes da Atenção Básica e da Atenção Especializada, cabendo à primeira o acolhimento com humanização ao usuário ou usuária e respeito ao uso do nome social - direitos formalmente garantidos através da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (BRASIL, 2006) e pela Portaria GM nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011) – além de ter a responsabilidade pela realização do encaminhamento regulado ao Serviço de Atenção Especializado no Processo Transexualizador.

Ainda que a Portaria GM nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013) possibilite o acesso de travestis à hormonização, todas as demais intervenções cirúrgicas estão restritas aos indivíduos “transexuais” (sic), a partir de um discurso higienizador das vivências supostamente passíveis de explicação médica. Em relação a isso:

No pano de fundo do processo de construção da categoria "transexual" em uma identidade política diferente da de "travesti", há também que se levar em consideração a popularização do vocabulário médico-psiquiátrico e a disponibilização de tecnologias de "mudança de sexo" nos serviços públicos de saúde. Em 1997, as cirurgias de redesignação genital deixam de ser consideradas "crime de mutilação" e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais universitários do país, segundo a Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM). Nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de militantes do Coletivo Nacional de Transexuais com setores progressistas da academia. Essa aliança foi

⁴ A travesti também é uma identidade de gênero transgênera feminina, embora não se apresente como homem ou mulher.

responsável por uma série de mudanças nas políticas públicas de saúde voltadas para a população transexual e, ao mesmo tempo, por consolidar essa identidade como diferente da identidade travesti (CARRARA & CARVALHO, 2013, p. 342).

Segundo os autores, as associações de travestis surgem a partir do binômio “violência policial – AIDS”, enquanto as organizações exclusivamente transexuais surgem validadas pelo “fenômeno da transexualidade”, a partir da demanda por tecnologias médicas de transformação corporal, principalmente a cirurgia de redesignação genital⁵. Neste contexto, muitas mulheres trans se afastam dos espaços do movimento LGBT e aderem aos espaços institucionais das políticas voltadas para as mulheres (CARRARA & CARVALHO, 2013). Coacci (2014), no entanto, descreve que essa inserção em espaços tradicionalmente voltados para mulheres cisgêneras⁶ nem sempre ocorre de modo pacífico.

3.2 (Des)Patologização das identidades trans

Em relação ao “fenômeno transexual”, Bento & Pelúcio (2012) lembram que, a partir da década de 1950, são publicados os primeiros artigos científicos que buscavam descrevê-los. Nesse contexto, o endocrinologista Harry Benjamin se dedica à tentativa de diferenciar pessoas trans e pessoas homossexuais – ambas as condições patologizadas até então. Em seu livro “O Fenômeno Transexual”, de 1966, ele aponta a longa abjeção à própria genitália como item fundamental para definir o que chama de “transexual de verdade”. Segundo o endocrinologista, o procedimento cirúrgico genital deveria ser empregado com o objetivo de evitar suicídios, fazendo jus à ideia da transexualidade como patologia e, portanto, geradora de sofrimento psíquico. Todavia, o médico afirmava que psicoterapias seriam inúteis para estes casos, já que o seu pensamento contrastava com o de psicólogos, psicanalistas e psiquiatras da época, que se mostravam reticentes às intervenções corporais como alternativas terapêuticas. Essa sua

⁵ O termo *redesignação genital* é elencado por Jesus (2012) para enumerar as possibilidades de denominação deste modelo de intervenção cirúrgica. Carrara & Carvalho (2013), ao justificar a escolha para o uso deste termo, afirmam que “a melhor denominação para o processo cirúrgico em questão seria uma redesignação de algo que foi designado pelo saber médico no momento do nascimento dessas pessoas. Além disso, sabe-se que tais intervenções cirúrgicas se dão em nível genital” (p. 332). Nesta dissertação, optou-se pelo uso do termo, no intuito inclusive de desnaturalizar o gendramento genital produzido pela ideia de sexo.

⁶ Termo utilizado para designar pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente (JESUS, 2012 apud JESUS, 2014).

ideia gerou uma intensificação da quantidade de cirurgias de redesignação genital nas décadas de 1960 e 1970. Isso então gerou o desejo de produzir uma categoria diagnóstica para o fenômeno em questão, o que se concretizou no ano de 1980, com a inclusão da transexualidade no Código Internacional de Doenças e sua aprovação no rol dos “Transtornos de Identidade de Gênero” na terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Deste modo, ainda que os documentos tenham eliminado o “homossexualismo”⁷ da lista de patologias na década de 1970, mantiveram seus pressupostos heteronormativos nas décadas seguintes, a partir da patologização das identidades trans (BENTO & PELÚCIO, 2012).

Ao longo da última década, diversas organizações sociais e entidades profissionais têm se manifestado contrárias à patologização das identidades trans, se unindo às pessoas que vivenciam este “fenômeno”. Conforme apontam Bento & Pelúcio (2012), a luta e o engajamento em torno das identidades trans mundialmente revelam não apenas uma capacidade de resistência, mas o poder e alcance global do DSM e do Código Internacional de Doenças (CID). As autoras ressaltam que tais “transtornos”, contudo, não podem ser justificados a partir de nenhuma disfunção biológica. Isso significa que são as normas de gênero, e não testes clínicos críveis, as responsáveis pelo estabelecimento de um suposto diagnóstico. Ainda assim, este parco conhecimento, ao ser elencado como científico, configura-se em fonte quase inesgotável de poder. Gênero, portanto, tem menos a ver com natureza, e mais com relações de poder. E os sinais definidos como masculinos ou femininos, utilizados para definir critérios classificatórios, já estão pautados em ideias de gênero. Assim, a “normalidade de gênero” é definida, a partir de supostas verdades científicas baseadas em uma ideia dimórfica genital, que produz uma diferenciação sexual que, nela mesma, já é uma construção de gênero.

No Brasil, uma das maiores críticas ao processo transexualizador no SUS é que ele caminha na contramão dos movimentos sociais que lutam pela despatologização das identidades trans. Além de restringir procedimentos disponíveis para as travestis, Bento & Pelúcio (2012) também expõem o fato de os protocolos que orientam a assistência à pessoa que opta pela cirurgia de redesignação genital seguirem modelos biomédicos, inclusive ao instituir o tempo mínimo de dois anos de obrigatoriedade da psicoterapia para que o procedimento seja autorizado. Este ponto teria sua origem em um argumento de que pessoas trans teriam uma espécie de propensão a apresentar tendências suicidas, o que tem levado diversos profissionais

⁷ O termo em questão possui valoração pejorativa, pois o sufixo “ismo” é empregado para indicar patologia.

da psicologia⁸ e psiquiatria a engrossar o coro de vozes contrárias à patologização. Isso todavia não elimina a importância da escuta terapêutica para pessoas trans que, assim como qualquer outro indivíduo, desejem e decidam por iniciar o processo psicoterapêutico.

Ainda que as mobilizações em torno da temática da despatologização ganhem cada vez mais força, há também aqueles que defendem a manutenção dos códigos referentes à patologia como medida burocrática para a garantia e ampliação do acesso a serviços e procedimentos de saúde. Para as autoras supracitadas, a defesa do argumento da patologização como elemento de garantia do acesso ao processo transexualizador confere ainda mais poder ao Estado e aos seus interesses hegemônicos de conceder às pessoas cujas identidades são tidas como abjetas uma cidadania precária e deficitária.

Outro fato vinculado à patologização das identidades trans é o que Jesus & Alves (2012) apontam como esterilização forçada contra as mulheres trans, elencada como consequência da cirurgia de redesignação genital, cotidianamente ainda apontada como critério – social e, em muitos casos, também jurídico - para que mulheres trans sejam reconhecidas como tal. As autoras classificam a prática como eugenista.

É importante ressaltar, conforme exposto por Longaray & Ribeiro (2016), que embora constantemente elencada como estágio final da construção da feminilidade, a cirurgia de redesignação genital todavia não garante que a mulher trans seja aceita socialmente, já que a genitália não é elemento exposto, visível. Além disso, os discursos responsáveis por marginalizar a vivência da transgeneridade vão além dessa questão.

Pautado em discursos de saber que estabelecem suas vivências como menos legítimas que outras, a partir da falácia da autoridade científica contida nos manuais classificatórios de doenças e da previsão de um suposto sofrimento psíquico (BENTO & PELÚCIO, 2012), o Estado restringe mulheres trans e travestis a “guetos” de cuidado, sem apresentar estratégias que, de fato, deem conta da demanda em todo o território brasileiro. Assim, faz-se importante salientar que até mesmo os ambulatórios já existentes referentes ao Processo Transexualizador no SUS podem ser vistos como espaços de exclusão, na medida em que são dispositivos completamente apartados da lógica comunitária que costuma reger o acesso à hormonização disponível, por

⁸ O Conselho Federal de Psicologia possui um site destinado a debater questões referentes à despatologização das identidades trans: <http://despatologizacao.cfp.org.br/> (acesso em: maio 2017).

exemplo, para mulheres cis⁹ no SUS. Além disso, pressupõe que as pessoas se enquadrem na lógica binária de ser homem ou mulher, para que se tenha acesso a todos os serviços disponibilizados pela portaria que regulamenta o processo.

Frente ao imaginário em torno do que seria um “transexual de verdade”, é importante ressaltar que o corpo tido como feminino nada mais é do que uma criação que essencializa as categorias “homem” e “mulher”. Neste sentido, diversos artifícios são utilizados com o objetivo de produzir o corpo socialmente esperado, que se diferencia a depender da condição social, econômica, de raça e de concepções acerca do gênero feminino e do ideal de feminilidade, seja essa experiência advinda das vivências de pessoas cis ou trans.

No contexto da patologização, faz-se importante questionar a materialidade da ciência a partir da época e da relação estabelecida com a sociedade. É preciso refletir sobre a construção de verdades biológicas e sociais e a partir de quais modelos são estabelecidos os conceitos de normalidade. Frente à dicotomia hegemônica que conceitua as noções de sexo e gênero e que forja a ideia de sexo como uma verdade biológica inconstestável, Jesus & Alves (2012) destacam que:

A ciência biológica, segundo Joan Roughgarden (2005), considera que somente algumas espécies animais (sexo não é universal) dividem-se em duas ou mais categorias complementares (sexo não é necessariamente binário), denominadas “sexos”, que podem combinar o seu material genético para reprodução. Ser fêmea ou macho em uma espécie pode significar papéis totalmente inversos em outras (p. 9).

Machado (2005) e Fujirama (2014) chamam a atenção para o fato de que até mesmo a biologia, por meio dos estudos genéticos, reconhece a existência de um mosaicismismo genético, a partir do qual o sexo não estaria dado como determinação do segundo cromossomo (X ou Y), como era acreditado anteriormente. Neste sentido, a experiência dos intersexos, abordada por Machado (2005), é interessante para se pensar na multiplicidade de genitálias, conseqüentemente sexos, possíveis também entre pessoas humanas – não apenas dois.

Cabe ressaltar que a transexualidade não se manifesta por meio de um corpo biologicamente disfuncional, mas é elencada como patologia, a partir de critérios que assumem o status de verdades científicas. Essas “verdades” tornam-se possíveis a depender do contexto econômico, social e histórico, inclusive com a criação de doenças e modos diagnósticos. Willou

⁹ Abreviação que faz referência a cisgênero ou cisgênera.

(1997) rememora o diagnóstico da clorose, suposto transtorno psíquico vinculado ao gênero feminino, no início do século XX. Quando a mulher começa a entrar no mercado de trabalho, a clorose passa a ser vista como a doença das mulheres que trabalham, a partir da ideia de que o frágil corpo feminino não poderia ser exaurido. Assim, fica claro que o contexto social permite a criação de diagnósticos, a partir da ação da Medicina, convertida em guardiã da moral, também elemento de preservação do status quo. Se a clorose surge como mediadora para o entendimento do desejo feminino de romper com a exclusividade do espaço doméstico à qual foi compulsoriamente destinada, a patologização das identidades trans pode ser apontada como uma criação nosológica contemporânea.

Essa retirada de autonomia e estabelecimento de corpos abjetos que precisam ser tutelados fazem com que pessoas e grupos sociais percam o direito de agência sobre suas próprias histórias. Esse também tem sido um forte argumento de pessoas trans contrárias à patologização de suas identidades, além da crítica previamente citada do caráter essencialista que os meios legais e médicos atribuem ao tripé “genitália, sexo e gênero”.

Além de ter sua demanda em saúde pautada na atribuição de um código internacional de doenças (CID), muitos indivíduos trans chegam aos serviços de saúde sem informações básicas sobre seus direitos e condição. Ademais, os serviços credenciados para a realização do Processo Transexualizador são de média e alta complexidade, sendo que a maioria deles se encontra em hospitais públicos universitários, nas regiões Sul e Sudeste do país (ARÁN & MURTA, 2009). Deste modo, apesar de se configurar como um serviço de natureza ambulatorial, até mesmo a hormonização prevista como serviço ambulatorial no Processo Transexualizador ainda é bastante restrita.

De certo modo, essa restrição reflete o grau de cidadania que o Estado confere às pessoas trans, que frequentemente são destituídas do direito de escolha sobre suas próprias existências. Um exemplo disso é o processo jurídico necessário para que uma pessoa trans possa ratificar seu nome no registro civil. Ao longo desta ação, faz-se necessário que a pessoa apresente documento psicossocial e indique testemunhas que possam atestar a sua condição. Do mesmo modo, o processo transexualizador no SUS prevê um acompanhamento psicossocial compulsório. Em ambos os casos, nota-se a ausência de legitimação das identidades trans, como se essas pessoas não pudessem ter voz ativa. Desta maneira, elas são privadas do exercício da plena cidadania, na medida em que não podem sequer falar sobre quem são, sem que sejam oficialmente questionadas e dependam da validação de outros indivíduos e seus

supostos saberes. Para além desta questão, as práticas previstas no Processo Transexualizador apenas encontram-se disponíveis nos poucos ambulatórios habilitados para este fim. Portanto, não são apenas restritos quantitativamente, mas segregados.

Assim, na condição de elemento de consolidação da lógica hegemônica de gênero, raça e classe, o Estado ocupa o papel de dirimir exclusões, na mesma medida em que auxilia a sua manutenção. Neste sentido, o mesmo Estado que produz exclusões jurídicas e sociais para pessoas não-binárias estabelece uma Política voltada para a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, na qual essas pessoas trans também estão inseridas, ainda que o direito a vivenciar livremente qualquer experiência de gênero não seja mencionado em um de seus principais parágrafos introdutórios, quando são apresentados direitos humanos fundamentais:

O direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, ao afeto, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são considerados Direitos Humanos fundamentais. Respeitá-los é promover a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de raça, de etnia, de orientação sexual. Para que exista a igualdade de direitos, é preciso respeito às diferenças. Não existe um direito mais importante que o outro. Para o pleno exercício da cidadania, é preciso a garantia do conjunto dos Direitos Humanos (BRASIL, 2013, p. 11).

Segundo o Cadernos de Atenção Básica: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (BRASIL, 2013), a atenção a essas duas dimensões da saúde constitui-se como áreas de ações prioritárias da Atenção Básica à Saúde. A condução dessas ações deve respeitar os direitos sexuais e reprodutivos de todas as usuárias e usuários do SUS. Dentre elas, se inclui a assistência à contracepção e concepção, inclusive na vivência de relações sexuais e afetivas que não estejam pautadas pela heteronormatividade. O que se observa, no entanto, no cotidiano das práticas dos serviços de saúde, em temáticas que envolvem tanto hormonização quanto direitos sexuais e reprodutivos, é o foco quase exclusivo nos corpos uterinos de mulheres cis, a partir de ações e práticas que produzam corpos atentos e vigilantes, que se voltem para a prevenção e tratamento de doenças – a exemplo dos cânceres de mama e colo do útero – e para a atenção e/ou prevenção de novas gestações.

4. FEMINISMOS, CORPOS E IDENTIDADES

Identidades são produzidas desde antes do nascimento do novo ser. Chazan (2008) aponta como a ultrassonografia obstétrica gera supostas verdades, tanto médicas quanto não-médicas. Ao passo que o primeiro grupo gera mecanismos de controle e monitoramento sobre o feto, o segundo se forma a partir da subjetivação das imagens fetais, por meio do discurso de médicos, gestantes e acompanhantes, imbuídos em transformar o novo ser em pessoa. Deste modo, são criados aspectos físicos e afetivos para o corpo que surge através da imagem. Mais do que isso, a partir da designação da genitália/sexo fetal, esses corpos são gendrados. Conforme aponta Ortega (2005), a imagem ganha um estatuto de realidade e se converte em uma coisa material, uma imagem-coisa ou um corpo-imagem. Assim, a imagem gerada pela ultrassonografia produz um corpo supostamente real que, como consequência, também se destina a gerar uma pessoa real, plenamente adaptada aos papéis dicotômicos de gênero.

Se, antes mesmo do nascimento, os corpos e identidades já são regulados a partir de narrativas nas quais a suposta pessoa já atende às expectativas sociais de desempenho do papel de gênero atribuído à sua genitália, o ato de nascer traz consigo a possibilidade para que este corpo seja objetivamente modificado. A partir daí, a criança é vestida de acordo com as normas sociais do gênero designado conforme sua genitália e, na maior parte das vezes, seu corpo passa a existir perante a anuência do Estado – oficialmente através de um nome, também gendrado. Desde a mais tenra idade, modificações corporais até mesmo agressivas, a exemplo de furar as orelhas de crianças cujo sexo de designação é feminino, são socialmente aceitas e perpetuadas na cultura ocidental.

Deste corpo, ao longo de sua existência, espera-se que ele se transforme e seja modificado, no intuito de (re)produzir aquilo que a sociedade classifica como feminino ou masculino. Postula-se que as existências devem estar contidas nesta lógica binária. Assim, corpos não-hegemônicos, na sufocante maioria das vezes, não receberão aval para existir.

A lógica hegemônica atesta que as vivências empreendidas por um corpo devem estar

pautadas pela experiência cis-heteronormativa¹⁰. Assim, espera-se que a vivência do gênero cultural esteja de acordo com o sexo designado, a partir de uma pretensa noção de naturalidade:

A patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementabilidade dos sexos, quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros (BENTO & PELÚCIO, 2012, p. 572).

Graça (2016) rememora que, de acordo com Butler (2006), o gênero é constituído como atos, gestos e representações. O gênero não é uma causalidade a-histórica, mas se desenha através de uma performatividade feita e constituída de modo temporal. Assim, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição reencena o instituído, cria novas experiências em relação a ele, ao mesmo tempo em que o legitima através da ritualização. A repetição não possui caráter individual. Na medida em que ela expõe e compartilha algo, constitui-se como ato de fala e necessita, portanto, de um interlocutor. Deste modo, a repetição possibilita tanto a inteligibilidade quanto a subversão. O gênero, portanto, não é recriado de maneira emancipada, mas por meio de uma performatividade inserida nas relações de poder que se repetem como atos e estilizações do corpo, ainda que a subversão das normas instituídas também se apresente como possibilidade e gere conseqüentemente a expectativa da transformação. Assim, a linguagem é fundamental para a formação social da subjetividade e do corpo, pois a existência depende fundamentalmente do endereçamento do Outro.

Portanto, a fala do corpo não é acidental e suas estilizações fazem parte dos processos de marcação social. O corpo legível depende da sua história passada, do mesmo modo que depende da possibilidade futura de sua repetição. No corpo, nunca de forma a-histórica, se inscrevem as regulações sociais, tornando-o parte das estruturas de poder. Desta maneira, sendo o ato de fala também um ato do corpo, a performatividade não se anuncia por meio do enunciado daquilo que é dito, mas pelo ato de fala em sua materialidade sonora e corporal. Ela

¹⁰ O termo aqui utilizado faz referência à junção dos termos *cisgeneridade* e *heteronormatividade*. O primeiro é utilizado em oposição ao termo *transgeneridade*, amplamente aceito para caracterizar vivências de pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer. No caso da *cisgeneridade*, ocorre uma identificação com a vivência de gênero socialmente relacionada ao sexo que lhe foi designado. Já a *heteronormatividade* diz respeito ao padrão que impõe a heterossexualidade como norma para as experiências sexuais e afetivas, além de estabelecer a cisgeneridade como identidade de gênero esperada, relegando as demais vivências de gênero à marginalidade.

é, portanto, elemento constituinte da própria condição de sujeito (PINTO, 2002).

4.1 Gênero e colonialismo

Feinberg (2006 apud COACCI, 2014) denuncia o caráter histórico da opressão sofrida por pessoas trans, a partir da organização patriarcal da sociedade, com o surgimento do capitalismo e da dominação e forte influência exercida pela igreja católica no Ocidente. Frente à opressão sofrida, as pessoas trans resistiram, porém teriam adotado critérios como a *passabilidade*¹¹, de modo a garantir a própria segurança.

Ao contrário de Lugones (2014), Segato (2012) não aponta para a inexistência do gênero no mundo pré-colonial, mas para uma organização patriarcal nas sociedades indígenas e afro-americanas, à qual denomina de *patriarcado de baixa intensidade* – um modo distinto do modelo dicotômico de gênero ocidental. Para a autora, ainda que houvesse uma diferenciação hierárquica entre masculinidade e feminilidade, havia maior possibilidade de trânsito, determinadas formas de mobilidade que, dentre outras características, reconheciam práticas transgênicas e relações entre pessoas tidas como pertencentes ao mesmo gênero. A intrusão colonial modifica a noção de gênero bruscamente e faz com que sejam desenvolvidas novas relações hierárquicas.

Normas e ameaças punitivas são disseminadas com o objetivo de fixar as práticas no referencial binário heterossexual do colonizador, a partir da noção de pecado e da introdução do que Segato (2012) denomina *olhar pornográfico*. Deste modo, diversos tipos de preconceitos – relativos inclusive a práticas homossexuais, homoafetivas e vivências trans – são introduzidos nas culturas das Américas por meio da colonialidade. O esquema binário se apresenta como o instrumento mais eficiente do poder.

Particularmente, a produção de corpos femininos é historicamente marcada pela construção de “verdades” que delegam sua existência a espaços de subserviência, no intuito de preservar os privilégios do patriarcado e a consequente manutenção do *status quo*. No século XVIII, surge a concepção atual da existência de dois sexos, precedida até então pela ideia do

¹¹ Este termo é utilizado, neste trabalho, a partir da categoria *passável*, bastante difundida entre as mulheres trans, com o objetivo de classificar aquelas que mais se assemelham às mulheres cis. Quanto mais próxima em aparência à cisgeneridade, mais *passável* tornar-se-ia a mulher trans.

monismo sexual, na qual prevalecia a teoria da existência de um único sexo. Assim, a vagina seria um pênis subdesenvolvido e, conseqüentemente, as mulheres seriam homens imperfeitos (LAQUER, 2001 apud JESUS & ALVES, 2012). A partir de então, as sociedades contemporâneas estariam tomadas pela crença da existência universal do sexo, a partir de uma noção anatômica binária – macho e fêmea (HERDT, 1996 apud JESUS & ALVES, 2012).

4.2 Feminismos dissidentes

O feminismo, para além de ser movimento social, se constrói também como pensamento teórico, gerando uma prática tanto política quanto reflexiva (SCHUCK, 2015). Para além da academia, diversos coletivos feministas, inclusive transfeministas¹², organizam-se em torno da produção e troca de saberes alinhados ao compromisso de intervenção social e política em espaços públicos e de convivência.

Por não se poder falar em um feminismo universal e que dê conta de todas as questões políticas e acadêmicas impostas pelas temáticas referentes às vivências femininas, faz-se necessário falar em *feminismos*, no plural. Como resistência e a partir do questionamento sobre a artificialidade desse ser feminino universal, homogêneo e monolítico, surgem os feminismos dissidentes, aqueles que buscam dar conta das mulheres que são colocadas à margem.

No espaço da modernidade, são dotados de politicidade os sujeitos que podem se apresentar em termos universais, no espaço neutro, asséptico e inteligível do cidadão universal. Neste sentido, o sujeito universal, à imagem e semelhança da colonialidade, é homem, branco, proprietário, letrado, “pai de família”, portanto heterossexual (SEGATO, 2012). O poder político será concedido a quem mais se aproxime desse padrão hegemônico. Ser mulher, não-branca, manter-se distante da cis-heteronormatividade, já traz consigo impossibilidades inscritas no próprio corpo.

A pretensão universalizante do conceito de gênero passa a ser problematizada a partir da exposição do caráter etnocêntrico e imperialista proveniente das correntes feministas europeias e euro-estadunidenses, cujos esforços para caracterizar a “mulher do terceiro mundo” constantemente recorriam a estereótipos racistas e colonialistas (Mohanty, 1984, 2013 apud

¹² Coletivos feministas compostos majoritariamente por mulheres trans e travestis, que se destinam a produzir conhecimento e discutir demandas de seu interesse.

CABRERA & VARGAS MONROY, 2013).

Se, academicamente, há o consenso da existência de feminismos múltiplos, as suas intervenções políticas, geralmente em formas de marchas, voltam-se bastante para demandas aparentemente comuns, que agreguem diversos sujeitos imbuídos dos mesmos propósitos, ainda que as demandas levantadas por cada grupo sejam completamente diferentes. Para Spivak (2010), as propostas de aliança global entre as mulheres alcançam alguns patamares, entretanto dificilmente darão conta da diversidade e da opressão vivenciada por todas as mulheres, em especial aquelas das regiões mais pobres. Segundo a autora, a permanência nas margens custa o dobro para as mulheres. Deste modo, mulheres pobres, negras e analfabetas já permanecem numa margem na qual as suas vozes não são politicamente ouvidas. Faz-se pensar então em quando todas essas situações se sobrepõem e, para além disso, ainda há uma vivência de orientação sexual e/ ou gênero que subverta a lógica hegemônica. Principalmente nos espaços da internet e suas redes sociais, vê-se mulheres trans protagonizando discussões sobre seus corpos e denunciando a invisibilidade da representação de suas vivências nas pautas supostamente universalizantes de algumas correntes feministas.

O questionamento da noção clássica de gênero – tida como heterocentrada, dicotômica e controladora, especialmente dos corpos tidos como femininos - presente nos feminismos dissidentes - traz também um outro aspecto importante: a tentativa de se evitar que haja um modelo obrigatório de ser mulher (CABRERA & VARGAS MONROY, 2013).

Sendo assim, é importante notar que os feminismos atuais e dissidentes não se põem a criticar apenas a hegemonia da existência do sujeito colonial/ moderno – homem branco, burguês e heterossexual – como também direcionam suas críticas à existência de um sujeito feminino único – mulher branca, burguesa, heterossexual e ocidental – a partir da noção de que a universalidade desse sujeito forjado resulta em invisibilidade para os demais, ainda que esteja pautado na ideia de contemplá-los, a partir de uma lógica de cidadania referenciada pelo ideal liberal de igualdade. Tal qual o sujeito masculino, o sujeito feminino universal construído pelo feminismo hegemônico apresenta as mesmas limitações quanto a categorias identitárias distintas. Neste processo de questionamento deste sujeito universal, o feminismo se desloca da discussão sobre a diferença de gêneros à discussão acerca das diferenças entre mulheres (CABRERA & VARGAS MONROY, 2013).

Uma importante autora transfeminista, Preciado (2009) afirma que o feminismo contemporâneo seria deleuziano: feito de minorias, de multiplicidades e singularidades, através

de uma variedade de estratégia de leituras não-reducionistas. Ela argumenta a necessidade do rompimento da lógica de que o feminismo é uma teoria especializada na opressão sofrida pelas mulheres, no intuito de deslocá-lo e transformá-lo numa teoria de transformação social e redefinição da esfera pública, voltada para uma análise transversal da opressão.

4.3 O Transfeminismo

O Transfeminismo, também chamado de Feminismo Transgênero ou Feminismo Trans, se constitui como uma crítica ao feminismo de base essencialista e biológica, a partir da defesa de uma visão múltipla e diversa do gênero. Ele surge a partir de um percurso histórico inaugurado por contribuições de vertentes pós-estruturalistas do feminismo, que reiteram a diversidade presente nos conjuntos definidos como femininos e masculinos, mulheres e homens, ao pensar interseccionalmente no modo como o gênero interage com categorias diversas, como raça, classe, religião, idade, escolaridade etc. Vale ressaltar, no entanto, que essa noção de *interseccionalidade* que passa a subsidiar a produção crítica e teórica dos feminismos dissidentes, inclusive o transfeminismo, advém fundamentalmente do feminismo negro. Tal qual o segundo aponta para a ausência de sororidade¹³ das mulheres brancas para com as mulheres não-brancas, pobres e de determinadas regiões, o transfeminismo tece uma crítica à falta de sororidade universal entre as mulheres trans e cis (JESUS, 2014).

Durante as décadas de 1960 e 1970, o feminismo latinoamericano se concentra no combate às ditaduras militares vigentes na maioria dos países da região e ao fortalecimento do modelo capitalista. Além disso, algumas pautas mais específicas – violência doméstica e sexual, creches e direitos reprodutivos – começam a ser debatidas. A organização do movimento de mulheres então assume uma estratégia representativa voltada para uma *totalidade*, e não uma multiplicidade. A partir da década de 1980, o feminismo latinoamericano passa por mudanças e práticas de “falar de si mesma” ganham destaque. Deste modo, mulheres pobres, trabalhadoras, negras e indígenas passam a integrar esses espaços políticos (ALVAREZ, 2000 apud COACCI, 2014).

A partir da década de 1990, mulheres indígenas, mulheres lésbicas e mulheres jovens

¹³ Ideia, do feminismo político, de solidariedade entre as mulheres.

feministas passam a se organizar de modo mais intenso. Apenas em 2005, as mulheres trans requerem participação no 10º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, o que impulsiona a discussão sobre a legitimidade de sua inclusão nos espaços de deliberação feministas (ADRIÃO, TONELLI & MALUF, 2011 apud COACCI, 2014).

A conquista da inserção de mulheres trans nos espaços feministas, ainda quando fruto de decisões coletivas e votações, não extirpava os conflitos em torno dessa presença. Discussões e divergências acerca disso já faziam parte do feminismo estadunidense desde a década de 1970, o que gerou inclusive escritos e manifestos altamente transfóbicos, que acusavam mulheres trans de fraude, realizada com o intuito de infiltrar “homens travestidos” nos espaços feministas. Esses conflitos fomentaram a organização das pessoas trans, no intuito de produzir respostas e denunciar a transfobia sofrida, reinterpretar o feminismo e expandir o escopo de sua atuação (COACCI, 2014).

Ao realizar uma análise sobre a conjuntura feminista no início dos anos 2000 e a condicionalidade da realização da cirurgia de redesignação genital para que mulheres trans fossem incorporadas nas discussões do movimento, Emi Koyama (2006 apud COACCI, 2014) denuncia o racismo velado presente nesses argumentos utilizados para questionar e/ou vetar a presença de mulheres trans nos espaços feministas. Ela alerta que a cirurgia de redesignação genital é de difícil acesso para a maior parte das mulheres trans não-brancas. Além disso, ressalta o fato de que historicamente a pele branca tem sido objeto de opressão do mesmo modo como a existência do pênis. A autora ainda critica o desejo de assimilação por parte de mulheres trans ao afirmarem ser iguais a quaisquer outras mulheres, apagando assim as especificidades de sua história. E, em relação ao polêmico ponto de que mulheres trans experienciam privilégios masculinos durante seus processos de socialização, a autora enxerga essa questão como algo positivo, na medida em que permite ampliar a consciência acerca de processos sexistas e confrontar privilégios vinculados à vivência no gênero masculino.

Este último ponto, defendido por feministas radicais, argumenta que mulheres trans e travestis teriam o privilégio daquilo que chamam *socialização masculina*, advinda do fato de terem sido designadas *homens* ao nascer. Segundo Araújo (2016), isso desconsidera não apenas as particularidades das experiências de cada pessoa, como também as violências transfóbicas imputadas a quem não segue o padrão imposto pela *cis-normatividade*.

Agalenéa (2017) é outra ativista trans que considera o argumento da *socialização masculina* como transfóbico e que estabelece o foco apenas na genitália da pessoa trans,

ignorando suas vivências e toda a sua subjetividade. Ao relatar suas próprias experiências, ela discorre sobre as violências físicas e psicológicas sofridas, ao ser obrigada a estar em espaços exclusivamente masculinos, a exemplo de vestiários, além da vivência de abuso sexual e do posterior preterimento em relações afetivas e parcerias sexuais, que ganhavam tons de clandestinidade, em decorrência de sua condição de mulher trans.

Essa mesma iniciativa de escrever sobre suas experiências como mulher trans está presente no texto de Cox (2011), no qual afirma a identidade de gênero feminina como uma construção não-restrita à condição de fêmea e produz uma narrativa acerca do deslocamento da identidade de homem gay afeminado para o reconhecimento de sua vivência no gênero feminino, como mulher. Ela reafirma a intersecção das opressões por ser mulher, trans e negra. Como mulher negra, sofre a opressão dirigida a um corpo tido como não-belo, oposto ao padrão imposto pela branquitude. Como mulher trans, sofre a opressão direcionada a um corpo não-*passável*, ao não ser percebida como uma mulher cis, o que a teria levado a fazer questionamentos sobre a possibilidade de ser bela, já que há uma pressão estética para que *passabilidade* e *beleza* sejam construtos diretamente proporcionais. Para além da opressão enquanto mulher trans negra, seu corpo também é inserido na lógica racista e fetichista relacionada ao tamanho do pênis do homem negro, identidade que lhe foi designada ao nascer e durante parte de sua vida. Este complexo relato sobre a interseccionalidade das opressões já expõe a complexidade e impossibilidade de generalizar modos de socialização.

O Transfeminismo reconhece, portanto, os modos de opressão exercidos sobre os corpos que não se enquadram nas normas racistas e sexistas da sociedade, sejam eles pertencentes a pessoas trans ou não¹⁴. Do mesmo modo, defende o empoderamento de todas as vivências de orientações sexuais das pessoas trans. No contexto latinoamericano, o transfeminismo ganha força principalmente por conta do questionamento da naturalização dos diversos tipos de violência sofridos por pessoas trans (JESUS, 2014). Especificamente no Brasil, a adoção do

¹⁴ Segundo Jesus (2014), deve haver a validação das contribuições de quaisquer pessoas para o pensamento e a ação transfeministas, o que independeria de sua identificação de gênero. A autora aponta para o fato de que questões relevantes para pessoas cisgêneras também permeiam a vida de pessoas transgêneras e vice-versa, pois o gênero é vivido de formas semelhantes e diversas. Por exemplo, a ausência do útero tido como *essência* da identidade feminina se torna elemento de opressão tanto para mulheres trans quanto para mulheres cis histerectomizadas. Para além disso, a abertura do transfeminismo às pessoas cis far-se-ia importante inclusive para a sua preservação, não apenas por ampliar as questões relevantes às vivências trans, mas também por reforçar a solidariedade entre todas as pessoas, no processo de superação do machismo e do cissexismo (JESUS & ALVES, 2012).

transfeminismo advém do fortalecimento nacional do movimento trans, a partir da conscientização política de suas ativistas, do reconhecimento de sua resistência histórica – principalmente no que diz respeito às travestis – e da aproximação das pessoas trans às teorias e práticas feministas (JESUS & ALVES, 2012). Para Coacci (2014), as primeiras tentativas de construção do transfeminismo no Brasil datam do período entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Tanto ele quanto Jesus (2014) citam o texto intitulado *Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista*, escrito por Aline Freitas em 2005, como um marco local.

Destaca-se que a relação do Transfeminismo com os movimentos sociais trans não é direta, mas se faz a partir da crítica do modo a-histórico como pessoas trans têm sido tratadas, mesmo por militantes (JESUS, 2013). Algumas pessoas integrantes da nomenclatura *trans* têm, por exemplo, defendido a manutenção da patologização como modo de assegurar o acesso das pessoas trans aos cuidados vinculados ao Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como se a garantia do cuidado e atenção integral à saúde estivesse intrinsecamente vinculada à presença de uma patologia. Teóricos e militantes contrários a esse posicionamento defendem que as definições biomédicas terminam por suprimir as reivindicações pela autodeterminação e a possibilidade de “falar de si”. O discurso transfeminista, inclusive, postula que pessoas trans devem possuir agência sobre suas próprias histórias (COACCI, 2014).

Segundo Jesus (2014), a internet tem sido o espaço de maior ascensão dos debates transfeministas, seja em espaços virtuais criados e frequentados por pessoas trans, como naqueles em que há uma heterogeneidade ainda maior de frequentadores. Esses espaços acabam acolhendo também as mobilizações sobre a despatologização das identidades trans, que ainda se restringe majoritariamente aos meios acadêmicos e às discussões online (JESUS & ALVES, 2012).

4.4 Passabilidade e trânsitos identitários como estratégias de fuga das margens

À utilização de tecnologias, que têm o objetivo de corroborar com o corpo estabelecido como ideal e desejável, soma-se o desejo da *passabilidade* entre pessoas trans, e que traz consigo o risco de produzir identidades que não questionam o porquê da adesão irrestrita a um modelo de vivência de gênero que se aproxime do ideal binário cis-heteronormativo.

Silva & Lopes (2014, p.31) chamam atenção para a “imagem” ou ideal de “superioridade

do biológico” nos processos atuais de transformação corporal de mulheres trans e travestis, quando, por exemplo, a possibilidade de passar despercebida e parecer “natural” ganha força, ao adequar-se ao padrão vigente de corpo ideal ou da “boa forma feminina”. Nessa direção, o “traveção” das décadas de 1970 e 1980, que imprimia no próprio corpo o engajamento de confrontar a sociedade com suas formas grotescas, deu lugar à “ninfetinha” (PELÚCIO, 2005 apud SILVA & LOPES, 2014), a partir de mudanças de referências estéticas ao longo das décadas e valores vinculados à corporeidade. Conforme exposto por Bento & Pelúcio (2012), o desejo de produzir um diagnóstico para pessoas trans, já anunciado nas décadas de 1960 e 1970, ganha concretude no ano de 1980, a partir da inclusão da transgeneridade no Código Internacional de Doenças, sob a nomenclatura no rol dos “Transtornos de Identidade de Gênero”. Esse reconhecimento biomédico de pessoas trans inseridas numa lógica dimórfica pode se apresentar como um dos motivos das mudanças estéticas valoradas nas décadas seguintes.

Foucault (1995) aponta que os poderes perpassam as relações cotidianas, trazendo a noção de *microfísica do poder*. E esta concepção traz consigo uma possibilidade de questionamento, pois se o poder circula por microespaços, penetra no corpo e é exposto nele, então perpassa as práticas cotidianas, portanto mesmo que exista desigualdade na sua distribuição, todos fazem parte deste sistema e exercem o poder que lhes é atribuído. Para o autor, nada seria mais material, mais físico e mais corporal que o exercício do poder.

Esse mesmo exercício de poder é transposto para a *passabilidade* da performance inscrita no corpo. Passar-se por mulher cis, ao mesmo tempo em que também se constitui como modo de evitação de constrangimentos e opressões cis-heteronormativas, reforça o poder do imaginário de existência de uma suposta “mulher verdadeira”, biologicamente concebida a partir de determinadas características físicas, ao mesmo tempo em que outorga maior possibilidade de trânsito social para as mulheres trans *passáveis*. Woodhouse (1989 apud GIRALDO & LA FURCIA, 2014) afirma que as feminilidades trans não gerariam necessariamente uma implosão do sistema com a imposição de variações de identidades de gênero, mas reforçariam estereótipos de feminilidade que perpetuam a *coisificação* da mulher como objeto de prazer e sua opressão como sujeito de direitos, o que reforça o determinismo do modelo binário heteronormativo. Assim, representações sobre feminilidade e masculinidade estariam pautadas em modelos rígidos e excludentes. Giraldo & La Furcia (2014), por exemplo, em sua pesquisa sobre o mercado sexual trans de Cali (Colômbia), ressaltam o fato de que, ao mesmo tempo em que o pênis era valorizado nas relações comerciais com os clientes, ele funcionava como elemento inibidor da possibilidade de identificar-se como mulher, inclusive através do reforço da

ideia de que a “mulher verdadeira” seria aquela nascida com vagina. A identidade travesti¹⁵ aparece, em muitos desses casos, para dar sentido à hibridização que se inscreve nesses corpos, como aquilo que se insere no meio, entre as vivências cis e trans.

Contudo, é importante ressaltar que essa visão da *passabilidade* enquanto fim estético tem sido questionada pela ideia, presente no pensamento transfeminista, de *body-positive* – para Coacci (2014), uma tentativa de reconhecer e valorizar diversas formas de corpos, sejam eles corpos trans, corpos que não se adequam aos padrões estéticos hegemônicos, corpos lidos como deficientes. Para Ferreira (2013), no caso das pessoas trans, o conceito de *body-positive* reforça a ideia de que o que faz um homem ou uma mulher não se restringe à sua anatomia. Portanto, a auto-reivindicação de uma determinada categoria identitária para si não se restringe ou está condicionada à transição estética inscrita no corpo ou a algum estágio dela.

Gontijo (2014), em seu trabalho protagonizado por Kátia Tapety, “a primeira travesti a ser eleita a um cargo público no Brasil”, aponta para o fato de que a participante que dá título ao seu trabalho transita entre as identidades de mulher e travesti, sempre no intuito de tornar-se um sujeito inteligível. Assim, nos espaços comunitários voltados ao cuidado e à assistência dos habitantes de sua cidade, assume a identidade inteligível de *mulher*. Do mesmo modo, nos espaços de militância, aciona a identidade de *travesti* que, para além da inteligibilidade, lhe outorga um título de personalidade pública, em decorrência do feito político.

Percebe-se, deste modo, um trânsito nas categorias de classificação identitária, que se tornam fluidas e dinâmicas. No caso da travestilidade, ainda que a identidade travesti seja traçada a partir da subversão da dicotomia de gênero, na medida em que não reivindica para si a priori o reconhecimento estrito como homem ou mulher, a vivência da travestilidade também se insere no contexto social de busca da inteligibilidade, também pela via da performance. Para Butler (2003), o gênero seria uma possibilidade livre de qualquer instituição prévia vinculada ao sexo de designação, pois se modelaria pela repetição de atos performativos. Os corpos se tornariam inteligíveis a partir de sua relação com a linguagem e de sua aproximação comparativa a outros corpos, principalmente àqueles hegemônicos.

¹⁵ Conforme rememora Santos (2014), no contexto brasileiro, a travestilidade tem se apresentado em forma feminina. Ainda que haja tentativas de diferenciações teóricas entre travestis e mulheres trans, sempre existe o risco de limitar pessoas através dessas categorias identitárias, negando, inclusive, a plasticidade de corpos e a possibilidade de vivências.

Vale a pena lembrar que Teixeira (2012) denomina os atos de modificação corporal e social como um *processo de construção da tecnologia de si*. Durante este processo, são buscadas estratégias físicas e subjetivas para dar sentido ao corpo que, ao primeiro olhar, teria se equivocado no seu modo de existir. Popularmente convencionou-se que a diferença entre a travesti e a mulher trans residiria no fato de que a segunda não conseguiria conviver com a sua genitália, o que tornaria o processo cirúrgico imprescindível para a confirmação da identidade afirmada. Tal pensamento ainda vigora em inúmeros espaços, inclusive entre mulheres trans e travestis ouvidas nas entrevistas que deram origem a essa dissertação.

Vê-se que a *transexualidade* como categorização biomédica traz consigo definidores de *mulher* e *homem* e se encaixa no discurso binário. Assim, Teixeira (2012) questiona a ideia da transexualidade como naturalmente transgressora, pois tentar compreendê-la pode ser um desafio quando o discurso reducionista biomédico e dicotômico de vivência no corpo equivocado é rompido, abrindo-se espaço para explorar o nomadismo das múltiplas possibilidades de vivência e a hibridação entre ser homem e ser mulher – experiências que, em variados momentos, se tocam.

Por sua vez, Freitas (2005) afirma que a existência das pessoas trans só foi possível pela caracterização de suas identidades como doença, cuja legitimidade só é aceita – mesmo como doença – ao não abalar a divisão binária dos papéis sociais de gênero feminino e masculino, na figura de mulheres e homens trans, excluindo-se então as identidades não-binárias.

Historicamente e de modo sistemático, travestis e mulheres trans têm sido destituídas da legitimidade de suas vivências femininas. No cotidiano brasileiro, o uso popular de termos como “traveco” aponta para o fato de que a inteligibilidade identitária nem sempre é coesa, visto que é marcada pela heteronormatividade, na medida em que lhes é negada a condição de mulher, ainda que as marcas socialmente instituídas como femininas estejam inscritas em seus corpos.

Ao traçar a inserção das teóricas feministas nos estudos culturais, Costa (2014) ressalta que há uma complexa e conflitiva inter-relação entre as identidades e relações de poder. Deste modo, essas relações estão inscritas no próprio corpo, que as reflete como produto da dominação e subordinação, o que excede os limites puramente epistemológicos. Além disso, a autora argumenta que as feministas que se debruçam sobre as questões da corporeidade apontam para o fato de que sujeitos não se constroem apenas no discurso, mas por meio de corpos que possuem um peso. Portanto, o corpo não se constitui como elemento passivo, mas se constrói continuamente por diversas vias.

E são justamente os atos performativos, portanto corporificados e inter-relacionais, que orientaram a análise do processo de construção das identidades transfemininas autoidentificadas pelas participantes dessa dissertação.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 O Estudo PopTrans

Esta dissertação é parte de um projeto de pesquisa interdisciplinar, etnoepidemiológica¹⁶, com pesquisadores de diferentes áreas para produzir dados quantitativos e qualitativos, com o objetivo de investigar as condições e modos de vida de travestis e mulheres trans em Salvador (BA), bem como a prevalência de HIV, sífilis e hepatites virais e fatores associados a essas infecções.

O estudo reuniu uma equipe de pesquisadores (profissionais da saúde coletiva e cientistas sociais) de diferentes instituições de Ensino Superior, militantes dos movimentos sociais de travestis e mulheres trans em Salvador, além de atores governamentais, desde 2010, com o objetivo de desenvolver o projeto de pesquisa, denominado “Estudo PopTrans – Vulnerabilidade ao HIV/ AIDS, Sífilis e Hepatites Virais na População de Travestis e Mulheres Transexuais e seus Modos de Vida em Salvador – Bahia”¹⁷.

Além do inquérito epidemiológico utilizado para a produção de dados quantitativos, recorreu-se à observação participante, grupos focais e entrevistas semiestruturadas para a produção de dados qualitativos. Para o desenvolvimento desta dissertação, serão utilizados apenas os dados produzidos nas entrevistas semiestruturadas.

Este estudo foi conduzido de modo a cumprir todas as exigências previstas pela Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013). A participação teve natureza voluntária e ele foi conduzido respeitando-se a autonomia dos sujeitos envolvidos, que decidiram livremente sobre o seu ingresso no estudo, tal qual puderam, a qualquer momento, interromper a participação nele. Esta autonomia também foi preservada, através da garantia do direito das participantes de deixar de responder a quaisquer questões cujos temas, porventura,

¹⁶ Ao reconhecer a complexidade do processo saúde-doença-cuidado, buscou-se utilizar diferentes estratégias e técnicas de pesquisa (epidemiológica e socioantropológica) no decorrer do mesmo projeto,

¹⁷ O projeto foi coordenado pelos professores: Inês Dourado (ISC/UFBA) e Luís Augusto Vasconcelos da Silva (IHAC/ISC/UFBA) (DOURADO et al., 2016).

lhes causassem desconforto.

Além de voluntária, a participação foi confidencial, garantindo-se o anonimato das entrevistadas, tal qual a privacidade das informações fornecidas. Como ocorre nas produções literárias decorrentes deste estudo, que versam sobre as narrativas autobiográficas, far-se-á uso de nomes fictícios para as interlocutoras, de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Destaca-se que a participação, nos diversos momentos do estudo esteve condicionada à assinatura do termo, que descreveu os objetivos da pesquisa, os potenciais riscos, benefícios da participação e sua natureza voluntária.

O Projeto de Pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - Parecer 225.943, de 21 de março de 2013.

5.2 O recrutamento das participantes do Estudo PopTrans

Para se chegar às participantes do Estudo PopTrans, buscou-se, a princípio, estabelecer contatos com mulheres trans e travestis vinculadas aos movimentos sociais e também com aquelas já conhecidas por integrantes da equipe do projeto, no intuito de avaliar conjuntamente o modo mais eficaz de estabelecer contato com as demais. Além disso, foi realizado um mapeamento online, através da rede social Facebook. Eventos organizados por movimentos sociais – a exemplo de paradas do orgulho LGBT, principalmente nos bairros periféricos de Salvador – também fizeram parte do roteiro da equipe. Às travestis e mulheres trans encontradas, solicitava-se a disponibilização de meios para retomar o contato, fosse através de um número de telefone, email e/ou perfil no Facebook. Isso era feito por meio de um postal que disponibilizava informações sobre o projeto e continha um campo destacável, para o caso de desejarem fornecer os contatos. Ademais, foi criado um perfil no Facebook, que também continha informações de divulgação do projeto, tal qual veiculava notícias relacionadas à saúde e à cidadania de pessoas trans, de modo a facilitar o acesso à informação entre aquelas que não se vinculavam aos espaços de discussões promovidos pelos movimentos sociais. Quanto às interações online, além do Facebook, utilizou-se o aplicativo WhatsApp, a depender da preferência das mulheres trans e travestis que estabeleciam contato com a equipe de pesquisa (DOURADO et al., 2016).

Posteriormente, foram realizados dois grupos focais com algumas mulheres trans e travestis. Após esse momento, no qual foram discutidas questões éticas e metodológicas, um questionário piloto foi realizado com duas mulheres trans e travestis, de modo a orientar a revisão de algumas questões. Então, com base em uma *Planilha de Contatos*, oriundas das aproximações online e offline, identificou-se aquelas que poderiam dar início ao recrutamento das demais, conforme a metodologia RDS (*respondent driven sampling*)¹⁸. Essas participantes iniciais, denominadas *sementes*, tinham idades que variavam entre 20 a 45 anos, ocupações distintas, embora apresentassem perfis sociodemográficos semelhantes – suas rendas não variavam consideravelmente e a maior parte delas residia em bairros considerados periféricos. Ressalta-se que, caso as *sementes* não obtivessem sucesso no recrutamento das demais ou desistissem de fazê-lo – levando-se sempre em consideração o caráter voluntário de participação no estudo – a metodologia permitia que elas fossem substituídas por novas *sementes* (DOURADO et al., 2016). As ondas de recrutamento foram iniciadas no ano de 2014 e findaram em 2015.

Foram consideradas elegíveis a participar do inquérito epidemiológico aquelas que se autodeclararam travesti ou mulher trans, que concordaram em participar do estudo, tinham idade mínima de 15 anos e residiam em Salvador há, pelo menos, três meses. Após a realização do inquérito epidemiológico, havia o convite para a realização de testagem rápida para HIV, sífilis, hepatites B e C, com aconselhamento pré e pós-teste.

Com base na percepção da equipe acerca da disponibilidade e particularidade de algumas trajetórias, algumas participantes foram convidadas a participar de mais um momento do projeto – as entrevistas semiestruturadas, sendo realizadas por uma equipe de estudantes e profissionais treinados para isso.

5.3 As participantes desta dissertação

Ao todo, gerou-se um total de 19 entrevistas, a partir de uma perspectiva dialógica e conversacional, que produziram trajetórias narrativas autobiográficas. As entrevistas ocorreram

¹⁸ Metodologia indicada para o recrutamento de populações de difícil acesso, já que promove o recrutamento entre pares e, em geral, produz uma amostra com menos vieses. Em virtude deste trabalho ter como foco a produção de dados qualitativos a partir das entrevistas semiestruturadas, a metodologia RDS, embora fundamental para o recrutamento e a produção dos dados epidemiológicos, não será explorada.

no próprio local do inquérito epidemiológico - localizado em salas cedidas pela Prefeitura Municipal de Salvador, em um prédio no centro histórico da cidade - ou em local indicado pela participante. Conforme já destacado, para a realização das entrevistas, utilizou-se um roteiro com tópicos-guia.

Para a produção desta dissertação, os áudios de todas as 19 entrevistas foram ouvidos e gerou-se a transcrição delas. No entanto, apenas 14 foram eleitas para a análise (Tabela 1), a partir da compreensão de que elas forneciam variabilidade etária e ocupacional entre as participantes e agrupavam elementos pertinentes para a compreensão dos processos de construção identitária transfeminina.

Tabela 1. Perfil das Participantes

NOME FICTÍCIO	IDADE	OCUPAÇÃO	COMO SE AUTOIDENTIFICA
Beatriz	32	Estudante universitária e profissional do sexo	Travesti
Bruna	23	Ativista e estudante universitária	Mulher trans
Camila	48	Ativista	Mulher trans
Carol	32	Ativista e estudante universitária	Trans
Daiane	42	l'alorixá	Transexual
Juliana	24	Cafetina	Trans
Kelly	40	Profissional do sexo	Transexual
Leticia	52	Profissional do sexo	Travesti

Lígia	59	Cabeleireira	Transexual
Luana	21	Profissional do sexo	Trans
Nina	21	Desempregada	Mulher trans
Priscila	29	Ativista	Transexual
Roberta	22	Desempregada	Trans
Tainá	27	Profissional do sexo	Trans

É importante ressaltar que os modos como as participantes se autoidentificam não são estanques e corroboram com a ideia da existência de uma fluidez identitária. Portanto, esta categorização está pautada na resposta de cada uma delas ao serem questionadas sobre a maneira como se identificavam no momento da entrevista semiestruturada. Por conta disso, apresentou contradições não apenas na comparação entre os dados produzidos a partir dos inquéritos quantitativo e qualitativo, respectivamente, mas também houve variabilidade nos diversos momentos da entrevista semiestruturada, a partir do uso de distintas categorias vinculadas à transfeminilidade e daquelas relacionadas à homossexualidade masculina com o objetivo de se autoidentificar.

5.4 Análise das narrativas

Brandão & Germando (2009) apontam que a definição de narrativas não é simples e varia conforme o aporte teórico das diversas disciplinas nas quais é utilizada. Por exemplo, para Castellanos (2014), a narrativa adquiriu, nas ciências sociais, espaço privilegiado de avaliação da cultura, da ação social e da experiência, seja ela pessoal ou social.

Assim, para Castellanos (2014, p. 1068), “a narrativa é considerada uma forma universal de construção, mediação e representação do real que participa do processo de elaboração da experiência social, colocando em causa a natureza da cultura e da condição humana”. O autor

ressalta, portanto, que as narrativas são desenvolvidas de modo performático e adquirem formas por meio das situações e relações a partir das quais são produzidas.

Apesar da polissemia que envolve a definição do que seria uma narrativa, Castellanos (2014) a caracteriza da seguinte maneira:

Sem prejuízo de outras definições, assumimos neste trabalho que, de um ponto de vista mais formal, a narrativa se caracteriza: pela ordenação sequencial de ações e eventos; pela configuração de personagens e cenários em que essas ações e eventos são agenciados, colocando em causa a sua relação com os contextos diegéticos (espaços narrativamente estruturados ou internos à narrativa); pelo enredamento desses elementos em histórias (que conformam um todo ou um universo temporal diegético). Porém, mais do que uma mera descrição sequencial de ações e eventos, entendemos que a narrativa consiste em uma forma de estabelecimento do sentido de ser-no-mundo, na medida em que situa os eventos e as ações em “dramas” instituídos na ordem temporal do vivido. Nesse sentido, as narrativas são modos de elaboração da experiência social. Isso ocorre não somente nas narrativas autobiográficas ou em primeira pessoa, mas também nas narrativas que descrevem situações vivenciadas por personagens que não representam o narrador (CASTELLANOS, 2014, p. 1071).

Assim, as narrativas também se inserem em um contexto macropolítico e, como tal, estão interpeladas pelas estruturas sociais. Deste modo, as narrativas autobiográficas dão conta tanto do que está inscrito no mundo interior consciente, quanto das ações realizadas em um mundo exterior:

Segundo Bruner (1997), o pensamento e o texto narrativo apresentam características que permitem aos seres humanos lidar com a heterogeneidade dos mundos sociais e da experiência temporal: sequencialidade (a narrativa é composta por eventos que se sucedem no tempo); indiferença da história à realidade extralinguística (a narrativa pode tratar de eventos factuais ou imaginários); capacidade de ligar o excepcional e o comum ou canônico (a narrativa permite compreender eventuais fugas às normas usuais); qualidade dramática (a narrativa envolve atores, ações, metas, cenários, instrumentos e problemas de legitimidade, de modo a assumir uma qualidade moral); “paisagem dual” (a narrativa trata simultaneamente de ações num plano exterior e no mental, ou seja, no âmbito da consciência das personagens) (BRANDÃO & GERMANDO, 2009, p. 5).

Para Muylaert et al. (2014), as entrevistas narrativas visam encorajar que histórias de vida sejam recontadas em profundidade, com foco em aspectos específicos. Para isso, objetiva-se que os acontecimentos sociais sejam reproduzidos pelo informante a partir de uma linguagem espontânea, de modo que os contextos sócio-históricos, tanto no qual se produziu o evento quanto a partir do qual ele está sendo lembrado, sejam apresentados. Segundo os autores, a narrativa tem a característica de explorar discursos sobre elementos vividos que não estão teorizados, tornando-se capaz de produzir novas variáveis, na medida em que vivências

individuais estão inseridas em um contexto histórico, o que lhes torna capazes de oferecer um panorama coletivo acerca dos fatos que rememoram, ainda que não se deva ter a pretensão de avaliar a veracidade dos fatos, mas o modo como foram mimeticamente registrados e as experiências expostas ao recontá-los.

Para Bourdieu (1987), no que tange à narrativa que visa recontar histórias da própria vida, fatos são selecionados como acontecimentos significativos, em função de uma intenção biográfica. Entre eles, são estabelecidas as conexões no intuito de dar-lhes sentido, inclusive temporal. Esse modelo narrativo seria portanto uma produção de si, na qual a pessoa entrevistada faz uso, mais ou menos consciente, de sua experiência direta ou mediata de situações de investigação. O autor portanto discorre sobre a impossibilidade de compreender uma trajetória sem que tenha havido a apreensão dos estados sucessivos no campo no qual ela se desenrolou e o conjunto das relações objetivas entre o agente considerado e os demais agentes presentes no campo.

Brandão & Germando (2009) relatam que os elementos textuais da narrativa são escolhidos de modo que ela faça sentido não apenas ao interlocutor, mas também ao próprio narrador. Elas também destacam a concepção de que, na situação comunicativa, os gestos, comportamentos e ações do outro também orientam o fluxo e o sentido da narração.

Por isso, Muyaert et al. (2014) evoca a possibilidade de existência de mais de um entrevistador como possível fonte de problema, uma vez que o método de produção narrativa prevê influência direta da interação entre entrevistador e informante. Por essa razão, se faz necessário um alinhamento entre entrevistadores no sentido de minimizar tais problemas. No caso do PopTrans, além de estratégias de relato minucioso da inserção no campo de pesquisa, a exemplo da confecção de diário de campo individual pelos membros da equipe, a equipe de entrevistadores foi treinada para a realização das entrevistas. Além disso, eventuais problemas surgidos no campo eram publicizados e discutidos em reuniões semanais do grupo de pesquisa.

Squire (2013) aponta para a necessidade de orientar a análise majoritariamente de acordo com o caráter social e cultural da narrativa pessoal, de modo a dirimir possíveis problemas inerentes à abordagem cujo foco é a experiência. A autora ressalta que as narrativas estão sempre inseridas em um contexto que é histórico, social, cultural e político. Num processo interpretativo entre os atores envolvidos na produção das narrativas, elas possuem a capacidade de gerar identidades coletivas que, mesmo que não seja de forma imediata, podem conduzir a trocas culturais e mudanças sociais. Isso porque as histórias pessoais costumam operar como

vias “representativas” e de poder para as pessoas historicamente destituídas de direitos. A autora cita Plummer (2001), que demonstra haver uma tendência, desde o século XIX, de destinar uma maior atenção às histórias contadas pelos menos poderosos, de modo que a história pessoal seja representativa de um grupo social.

Spivak (2010) aponta que as teorias feministas das “margens” partilham a mesma tarefa: criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ela ou ele o faça, possa ser ouvida(o). Para a autora, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade, criando espaços nos quais a pessoa em condição de subalternidade possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvida principalmente nos espaços públicos, onde ocorrem as tomadas de decisões.

Assim, a partir das entrevistas transcritas, as 14 entrevistas selecionadas foram analisadas integralmente, por conta da compreensão de que todos os blocos da entrevista semiestruturada agregam elementos importantes para se pensar o processo de construção de uma identidade transfeminina e seus aspectos relacionais. Para a análise das entrevistas, este trabalho parte do princípio de que as identidades trans se situam no amplo escopo de possibilidades de vivência de gênero. Parte também do pressuposto de que as pessoas empreendem esforços no sentido de produzir atos corporais, portanto performativos, que estejam de acordo com padrões estéticos hegemônicos, norteados majoritariamente para a cis-heterossexualidade. Portanto, as narrativas de construção de identidades transfemininas foram analisadas a partir do conceito butleriano de *performance*, levando-se em consideração os elementos interseccionados ao gênero. O primeiro capítulo da análise explora o aspecto “etapista” de construção da identidade transfeminina, destacando-se inicialmente a criança afeminada e as categorizações referentes à homossexualidade masculina. Neste capítulo, discute-se também a reprodução, pelas participantes, de ideias essencialistas referentes a gênero e identidade. Já no segundo capítulo da análise, são consideradas as modificações corporais de caráter mais permanente empreendidas no sentido de alcançar o modelo de feminilidade almejado, a partir de noções relativas à ideia de passabilidade e feminilidade hegemônica. Neste capítulo, são apresentadas as diferenciações que as participantes estabelecem entre travestis e mulheres trans e a hierarquização criada entre essas categorias identitárias. Por fim, a partir da noção de que a produção de identidades é relacional, o terceiro capítulo aborda as interações entre pares, tal qual as relações íntimas e familiares. De modo semelhante, analisa a inserção das participantes em espaços públicos e institucionais, as vivências possíveis e os tensionamentos estabelecidos.

6. A QUESTÃO IDENTITÁRIA: DO AFEMINADO À MULHER

Este trabalho parte do princípio de que as identidades trans se situam no amplo escopo de possibilidades de vivência de gênero. Parte também do pressuposto de que as pessoas empreendem esforços no sentido de produzir atos corporais, portanto performativos, que estejam de acordo com padrões estéticos hegemônicos, norteados majoritariamente para a cis-heterossexualidade.

Barbosa (2013) defende que a *travesti* e a *transexual* são categorias identitárias performativas, que envolvem gênero, orientação sexual, raça/cor, geração e diferenças de classe – categorias interseccionadas que o autor denomina *Marcadores Sociais da Diferença*. Segundo ele, a partir das ideias butlerianas, a construção do gênero, e conseqüentemente da identidade da pessoa trans, é orientada pela via da performance. O próprio ato de nomear determinado ser ou elemento – enquanto ato performativo que é - já transcende a mera intenção de descrevê-lo e constrói categorias e identidades. Segundo Butler (2003), as identidades e suas categorias não são a origem de práticas, instituições e discursos, mas são produtos desses elementos, cujas origens podem ser diversas. Por isso, as intersecções políticas e culturais são tão importantes quando se discute a ideia de gênero.

Para Butler (2003), toda pessoa afirma e elabora sua identidade pela via da linguagem, que, em sua condição de produto da cultura, se apresenta de modo binário. A autora pontua um domínio imaginável do gênero, cujas possibilidades são delimitadas pela linguagem, naquilo que não escapa aos "limites de uma experiência discursivamente condicionada" (p. 28). Assim, não é espantoso que as experiências de gênero - ainda que sejam experiências trans, tidas como abjetas em muitos contextos – reproduzam uma ordem cultural hegemônica binária, já que os corpos são sempre lidos e falados a partir de pressupostos culturais.

Sobre o ato performativo da linguagem, Borba expõe que:

Falar e escrever para/com/sobre alguém (e ser falada/o e escrita/o sobre) são instâncias de estilização corporal que em sua repetição produzem o que somos e nos dão a possibilidade de traçarmos futuros alternativos e, sobretudo, de redesenharmos os campos semântico-pragmáticos de reconhecimento social (BORBA, 2014, p. 468).

O gênero, portanto, se insere em um espaço discursivo inerente à cultura. Já o sexo, ao ganhar status de naturalidade, é colocado em uma posição anterior ao discurso, o que garante

a estabilidade do domínio do binarismo – produto de uma concepção dicotômica, em que o sexo é visto como ‘anterior’ ao gênero (BUTLER, 2003). Assim, o discurso hegemônico essencialista, que atribui ao indivíduo uma natureza identitária, que Butler (2003) denomina como "metafísica da substância", localiza no corpo o elemento que determina a essência do ser: a genitália. A vagina, portanto, como elemento produtor de uma essência supostamente feminina, ao passo que o pênis é alçado à condição de peça geradora de uma essência supostamente masculina. No caso das informantes do estudo aqui apresentado, será discutido o deslocamento da suposta naturalidade culturalmente atribuída à genitália - e conseqüentemente ao sexo – para o gênero, através da produção de discursos que constroem uma *essência, alma* ou *aura* femininas, presentes desde o nascimento e, como tal, produtoras de uma vivência transfeminina. Em contrapartida, também será discutida a resistência do processo de agenciamento e engendramento de seus próprios corpos, por meio de performances de gênero a priori geradoras de uma gama de constrangimentos.

Butler (2003) ressalta que o sujeito se constrói politicamente por meio de práticas que resultam em legitimação e exclusão. Desta maneira, travestis e mulheres trans não são apenas identidades que vivenciam o escrutínio social que as legitima ou exclui, mas também fazem uso das práticas performativas para legitimar ou excluir as concepções binárias hegemônicas de gênero. Em meio a atos, interpostos como afirmações e vivências que conduzem à resistência, intercalam-se processos de apaziguamento e reafirmação da cultura, no intuito de se fazer inteligíveis.

6.1 Transfeminilidade: uma construção “etapista”

Conforme anteriormente exposto no que concerne à construção performativa do gênero, a vivência da transfeminilidade é demarcada por atos que incluem intervenções corporais as quais se estendem desde a mudança das vestimentas até a intervenção cirúrgica em muitos casos.

Conforme ressalta Pelúcio (2005), quando se refere à construção da identidade travesti em seu estudo com profissionais do sexo da cidade de São Carlos, o *gayzinho* surge como a classificação êmica que delimita a primeira etapa do processo de modificação sócio-corporal. Nesta etapa, a orientação sexual, já socialmente assumida, inauguraria a incursão rumo à feminilidade, embora, em geral, ainda não haja a utilização de uma indumentária caracterizada

como feminina. Segundo a autora, após a afirmação da homossexualidade, o ato de *montar-se* surge como etapa subsequente. Aqui, o termo diz respeito à utilização de roupas e elementos – como maquiagens, perucas e acessórios - voltados para a construção de uma *persona* feminina. Tais episódios, no entanto, ainda se restringiriam a momentos de lazer.

Cabe ressaltar que algumas participantes desta pesquisa de dissertação também aludem a fase de *montagem* ao momento inicial da vivência *na pista*, ou seja, quando se inserem na prostituição, e, ainda como gays, recorrem ao ato de *montar-se* com a intenção de atrair mais clientes. Um exemplo disso é Letícia - autoidentificada como *travesti*, 52 anos e profissional do sexo - que afirma ter iniciado as transformações corporais de *feminilização* de seu corpo com mais de 30 anos, quando relata ter percebido que poderia cobrar mais caro pelos programas caso fosse travesti, embora faça questão de ressaltar o fato de sempre ter ostentado características tidas como femininas, faltando-lhe então apenas os seios. De modo semelhante, Beatriz – autoidentificada como *travesti*, 32 anos, ativista, estudante universitária e profissional do sexo – afirma que percebeu, também no espaço da prostituição, a necessidade de feminilizar ainda mais o seu corpo e romper com a estética demarcada pela androginia, no intuito de obter maior lucratividade com os programas que realizava.

Pelúcio (2005) enumera a *transformação* como fase posterior, momento em que são empreendidas mudanças corporais de modo mais intenso com a intenção de alcançar a identidade almejada. Em relação a esta etapa, as participantes desta dissertação enumeram intervenções corporais, tais quais: colocar um miojo¹⁹ ou mega hair, deixar o cabelo crescer, desfazer-se das peças tidas como masculinas que ainda restavam no guarda-roupa, iniciar o processo de hormonização em alguns casos. Pelúcio (2005) enumera esta quarta etapa do processo como a fase em que a então travesti, já autoidentificada desta maneira, faz uso apenas de roupas classificadas como femininas e planeja ou realiza intervenções corporais ainda mais expressivas e de caráter mais definitivo, tal qual a aplicação de silicone industrial, feita por meio da intervenção de *bombadeiras*, ou através de próteses introduzidas de modo cirúrgico, entre aquelas que dispõem de mais recursos financeiros no momento. Cabe ressaltar que, conforme pontua a autora, a construção da identidade tida como feminina é um processo contínuo.

¹⁹ Espécie de aplique capilar de fibra sintética, mais barato que um mega hair, cujo formato remete ao macarrão instantâneo.

Embora Pelúcio (2005) estabeleça a travestilidade como última etapa deste processo em virtude da especificidade do seu estudo, a maioria das participantes desta dissertação incluem a afirmação de uma outra identidade 'trans' (trans, transexual, mulher trans) como ponto final da *transformação*. Um exemplo disso é Tainá - autoidentificada como *trans*, 27 anos e profissional do sexo – que também utiliza a identidade *mulher* para falar de si e associa a colocação da prótese de silicone ao momento de saída da categoria identitária *travesti*: *Injetado* (silicone), *coloquei com dezoito anos a primeira vez. E daí então, eu já comecei a ficar de mulher vinte e quatro horas*.

Ainda que utilize o termo *mulher*, Tainá apresenta uma fluidez no discurso, na medida em que ela não se torna mulher, mas começa a "ficar de mulher". No relato de sua trajetória identitária, Tainá inclusive insere uma etapa incomum às demais participantes, quando aborda a identidade *transformista* ao falar sobre o seu percurso de modificações corporais. Ela relata que, quando ainda era um gay afeminado, passou a "se travestir" (sic) para ir a festas e fazer programas. Embora a afirmação não seja incomum, o diferencial se insere no fato de que, em virtude de só *se montar* à noite, Tainá se autoidentifica como "transformista" durante esse período - identidade que coexiste com as demais identidades vinculadas à homossexualidade masculina. Aos 18 anos, quando deixa o cabelo crescer, passa a ingerir hormônios e injeta silicone, demarca a sua passagem para a categoria identitária *trans*.

É importante pontuar que a busca de um corpo feminino *passável* é contínua e, como tal, implica um trânsito identitário que se reflete na fluidez com que algumas participantes se autoidentificam – ora como trans, noutros momentos como travestis e, em alguns outros, como mulheres. Neste sentido, o fator geracional se apresenta como um forte elemento. Nina – autoidentificada como *mulher trans*, 21 anos, aspirante a estudante universitária e a mais jovem, ao lado de Luana, dentre as participantes desta dissertação - relata ter começado a usar roupas tidas como femininas aos 15 anos, embora reivindique a identidade *gay* para descrever-se durante esse período. A mudança de etapa é descrita aos 18 anos, quando se assume como mulher trans. É esta identidade que Nina reafirma durante todo o seu relato e, embora afirme já ter sido gay, ela exclui a travestilidade do espectro de suas vivências. Já Lígia - autoidentificada como *transexual*, 59 anos, cabeleireira e a participante mais velha – embora também negue para si a identidade travesti, sob a justificativa de jamais ter vivido da prostituição, ainda que tenha feito programas eventuais, por vezes fala de si como *homossexual*, categoria identitária que muitas afirmam considerar ofensiva quando lhes é dirigida atualmente. Ao contrário de Nina, Lígia não acopla à vivência da transgeneridade o termo *mulher*, inclusive ao deixar claro que não

se considera mulher, mas apenas pareceria uma mulher, conforme suas palavras, num relato que, de certo modo, já atribui um caráter mimético à sua performance. Apenas ao se referir à sua infância, Lígia afirma que se sentia mulher, associando tal sentimento, contudo, a uma ideia de anormalidade.

Ampliando o leque “etapista” exposto por Pelúcio (2005), ao se lançar em suas narrativas autobiográficas, as participantes desta dissertação estabelecem a primeira fase crucial de determinação e futuro engajamento na vivência da transfeminilidade: a criança afeminada. Embora a criança afeminada seja a primeira subversão explícita da ordem cis-heterocêntrica, seus atos performativos demarcam a afirmação daquilo que lhe é anterior e, portanto, biológico: a essência feminina.

Nesta sobreposição de etapas, a criança afeminada dá lugar ao gay, que posteriormente se *descobre* como a travesti ou a mulher trans – sendo que, conforme exposto anteriormente, a primeira também pode se apresentar como identidade introdutória para a afirmação da segunda ou, conforme demonstram parte dos relatos, ambas se fundem em uma identidade transfeminina demarcada pela fluidez que ora reivindica a travestilidade, ora a *transexualidade* (sic). E, ainda quando situada em uma posição de abjeção, a vivência da travestilidade é evocada para "separar o joio do trigo" (expressão trazida por Camila, autoidentificada como mulher trans, 48 anos, ativista) e demarcar a posição de legitimidade da *transexualidade* (sic).

Desta maneira, a performance de gênero na infância é exposta como o primeiro elemento externalizado da transgeneridade. O menino afeminado é aquele que expõe trejeitos discordantes com a performance de gênero dele esperada, guiada pela heterossexualidade, portanto a identidade evocada como demarcadora da primeira etapa rumo a uma vivência transfeminina. Entretanto, essa mesma etapa não deixa de ser vista como um momento no qual se expõe aquilo que já se é, a ‘essência’, expressão de um elemento identitário gendrado, feminino, que, tal qual a genitália lida de modo binário, já se faria presente ao nascer.

6.2 A Metafísica da Substância: "Nasci trans"

Priscila – autoidentificada como *transexual*, 29 anos, ativista - é a autora da frase supracitada. Nina e Priscila são as únicas participantes que excluem completamente a travestilidade como etapa identitária vivida. Ambas, ao lado de Roberta – autoidentificada como

trans, 22 anos, desempregada - são as três participantes que relatam jamais terem feito programas.

Ela, Priscila, pouco se refere às travestis e cita a cirurgia de redesignação genital como elemento final de separação entre as identidades transgêneras - mulheres trans e travestis – ainda que não tenha realizado o processo cirúrgico, embora ressalte o desejo de fazê-lo. Priscila não reivindica a identidade *mulher* para si durante a narrativa, referindo-se à sua identidade como *trans* ou *transexual*, ainda que encontre já na infância os elementos de validação de sua 'essência' feminina em atos performativos, não apenas seus, mas também de sua mãe.

Eu acho que eu sempre... Nasci trans. Porque eu tenho uma foto com dois anos que descobri recentemente - tem uns três anos isso, se eu não me engano - que, assim, eu não me reconheci na foto, que eu não sabia, não sabia da existência dessa foto [...] E, assim, eu questionei meu irmão [...] perguntei quem era aquela menina, e aí, pra minha surpresa [...] na verdade era eu, e realmente eu era todo uma menina [...] Aí eu vou entender, né? Algumas coisas. Dizem que minha mãe queria muito ter uma menina, mas eu acredito que nada disso influencia. Na época que eu nasci, diziam que usava não roupas femininas, mas colocava xuxa²⁰ e, de alguma forma, [...] me fazia como uma transexual. Sem saber, me tratava como uma mulher, mesmo que involuntariamente. Não acho que essa vontade tenha influenciado nessa questão. Mas, quando criança, eu sempre tive muitos trejeitos femininos, não tinha pra onde correr, não tinha como esconder. Não foi uma transexualidade como de algumas amigas minhas que, assim, foram afloradas depois da vida adulta. A minha não, vinha exposta de verdade. Então, assim, eu tentava de alguma forma camuflar, apesar de saber de criança que era transexual. Tentava camuflar usando partes masculinas, parte feminina, pra tentar de alguma forma não chocar a sociedade. De certa forma, eu já compreendia que algo de errado existia, que eu me interessava por roupas femininas, e não masculinas.

Ao falar sobre a mãe que lhe "fazia como uma transexual", Priscila reafirma a inserção do gênero em um espaço discursivo inerente ao corpo, que é tido como biológico e cultural, gerador de uma feminilidade oriunda de um desejo materno reforçado pelo ato de utilização de um elemento estético gendrado, de acordo com o seu ponto de vista: a *xuxa*. Ao se afirmar como trans desde o nascimento, desloca o caráter essencialista atribuído ao sexo para o gênero.

²⁰ Elástico com a finalidade de prender os cabelos.

Nascer mulher, neste caso, subverte a lógica hegemônica cis-heterocentrada na medida em que a genitália não se constitui como elemento de determinação do gênero vivenciado, causando uma conseqüente descontinuidade entre sexo e gênero. O discurso, todavia, não rompe a lógica essencialista que prevê uma verdade exposta desde o nascimento: a existência da mulher.

Segundo Borba (2014, p.448), "a realidade do discurso que diz, do corpo que fala e age, é performativamente produzida *in situ* pelo que é dito e feito". Assim, a essência que não pode ser atestada por meio da concretude binária genital, é demonstrada através de atos de linguagem, a partir da utilização de termos metafísicos, que adquirem status biológico. Para Letícia - autoidentificada como travesti, 52 anos e profissional do sexo - uma aura: *Eu sou uma pessoa que nasci com a aura feminina*. Já Tainá - autoidentificada como trans, 27 anos e profissional do sexo – ao descrever a sua trajetória como *gay*, ressalta uma essência contida na alma: *era gay, mas a alma era feminina*.

De modo semelhante, Juliana – autoidentificada como *trans*, 24 anos, cafetina²¹ – recorre à crença da predestinação:

Eu brincava bastante com meninas, né? E meus irmãos homens sempre falava para Mainha olhar, ficar de olho em mim, meus irmãos mais velhos. “Ah, toma conta, viu, mãe? Fica de olho!”, mas já estava predestinada, né? Eu já estava decidida, o que eu queria, não ia ser comentários que iriam fazer eu voltar atrás.

Já Beatriz recorre a um argumento pretensamente científico, ancorado na genética:

Porque a gente não é filha de chocadeira. A gente tem pai, a gente tem mãe. Mas quem que nos abandona são esses pais, essas mães, que não tiveram entendimento, pra entender que é a culpa de uma genética. Nós somos frutos de genética, masculina e feminina. Aí predispõe, pra mulher transexual, a genética feminina. E, para o homem transexual, a genética masculina. A culpa é nossa? É de quem nos gerou.

²¹ A cafetina é a mulher que, inserida no exercício da prostituição, atuante ou não, cobra uma comissão sobre o trabalho de outras profissionais do sexo e, em troca, oferece proteção principalmente àquelas que atuam no espaço das ruas. No caso de Juliana, ela aluga uma casa para outras mulheres trans profissionais do sexo e ganha uma porcentagem em cima dos programas que elas realizam. Ela também monitora a utilização de determinadas ruas da cidade, nas quais apenas as suas “filhas” (sic, termo utilizado para descrever as profissionais que trabalham para ela) podem atuar na prostituição. A inserção de qualquer outra profissional do sexo, nestes espaços, é reprimida de forma violenta.

Para Kelly – autoidentificada como *transexual*, 40 anos, também profissional do sexo – a ingestão de hormônios permitiu externar, pela via da materialidade do corpo, o ‘ser feminino’ que já havia dentro dela: *Eu tomava tudo de uma vez só porque eu queria acelerar o meu processo, quando eu comecei a ver que estava nascendo o carocinho no peito para ser menina, a menina saindo de dentro de mim.*

A modificação corporal também é apontada por Bruna – autoidentificada como *mulher trans*, 23 anos, estudante universitária e ativista – como meio para exteriorizar a mulher que já existia dentro dela:

Com 10 e 11 anos, o povo começou a perceber meu jeito de gay. E falavam, né? “Esse menino é boiola.” Meus avós me pegavam brincando de boneca, de casinha. Aos poucos, eu fui vestindo roupas femininas, deixei os cabelos crescer, e meus avós brigavam. Chegou um período que eu cheguei e falei: “eu quero ser mulher, quero internalizar e externalizar essa mulher dentro de mim”.

Ao retomar a fala anteriormente citada de Priscila, é importante ressaltar que, ainda que reivindique para si uma identidade tão *natural* a ponto de já tê-la consigo desde o nascimento, o seu relato expõe a compreensão precoce de que “algo de errado existia”, na medida em que não atendia às expectativas de performance de gênero atribuídas socialmente a ela.

Butler (2003) afirma que a discussão sobre identidade de gênero seria anterior à discussão sobre identidade, pois a inteligibilidade dos indivíduos depende de padrões que estejam em conformidade com as normas que conduzem à inteligibilidade do gênero. Para a autora, a própria noção de *pessoa* é questionada quando seres, definidos a priori filosófica e sociologicamente como pessoas, apresentam uma relação de descontinuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, não conformes à lógica cultural da inteligibilidade do gênero, que, por sua vez, é fundada em padrões culturais cuja normativa é a heterossexualidade, numa consolidação daquilo que ela estabelece como uma matriz da inteligibilidade do gênero. Deste modo, a manutenção deste sistema faz com que algumas identidades sejam negadas ou vistas como falhas – morais ou *naturais* – sobretudo aquelas nas quais a expressão de gênero não se configura por meio da esperada continuidade do sexo designado e aquelas nas quais o desejo sexual também não é produto de um padrão heterossexual motivado por sexo e gênero. Desta maneira, tais identidades são relegadas ao não-lugar da abjeção. Assim, Priscila enxerga a própria descontinuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo como um erro. E, de modo semelhante, Lígia expõe:

Desde quando eu notei meu jeito, que eu já vi que eu num era homem, um menino normal, que eu num ia crescer pra gostar de mulher, pra ter esposa e filho, né? Eu sabia que eu era menino, que eu num era uma menina porque eu nasci homem, né? A gente vê o sexo da gente. Mas o comportamento, o jeito, a maneira de ser, eu me sentia mulher, só queria ser mulher, brincava com as meninas, brincava com boneca. Os meninos da minha idade, de oito, nove anos, conhecia que eu num era normal. Eles... Eles conhece, as crianças também conhece, né só depois de adulto, não.

Para Lígia, o sexo não é elemento passível de ser contestado, pois possui status de verdade, pretensamente óbvia, materializada e exposta aos olhos não apenas dela, mas de outras crianças, que, também inseridas desde o nascimento nas "estruturas jurídicas da linguagem e da política" (Butler, 2003, p. 22), demarcadas por uma epistemologia binária, posicionam-na em um *não-lugar* e, conseqüentemente, como *anormal*.

De maneira semelhante, Daiane – autoidentificada como *transexual*, 42 anos, ialorixá - evidencia: *Desde novinha, eu sempre sube que eu tinha um desejo que não era o desejo normal, o desejo dos meninos. É também para além do campo da normalidade que Luana – autoidentificada como trans, 21 anos, profissional do sexo – aponta a percepção da mãe sobre ela: Ela dizia que estava me achando diferente, ela via meu comportamento, que não era normal, igual dos meninos. Eu brincava normal de brincadeira de criança, eu gostava de brincar de bonecas.*

Tal qual Priscila, Letícia situa a sua vivência da travestilidade em um espaço que figura um erro que se inscreve no que é tido como natural, um erro na biologia: *Nunca tive pelo no corpo. É coisa genética, né? Foi erro de genética.* O suposto erro biológico é corroborado por questões físicas que se situam na *passabilidade*, na medida em que aproxima os seus corpos à expectativa estética hegemônica dos corpos de mulheres cisgêneras, como a quantidade de pelos ou um rosto feminino, conforme exaltou Priscila em um dado momento. Deste modo, o suposto erro não é atribuído à negação da identidade masculina que lhes foi imposta, por meio de uma heterossexualidade compulsória, mas ao fato de não terem nascido em corpos contínuos, portanto cisgêneros.

6.3 A criança afeminada: "Ai, era bastante afeminada, afetada... Afetadíssima!"

Se para um quinhão das participantes, a essência feminina lhes acompanha desde o nascimento – tal qual se presume na concepção hegemônica de gênero referente à cisgeneridade – Butler (2003) assinala que as identidades de gênero se constroem pela via da performatividade, o que significa que elas não seriam essências que se expressam por meio de atos, mas produtos desses mesmos atos, repetidos sob a forma de normas sociais referentes a cada contexto e suas contingências. Desta maneira, a *criança afeminada* não seria a manifestação de uma essência feminina a priori, mas o produto de atos performativos que são socialmente atribuídos a uma vivência de gênero binariamente lida como feminina.

Nos contextos narrados pelas participantes, brincadeiras de casinha e bonecas são retratadas de modo gendrado, como evidências de feminilidade, reprodutoras do papel social atribuído à mulher. O ato de brincar, que poderia ser concebido como mecanismo de experimentação das diversas possibilidades de ação e atividade humanas, faz-se elemento de demarcação identitária, portanto gerador de sofrimento.

Um menino, ao invés de ter bola, ficar brincando de boneca. E era cada boneca grande, bonita, brincava de panelinha, de fazer comida. E eu não entendia, né? Aí a minha tia chegou um dia lá e disse: "Isso tá errado, homem brinca é de bola, me dê essa boneca". Um dia, minha tia chegou, aí ela dizia: "Tá brincando de homem, né? Brincadeira de homem, né?"

A fala supracitada de Camila demonstra a expectativa performativa atribuída ao ato de brincar. Camila deveria "brincar de homem", desempenhar "brincadeira de homem", numa performance voltada para a reprodução da masculinidade hegemônica, daquilo que se espera de uma criança cujo "sexo" foi designado como masculino. Mais uma vez, o não-cumprimento dessa expectativa é inserido no não-lugar, no espaço abjeto do erro.

Embora Luana, em fala anteriormente apresentada, apresente um olhar não-gendrado sobre o ato de brincar de bonecas e o classifique como "brincadeira normal de criança", ela ressalta que a mãe a achava diferente, ao ver que seu comportamento "não era normal, igual dos meninos". Portanto, também aqui o olhar do outro conduz à abjeção e coloca a particularidade da sua vivência em um não-lugar que escapa à normalidade.

Às brincadeiras, soma-se a evidência da percepção da sexualidade que não se apresenta conforme a lógica hegemônica da heterossexualidade compulsória, como expõe Nina:

Desde pequenininha, eu brincava de boneca. Brincava eu e o irmão da minha cunhada. E meu irmão lá com a namorada, né? Antigamente, eu usava aquela

camisa na cabeça, aquela coisa Calypso²², cabelão. Desde pequena, eu sabia que não tinha aptidão de namorar com mulheres. (...) eu tinha onze para doze anos.

Pelúcio (2005) expõe a sujeição às normas estabelecidas, na medida em que a referência estética da travesti é a mulher cis, branca e burguesa. Assim, segundo a autora, o ideal de *passabilidade* é guiado por e para esse padrão, principalmente quando ele se apresenta de modo glamouroso, através da imagem de atrizes e cantoras. Para Nina, a referência estética de feminilidade era a vocalista da banda que fazia sucesso durante a sua infância, com seus longos cabelos loiros.

Priscila, ao se descrever durante os anos da infância e adolescência, aponta os conflitos vivenciados por ser a mais "pintosa"²³ da escola e da comunidade. Ela, que reivindica a transgeneridade como essência - de modo semelhante ao que Butler (2003) denomina como "metafísica da substância" - aponta as figuras midiáticas como elemento de reconhecimento identitário daquilo que ela já era, evidenciando uma coerência em relação ao seu discurso demarcado pela frase "Nasci trans": *Sabia que tinha trejeitos femininos porque eu acompanhava os movimentos das dançarinas da época.*

Bruna também relata a percepção do desejo sexual inconforme à lógica heteronormativa desde a infância, o que lhe motivava a querer um homem. Nota-se que, para Bruna, a imagem midiática da mulher cis, heterossexual, portanto hegemônica, lhe remetia à possibilidade de ter o homem:

Eu pegava a toalha e fazia de vestido, passava batom de minha mãe e sofria, né? E o povo reclamava. Eu brincava de comidinha, com folha. E era só com meninas. Com meninos, eu brincava de esconde-esconde só para fazer ousadia. De casinha, às vezes, tinha menino também. Mas eu queria ser a mulher, a dona da casa. Passava uma novela, "A Indomada", e eu via as mulheres. Eu queria aqueles homens que estavam com elas. Eu sempre fui assim, né? Eu quero um homem.

²² Banda brasileira.

²³ Termo utilizado, em geral, para descrever homens gays afeminados.

Deste modo, fica claro que, conforme a lógica de imposição da heterossexualidade como meio para a inteligibilidade identitária, sexualidade e gênero se entrelaçam, de modo a confundir-se, ou se apresentam como complemento um do outro, conforme a fala de Lígia: *Eu sempre fui afeminado desde criancinha, fui crescendo assim (...) o jeito assim afeminado e homossexual, eu fui desde criança.*

Todas as participantes – com exceção de Kelly, autoidentificada como "uma transexual bissexual" (sic) - alegam se relacionar apenas com homens. Portanto, a performance de gênero aqui também envolve a orientação sexual como valioso elemento interseccional de afirmação identitária. Assim, tanto o afeminado como o homossexual são posicionamentos identitários femininos. Segundo Barbosa (2013), o uso de termos historicamente relacionados à homossexualidade – a exemplo de *gay*, *homossexual* e *viado* - não exclui o uso de outras categorias que façam referência às vivências trans, já que seus significados são polissêmicos. Deste modo, o termo *viado* é historicamente relacionado, no Brasil, a convenções que associam homossexualidade a performances de gênero femininas em corpos designados como masculinos, por isso esta categoria é culturalmente utilizada para práticas de ofensa, preconceito e violência. Desta maneira, a criança afeminada transforma-se automaticamente na criança *viada*, cuja identidade demarcada pela abjeção deve ser repelida, o que ocorre inclusive no espaço intrafamiliar, conforme os relatos supracitados, ao qual se soma o de Daiane:

Eu era bem afeminado, já era molenguinha desde que nasci. E meu avô era daqueles homens matutos e ele ficava: "Engrossa essa voz! Menino com essa voz de moça! Olha como fica com essa mão quebrada, remexendo!" E minha mãe dizia para ele me deixar, e meu pai dizia que isso que dava ter muito viado em casa, porque minha mãe era mãe de santo, e tinha muito viado, até travesti. E meu avô sempre ficava irritado.

Já Roberta afirma que, desde criança, ansiava a identidade trans, justificando o seu desejo por meio dos trejeitos designados como femininos, que descortinavam a identidade feminina demarcada pela homossexualidade, mais uma vez colocada não apenas como mais uma categoria interseccional, mas como identidade feminina de gênero: *eu lembro que meu pai falou comigo, até um pouco tempo atrás, no aniversário dele em março, que ele sempre soube desde pequeno (que ela era gay), que ele percebia que eu tinha trejeitos, que ele sempre soube.*

Por sua vez, Camila aponta para a performance de gênero como indicativo de descontinuidade entre o sexo de designação e o desejo sexual, por meio da ideia de que teria um determinado "jeito":

Os meus tios diziam, assim, que eu tinha jeito de gostar de chiclete. Eu não entendia essa expressão. Eles usavam esse termo, que eu ia gostar mais de chiclete. Aí, depois de muito tempo, que eu vim entender que gostar de chiclete era a cabeça do pênis do homem.

De modo semelhante aos relatos supracitados, Carol – autoidentificada como *trans*, embora exponha ter dúvidas entre as categorias, 32 anos, ativista e estudante universitária – expõe:

Minha infância foi tranquila, não tive problema nenhum. Meu problema foi me descobrir, saber o que era ser gay, o que era ser diferente. Tenho lembrança a partir dos meus oito, nove anos. Nessa faixa de idade, eu fui me descobrindo. As pessoas já percebiam, diziam que aquele pitbull era Lessie e tal. E, com o tempo, a gente vai se descobrindo. Eu fui estudando, interagindo, namorei com garotas, umas três ou quatro meninas, para agradar pai e mãe. E meus irmãos tinha muito preconceito comigo, todos jogavam futebol, e eu nunca gostei, queria brincar de boneca, queria ter tudo de mulher. Eu era a única que organizava a casa, e minha mãe já via.

Utilizando-se da mesma lógica que entrelaça as categorias êmicas referentes ao gênero e à sexualidade, Nina avalia os protestos da mãe quando se assume como *gay*: *Eu tinha meus trejeitos, mas ela (mãe) não aceitava, não queria enxergar, se fazia de desentendida.*

Deste modo, vê-se que há a imposição de um padrão heterossexual motivado por sexo e gênero desde a infância. Ao elaborarem performances de gênero inconformes à expectativa criada para seus corpos – leia-se performances de gênero lidas como femininas – as participantes, ainda que na mais tenra idade, são automaticamente classificadas e passam a ser também questionadas a respeito de sua orientação sexual.

6.4 As Categorias Identitárias vinculadas à homossexualidade: "Querida viver o mundo da diversidade como gay e adotar todas as evoluções daí em diante"

Seguindo a lógica "etapista" apresentada no início do capítulo, a identidade da criança afeminada se seguiria a identidade vinculada à homossexualidade. Ressalta-se, no entanto, conforme já exposto anteriormente, que essas fases se entrelaçam e se confundem na medida

em que a performance do gênero passa a ser lida como indicativo da homossexualidade e vice-versa. Retomando o pensamento de Butler (2003) de que, para a normativa hegemônica cis-heterocêntrica, é imprescindível uma relação de continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, qualquer furo em algum item deste sistema performativo leva ao questionamento dos demais. Essas normas que conduzem à inteligibilidade do gênero fazem com que esses corpos masculinos então sejam lidos como corpos gays.

Carrara & Saggese (2011) chamam a atenção para o fato de que – ao contrário do que acontece no plano político, no qual o termo *gay* é utilizado para referir-se ao homem homossexual – no cotidiano social, o termo também é utilizado por mulheres lésbicas e travestis para referir-se à própria identidade. Os autores ainda ressaltam que travestis e pessoas trans, em seus trânsitos pelas categorias de sexo e gênero, podem adotar variadas respostas identitárias, que costumam variar desde o modo como se percebem até o modo como são percebidas e nomeadas pela sociedade. Com o passar do tempo, no caso das travestis e mulheres trans, os corpos inicialmente percebidos como masculinos, ainda quando tomados por traços lidos como afeminados, dão lugar a um dinamismo que passa por variados graus de elaboração da feminilidade.

Priscila chama a atenção para o fato de que, embora a sua performance lhe conferisse uma identidade *gay* durante a infância - identidade associada à vivência da feminilidade – ela não era lida, contudo como uma menina: *Não existia entendimento muito. Sabiam... Mas, na verdade, que era gay no entendimento deles. Também, no meu próprio entendimento, que era gay, com 10 anos. Mas que, assim, era tratado como a figura masculina, e não como a figura feminina.*

Priscila atribui o fato à razão de seu pai, tomado como exemplo, não compreender aquilo que denomina como "o universo das trans". Carrara & Saggese (2011) elaboram que, mesmo que se interliguem, sexualidade e gênero são espectros distintos de hierarquização social. Então, ainda que as participantes coloquem a então percepção de sua sexualidade permeada pelo olhar que lhes colocava no espaço do erro ou da anormalidade, as categorias identitárias vinculadas à homossexualidade - e não ao "universo das trans" - eram aquelas passíveis de serem nomeadas por quem convivia com elas. Até porque, no contexto brasileiro, a identidade trans mais presente no imaginário é a travesti, ainda hoje bastante vinculada à criminalidade e à prostituição, portanto ainda mais abjeta e rechaçada de modo mais intenso. Ao relatar o início das modificações corporais, quando já se *montava*, Carol comenta:

Eles (os irmãos) gritavam, mandava eu falar como homem e cortar as unhas, eu já usava unha. Minha mãe e meu pai eram neutro, tinha vergonha de me perguntar. Da minha transformação, minha mãe veio me perguntar aos dezoito anos. Aos dezoito, eu já sabia que era gay, e eu estava colocando o biquíni para ir para a praia, e ela perguntou para onde eu estava indo daquele jeito, e eu disse que estava indo para a praia, e ela perguntou se eu ia assim e se eu era gay, e eu disse que sim.

De um modo geral, as participantes relatam a fase identitária vinculada à homossexualidade masculina como o período de maior experimentação, quando começam a vestir roupas designadas como femininas e usar maquiagem, geralmente em casa ou durante os momentos de lazer. Além de ser a etapa que antecede aquela na qual ocorre a autoidentificação a partir de alguma identidade trans, é o momento durante o qual relatam ter começado a experimentar possibilidades mais explícitas de subversão da vivência no gênero que lhes foi designado e conseqüentemente imposto. Este momento, no entanto, é relatado como de natureza passageira, um deslocamento de uma identidade feminina que conduz à identidade subsequente. Com base nisso, Roberta – cuja identidade trans foi assumida um ano e meio antes da entrevista, quando tinha 20 anos – lamenta aquilo que identifica como uma permanência prolongada nesta categoria identitária:

No colégio, com os colegas, eu sempre fui gay. Porque eu acho assim, que eu tenho comigo, que eu virei uma trans muito tarde. Porque geralmente, quando a pessoa vira trans, pra mim ela já começa do começo com seus quinze anos. E isso pra mim foi um transtorno, entendeu? Acho que atrasou muito. Mas, hoje em dia, eu me sinto realizada com o resultado.

A explicação de Roberta para aquilo que considera um *atraso* advém do fato de aparentemente não vislumbrar, até então, outras possibilidades que lhe fossem inteligíveis e, portanto, nomeadas, o que se modifica a partir do momento em que ela conhece uma pessoa trans:

Desde criança, eu já queria. Tipo, na minha cabeça, eu tinha que eu queria virar mulher. Porque eu era uma pessoa leiga, não sabia as qualificações que tinham entre homossexual, gay, trans, travesti (...) Então a primeira vez que eu vi (uma trans), eu fiquei encantada: corpo de mulher, voz de mulher, cabelo, rosto, seios.

Tainá, a única das participantes a enumerar uma etapa identitária na qual se autoidentificava como transformista – embora as identidades *gay* e *transformista* não se

apresentem como excludentes entre si, mas complementares - também aponta o momento em que conhece uma mulher trans como ponto de transição identitária:

Essa vontade de ser a Tainá, sempre tive desde criança. Eu sempre me identifiquei como mulher, nunca gostei de aparentar ser homem, o meu desejo sempre foi esse desde criança. Agora, a vontade mais forte surgiu quando eu conheci a primeira trans. Eu tinha dezesseis anos e foi minha inspiração.

Uma outra pessoa trans surge, nestes momentos, como um corpo que pode ser lido e nomeado, já inserido em um discurso, portanto não mais relegado ao *não-lugar*, tornando-se referência. Entretanto, conforme anteriormente citado, a polissemia do discurso identitário desloca vários termos vinculados à homossexualidade masculina para as vivências trans (BARBOSA, 2013). E, neste aspecto, não apenas o distanciamento de discussões acadêmicas e de movimentos políticos - conforme aponta Roberta – influencia a autoidentificação com essas denominações, mas também o fator geracional. Para as participantes mais jovens, após a transição para a vivência de uma categoria identitária transgênera, os termos que lhes vinculam à homossexualidade masculina adquirem o status de ofensa identitária. Já para Lígia, a participante mais velha, não é o seu enquadramento em uma categoria identitária vinculada à homossexualidade masculina que lhe incomoda, mas o termo utilizado para fazê-lo, o que fica evidente em suas falas a seguir:

1) O rapaz que me trouxe pra Feira era também homossexual igual a mim, era colega.

2) Viado, que eles gostam de chamar “viado”, né? Aquelas pessoas que gostam de criticar, de discriminar, chama logo “viado” pra ofender. Que eu acho esse nome horrível. Eu acho que, quando a pessoa me trata assim de viado, eu tomo por ofensa, eu num gosto, não. Acho muito feio, que, às vezes, até colega mesmo, assim, conversando fica: “ô, viado” e tal. Eu falo: “Num me chame assim, não, que eu num gosto, eu acho feio”. E tem mulher também que gosta de ter amizade com a pessoa homossexual pra depois estar tratando diferente. Num me chame de viado. “Se me chamar de viado, chamo você de puta, você vai gostar?”, eu falo assim.

Para Lígia, a utilização do termo *viado* para descrevê-la é uma prática ofensiva, preconceituosa e violenta, em consonância com a carga histórica que o ato de chamar alguém de *viado* carrega no contexto brasileiro, conforme relata Barbosa (2013), ainda que ela aponte o fato de o termo ser utilizado por "colega", modo como ela se refere a homens gays, mulheres

trans e travestis – numa atitude de identificação que corrobora com a fluidez com que se refere à sua própria identidade, ora como trans, ora como homossexual.

De modo parecido, Roberta expõe o incômodo com a utilização do termo *viado*:

Já aconteceu, já, de uma amiga minha... Virou trans depois de mim, só que ela já se hormonizava e tudo. Aí, depois que ela virou trans, ela começou a falar mal das outras. Ela disse que eu era feia. Que eu era um viadinho, me rebaixando [...] A gente já era amiga desde gay. Aí eu fiquei abismada, até hoje ainda eu fico. Já mandei recado pra ela, que ia pegar ela pra bater, mas depois deixei pra lá.

No caso de Roberta, não apenas a escolha do termo é o fator de indignação, mas o fato de ela ser "rebaixada" a uma categoria que lhe destitui nominalmente da identidade trans, demarcada e assumida um ano e meio antes. Na mesma fala, Roberta relaciona a identidade *gay* como algo do passado, já transposta.

Daiane, ainda que vincule a identidade gay ao feminino, conforme a utilização do termo "amigas", também a desloca para uma vivência passada: *As vizinhas passam e falam, "suas amigas são tudo gay, né?". Eu digo que é, que eu já fui gay um dia.*

Nina, ao descrever seu processo de solicitação de modificação de nome no registro civil, também recusa a identidade vinculada à homossexualidade masculina, demarcando em ato de fala o seu lugar de mulher trans. Porém, ao fazê-lo, faz questão de pontuar que o seu distanciamento não se vincula a um olhar abjeto sobre essa identidade, mas pelo fato de seu caráter ter sido transitório, vinculado ao momento de experimentação e aprendizagem para se afirmar na vivência da transgeneridade:

Eu já falei com a juíza. A gente teve a primeira audiência, aí ela me encaminhou pro psicólogo. E pediu algumas fotos minhas antigas, coisa que eu não tenho. Porque, pra mim, existiu sim. Eu sei que eu fui homossexual um dia, não tenho vergonha de dizer isso, porque pra mim foi uma honra ser homossexual. Foi quando eu comecei a aprender, entendeu? Mas eu não tenho fotos, eu sempre apagava, sabe? Eu não tenho fotos.

Entretanto, se a referência identitária que orienta a *passabilidade* é fundada no ideal da mulher cis-heterossexual, a negação das categorias vinculadas à homossexualidade masculina também se mostra como elemento de afirmação de uma heterossexualidade, que, a partir de uma lógica de continuidade entre gênero e desejo sexual, também adquire a função de validar a

vivência transfeminina, conforme aponta Kelly, ao enumerar as críticas que recebe: *Eu sou uma transexual bissexual, né? Eu sou bi. Tenho amigas que me criticam, uma trans que gosta de mulher. Em 2001, eu tive uma relação com lésbica.*

Além de Lúgia, Letícia - autoidentificada como travesti e a segunda participante mais velha - também passeia pelas categorias identitárias vinculadas à homossexualidade masculina. Por conta disso, se descreve tanto como travesti quanto como homossexual. Ela, ao falar sobre o companheiro com quem mantém um relacionamento há 25 anos, desde antes de iniciar a vivência na travestilidade, afirma que ele também se relaciona com "mulheres": *Ele (marido) fica com mulheres também. Com mulheres, não ligo. Pode. Mas com travesti e gay, não.*

Portanto, a interdição de Lúgia em relação às relações extraconjugais do companheiro é dirigida às pessoas que são lidas como pertencentes às categorias identitárias nas quais ela se reconhece. E é justamente um reconhecimento fluido, moldado pela sobreposição das etapas, contrário à lógica essencialista, que Daiane defende ao afirmar: *Não, ninguém se descobre trans, ninguém nasceu trans, vai se descobrir com um tempo. Tudo mentira dela, toda trans já foi gay um dia*

Assim, as categorias identitárias vinculadas à homossexualidade masculina, em geral, têm a função de descrever uma etapa anterior à transgeneridade, embora contribuam para a ampliação das categorias de gênero, pois também são lidas como posicionamentos atribuídos à feminilidade.

6.5 Agenciamento: "Coloquei megahair. Tinha um desejo muito grande de ser mulher."

Ainda que corrobore com a ideia da vivência da transgeneridade como uma construção "etapista", Daiane apresenta um discurso que demonstra a complexidade de interações de variados elementos naquilo que compete à capacidade de agenciamento da própria identidade:

A gente não planeja ser uma trans ou uma travesti. A gente foi crescendo, tomando um hormônio, uma roupa, um lápis de olho... Depois você acha que o batom não tá bom e mete um blush e, de repente, você tá aí, toda mulher, mais mulher que qualquer mulher. E aí tem o processo do nome e vão pra internet procurar o nome. E eu nunca quis um nome muito difícil porque, se eu colocasse assim, minha mãe não iria acertar. E daí que ficou Daiane. Mas a gente não tem

essa ideia de que vai dormir gay e amanhã acorda travesti. Tem pessoas que eu acho que é uma trans, e ela não se monta, não se veste, mas o cabelo está todo lindo, toda maquiada, mas a roupa veste de homem, e a gente tem que respeitar. Ela não tá dizendo que é trans? Então a gente tem que respeitar.

Embora inicie o relato a partir da ideia de que não ocorreria um planejamento da vivência no gênero feminino, Daiane reflete sobre uma série de situações nas quais ela assume o protagonismo em atos sobre a definição de sua identidade, inclusive naquilo que se apresenta como estrutura jurídica da linguagem de si: a escolha do próprio nome.

Butler (2003) aponta a drag como uma paródia de gênero daquilo que é apresentado como o *natural*. Ao mimetizar a identidade da mulher, a drag se apropria, através do exagero estético, dos atos performativos que produziram a mulher. Sobre isso, Rocha (2014) discorre que:

O conceito de performatividade torna possíveis encenações de gênero que chamem atenção para o caráter construído de todas as identidades, sobretudo aquelas mais estáveis. Algumas dessas encenações são mais paródicas que outras, como o²⁴ drag, que revela a natureza mimética de todas as identidades de gênero (ROCHA, 2014, p. 512).

Desta maneira, tornar-se "mais mulher que qualquer mulher" não é apenas uma possibilidade mimética relativa à vivência do gênero, mas o produto de escolhas e engendramentos políticos que conduzem à construção do sujeito – possibilidades que levam à legitimação de atos de performance e à exclusão de outros. E, embora a categoria *mulher* se insira na estabilidade dicotômica inteligível do gênero, o modo como é vivenciada não é estanque, menos ainda as categorias relativas à vivência da transfeminilidade, vide a mesma fala na qual Daiane exemplifica a legitimidade estética da trans que "não se monta". Para Butler (2003), a possibilidade de escolha individual, ainda que limitada, existe, e é justamente na percepção dessa possibilidade que reside a capacidade subversiva relativa à vivência do gênero.

Ainda que, muitas vezes, reproduzam o discurso biomédico relativo principalmente à *transexualidade* no intuito de validar a sua identidade - o que corrobora com a ideia, já anteriormente citada, de higienização dessa identidade apontada por Carrara & Carvalho (2011) - Barbosa (2013) chama a atenção para "os múltiplos agenciamentos que perpassam e

²⁴ Neste trecho, o autor utilizou o artigo masculino, embora não esclareça o porquê.

constituem os sujeitos" (p. 356), de modo que o conceito de performatividade ganha valor analítico por conta da sua ênfase em uma micropolítica da produção de corpos e identidades.

Carrara e Saggese (2011) pontuam que, quando ultrapassadas as convenções sociais heteronormativas no contexto da sexualidade e aquelas que ditam as normas comportamentais de gênero, os indivíduos que subvertem estas regras veem-se suscetíveis a situações violentas e discriminatórias. Assim, comportamentos socialmente estabelecidos como femininos, quando apresentados por homens, tendem a se configurar como risco à sua integridade física e psicológica. Sobre as agressões sofridas durante a infância, Beatriz rememora com riqueza de detalhes:

Meu pai era daquele que não respeitava. E, com seis anos de idade, ele já via que eu tinha um jeito, sabe? Que eu tinha um jeito diferente de meus irmãos, que era mais velhos. Que eu não falava, que não gostava de futebol. Meus irmãos amavam tudo isso, e eu não. Foi passando... Seis, cinco anos de idade... Que isso foi antes de a gente viajar pra um município diferente. Eu era primeira série, acho que tinha seis, sete anos, por aí, é quando está na primeira série. A gente estava na sala comendo amendoim. Meu pai comprou amendoim. Todo mundo comendo na sala, eu fui pegar. As mulheres botam assim, no colo, comendo. Eu fui levantar igual a mulher. Porque eu via minha mãe... Não sei como é isso, não se explica. Que, se eu tivesse que escolher, eu não teria feito isso. Aí eu levantei e fui jogar no lixo assim. Até hoje, eu sinto o tapa nas costas [...] Estava com bermuda, e fiz como se fosse uma saia. Porque o certo seria eu pegar com a mão, pra mostrar pra meu pai que era um homem. Mas ele ficava me vigiando vinte e quatro horas. Eu percebia isso, com seis anos de idade. Peguei esse lixo, do jeito feminino, e joguei no lixo... Estava tentando jogar no lixo. Porque, quando eu levantei, ele já deu um tapa nas costas. "Isso é jeito de mulher!", pê, pê, pê... Falou, falou... Eu só chorei, juntei as cascas, joguei no lixo e me tranquei no quarto. Eu acho que foi, naquele momento, que começou a me perseguir. Porque, na época, era tido como doença mental. E eu não sei, eu comecei a criar mecanismo de defesa, eu não falava muito, eu não interagia, não tinha amigo na escola, não tinha nada. Com seis, sete anos de idade, eu comecei a criar tudo isso. Foi quando veio essa deficiência, minha timidez, insegurança. Sou muito insegura por causa das agressões da infância. Meus irmãos me levavam pro futebol. Eu ficava fazendo que era louca, brincava com flor, ficava... Dizia, "melhor fazer de louca, do que apanhar". Porque eu apanhava, não sabia o que era. Eu não sabia, hoje eu sei que, na época, eu já

sabia como me defender, sabe? Eu dizia, “por que eu estou apanhando?”. Eu lembro que, na época, ele dizia: “Isso é coisa de mulher!”. Tudo que eu fazia era coisa de mulher. “Isso é coisa de mulher!”, “Isso é coisa de mulher!”. Eu ia muito, sempre gostei de olhar desfile de banda marcial. E banda marcial, o que é que chama atenção? Aquelas balizas, aquelas roupas coloridas, que faz ginástica [...] E eu pegava e me trancava no quarto e fazia tudo aquilo que elas faziam. Uma vez, está eu, colchão no chão, virando. Meu pai pega. E ele me colocou pra dormir na cozinha, sem lençol, sem nada [...] Seis, era nessa faixa etária. Tudo isso, eu lembro. Tudo isso, eu tenho lembrança. Passa-se o tempo, eu comecei a ver que eu não podia fazer essas coisas em casa. Eu fazia na escola, mas, na escola, os amigos zoava, mas era aquele bullying. Eu também brincava na escola, mas também, quando chegava em casa, sabia que tinha que fazer um papel. Fazia a tímida, fazia isso, fazia aquilo... Festa de meus primos, eu não ia, que era eu... E eu descobri que um primo meu também tinha um jeito igual ao meu, aí começou a ficar mais amiguinhas [...] Então era defesa, eu me retraía, me isolava, que é uma defesa. Apanhava menos. Meu pai dizia: “Vem prá cá!”. Eu ia fazer o que lá? Que, se eu fosse, erguesse a mão, talvez incomodasse ele, eu ia apanhar. Se eu falasse, eu ia apanhar. Então eu comecei a fazer as coisas pra não apanhar. Aí isso começou a passar de minha casa. Na escola, já não interagia, começou a fazer bullying - que hoje tem nome, bullying - por causa do meu jeito.

Vê-se que, ainda que relatem, desde a mais tenra idade na vida intrafamiliar, diversas situações não apenas de violência física, mas também do que Minayo (2006) classifica como violência moral e simbólica - "aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro" (p. 15) - que se perpetua nas práticas de violência institucional e na patologização biomédica de suas identidades, elas não excluem a ideia do agenciamento de si e da própria identidade, mesmo quando adotam o discurso biomédico. Sobre a sua identidade, Roberta, embora afirme o desejo de ser mulher desde a infância, aponta em caráter de decisão: *Eu fiquei assim um tempo: meio lá, meio cá. Mas, ano passado, realmente eu tomei a decisão. Eu já tenho 1 ano e 6 meses já, que eu virei uma trans totalmente, de andar vinte e quatro horas, se maquiar, se comportar realmente como uma mulher.*

Dentro dessa perspectiva micropolítica, Barbosa (2013) aponta que as vivências pessoais validam posições políticas. Conforme exposto anteriormente, mesmo quando influenciadas pelo discurso biomédico, as vivências pessoais apontam, com frequência, para atos de resistência. Bruna, ao narrar a sua infância e adolescência, relata os conflitos vivenciados com os avós pelo

fato de apresentar performances de gênero lidas como femininas, como brincar com garotas, deixar os cabelos grandes e vestir-se com itens associados ao guarda-roupa de mulheres. Ainda assim, Bruna reafirma a sua identidade em atos, o que resulta em sua expulsão de casa aos quinze anos, quando recorre à prostituição como meio para a sobrevivência: *com 15 anos, eu fui para a prostituição. Quando fui para a prostituição, foi quando eu realmente fui expulso (de casa). Coloquei mega hair. Tinha um desejo muito grande de ser mulher.*

Já Tainá, ainda hoje profissional do sexo, expõe a sua saída de casa como um ato de resistência: *Ela (mãe) me crucificou, me disse que eu nasci homem, que eu tinha que ser homem, me vestir como homem. Eu me sentia mal com aquilo e acabei fugindo de casa.*

Assim, ao mesmo tempo em que esse corpo reproduz padrões de gênero hegemônicos, no intuito de se transformar na mulher almejada – “mais mulher que qualquer mulher” – lhe são impostos constrangimentos sociais que, até certa medida, busca desafiar, ainda que isso implique na sua leitura como aberrante, portanto produtor de uma identidade abjeta.

7. O CORPO: “PARA DESCONSTRUIR O HOMEM E PRODUZIR A MULHER, SÓ NO SILICONE.”

Se a performance é o ato individual, a performatividade é justamente aquilo que impõe limites à performance ou a viabiliza, já que diz respeito aos códigos sociais, culturais e, portanto, linguísticos, que norteiam a performance. Deste modo, a performatividade estabelece as regras que serão direcionadas aos corpos, que se constroem em identidades pela via das performances, que são performativas. Sobre isso, Borba (2014) pontua que:

Butler argumenta, então, que gênero não é uma propriedade dos indivíduos, uma essência refletida em seus atos e corpos, mas algo que se faz em nossas ações cotidianas, um efeito pragmático de um amálgama de recursos semióticos (língua, entonação, tom de voz, o que/como se fala, roupas, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais etc.) usados localmente para este/a interlocutor/a aqui e agora (BORBA, 2014, p. 448).

Assim, o corpo é sempre colocado como instrumento de construção identitária, mesmo antes do nascimento, não apenas em termo macropolítico vinculado à ideia da performatividade, mas também das trajetórias individuais, como quando Priscila coloca o desejo de sua mãe de que ela nascesse *menina*. De maneira semelhante, *nascer trans* é uma afirmação que pode ser direcionada a um essencialismo do corpo e do ser, que se materializa pela via da linguagem, conforme o pensamento de Butler (2003).

A criança afeminada se constrói pela via do corpo e no corpo, sem que seja empreendida qualquer modificação corporal e estética - mudança de vestuário e alongamento capilar, por exemplo. Mas outros atos performativos são executados no sentido de demarcar essa identidade que, ao ser percebida e exposta, não permanece incólume. Já o homossexual, afeminado ou não, também é reconhecido através de uma identidade que incide no corpo e pelo corpo, gerada em consequência do seu desejo. No caso específico das participantes, todas relatam terem sido homossexuais afeminados no processo de transição para a transgeneridade.

Malysse (2002) retoma o pensamento do antropólogo francês Marcel Mauss, datado de 1950, de que:

O homem não é o produto do seu corpo, mas que é ele que produz seu próprio corpo em interação com os outros, através da sua imersão no universo simbólico e visual da sua cultura: o corpo não é uma fatalidade, uma natureza, mas ele é objeto de uma construção social, cultural, individual (MALYSSE, 2002, p. 3).

Para o autor, uma "antropologia do corpo" (p. 3) surge, de fato, neste momento, quando o corpo passa a ser enxergado como uma "ficção social" (p. 3). Mauss inauguraria, assim, a ideia de que a educação voltada para elementos do corpo conduziria a uma imitação elaborada do que se estabelece como padrão sócio-cultural (MALYSSE, 2002). Embora o termo *imitação* não seja apropriado para descrever o conceito de performance de Judith Butler, percebe-se uma aproximação entre ambos os pensamentos, no sentido de que o corpo reproduz normas performativas. Um exemplo disso pode ser encontrado na seguinte fala de Daiane:

Minha primeira calcinha foi titia que me deu. Eu saí da casa dela com quinze (anos) e fiquei no mesmo bairro com uns amigos. E, aos dezessete, comecei a me montar. E, um dia, eu estava lá e a gente ia sair, pois era carnaval. E eu, me arrumando de mulher e com uma sunga. E ela: "Xi, mulher de cueca! Olhe, fia, se você quer ser mulher, tem que ser mulher direito!". E, no outro dia, me deu um kit de calcinha. E pronto, minha tia é maravilhosa, minha segunda mãe.

No processo de aprendizagem sobre as novas vestimentas, Daiane aponta para o ensinamento maternal de sua tia de que teria que ser "mulher direito", ou seja, não poderia fazer uso de uma roupa de banho lida como masculina caso desejasse ser mulher. Neste sentido, Nina também pontua a mudança no vestuário como o ato de resistência, de um corpo que desafia as regras que lhe foram impostas, para se expressar como mulher:

Aí teve uma época que foi quando eu realmente comecei a me descobrir, e a roupa masculina já me fazia mal [...] Aí eu ficava estressada, muito estressada. Quando eu colocava uma roupa masculina, me surgia um ódio, eu brigava com todo mundo [...] Eu saía de roupa de homem. Chegava na frente de casa, eu colocava roupa de mulher. No meio da rua, eu fazia isso. Eu falei: "Eu não vou vestir roupa de homem!". Botava no meio da rua, e começava a briga de novo [...] Mas é uma sufocação, me sufocava parecendo que eu ia morrer, de tanta raiva que eu sentia. Aí eu fui, comecei a usar. Toda vez eu usava, pra pirraçar ela (*a mãe*), pra mostrar que eu ia usar roupa de mulher, e passava na frente de casa. Começava a briga.

Embora os casos apresentados anteriormente demonstrem a experimentação de novas vestimentas em locais públicos, Carol ressalta o caráter sigiloso de suas primeiras incursões no ato de *montar-se*: *Eu fazia essas coisas escondidas, usava calcinha escondido, e eu achava mulher, me sentia mulher, e ficava aquele negócio.*

Se a mudança das vestimentas se insere inicialmente no ato de *montar-se*, vê-se que o elemento principal associado à mudança para a vivência no gênero feminino é, na verdade, o cabelo. Tradicionalmente, a imagem de feminilidade no contexto brasileiro é associada ao uso de cabelos com longo comprimento. Em relação a isso, Camila inclusive associa o fato de ter sido tratada como menino durante a juventude também ao comprimento dos cabelos: *Eu tinha jeito de menina, mas as pessoas, por eu ter cabelinho curto e tal, essas coisinhas, me chamava de menino. Eu me sentia menina, né?*

Assim, a maior parte das participantes demarca a passagem para a vivência na identidade trans a partir da aquisição de extensões capilares, como o *miojo* e o *mega hair*, conforme expõe Luana: *Depois coloquei um miojo e pronto [...] Aí eu cheguei (na prostituição) e comecei a ganhar muito dinheiro, e aí eu comprei um cabelo.*

Já Roberta, além de expor a importância dos pares nos processos de modificação estética do corpo, também inclui o cabelo comprido como demarcador de sua passagem para a vivência trans, ocorrida um ano e meio antes:

Aí eu comecei a andar com essas pessoas, comecei a aprender mais sobre o mundo da homossexualidade, que até então eu não sabia de nada assim. E aí eu fui me interagindo com as pessoas. Aí eu comecei a me hormonizar [...] Comecei a me hormonizar, aí eu comecei a deixar meu cabelo crescer, e aí eu fui me hormonizando.

No caso de Roberta, junto com a mudança nos cabelos, há o início do processo de hormonização. Já Tainá inclui o uso do silicone entre as modificações corporais empreendidas, ao mesmo tempo em que ressalta a importância delas para a lucratividade na prostituição:

No começo, não tirava muito, não. Porque eu era meio feinha. Não tinha nada de muito bom, não. Não tinha nada a oferecer pro homem, não tinha corpo, não tinha bumbum, não tinha nada [...] Aí teve um processo de modificação, né? Coloquei silicone, deixei o cabelo crescer, coloquei prótese, meus seios ficaram saltados. Pra me sentir completa, né? Isso com o silicone e o cabelo, já era feminina. Passei usar hormônios e tudo. Aí eu já era bem melhor.

Tainá destaca o uso do silicone e do cabelo como demarcadores de feminilidade. Embora nem todas as participantes façam uso de hormônios e silicone – elementos comumente associados às mudanças corporais para a vivência no gênero feminino – todas elas estabelecem as mudanças capilares como demarcadoras da feminilidade almejada. Malysse (2002) coloca a

vivência da travestilidade como a construção de uma superfeminilidade, erguida também por meio do mega hair, que funcionaria como uma "hipérbole capilar do feminino" (p. 7). O autor, contudo, demonstra que a busca pelo padrão estético nacional vinculado aos longos cabelos se transforma em uma forte procura pelo artifício do mega hair na cidade de Salvador, na medida em que, para além do desejo de obter um longo comprimento capilar em um curto espaço de tempo, soma-se a vontade de ostentar cabelos geralmente cacheados – e não crespos – entre as mulheres negras. Tal qual acontece no macro contexto da cidade, as mulheres negras também são maioria entre as participantes dessa dissertação, embora haja pouquíssimas falas relacionadas à negritude em seus relatos, com exceção de Beatriz, oriunda do estado de Pernambuco e que se afirma, a todo momento, como negra:

Sei que também ser alta demais chama muito atenção, ser preta demais chama muito atenção [...] Porque, assim, Salvador pra mim sempre foi uma referência de que? Um estado negro, que as pessoas são bem aceitas, usam cabelos duros²⁵ em Salvador. Me encantou. Porque era um universo muito distante do meu. Porque, em Recife, os homens são muito padrões. É negro de cabelo cortadinho, tem que manter a boa aparência. Aqui... Quando chega uma pessoa de Salvador lá, a gente fica... Sabe? Eu disse: "Tem que ir pra Salvador, tenho que ir pra Salvador!". Estou aqui em Salvador, então quero conhecer tudo que eu tenho pra conhecer [...] Por exemplo, as meninas aqui, profissionais do sexo, travesti como eu, são iguais às meninas de Recife também. Não gosta de saída de dia porque vai sofrer violência, vai ser apontada, não pode andar de ônibus. E eu, aqui em Salvador, quero muito conhecer tudo. Não vou poder andar de táxi, então eu entro no ônibus, pego o ônibus e me identifico muito. Muito negro, cabelo afro, que eu sempre gostei de usar cabelo afro [...] Porque as pessoas aqui têm cabelos, as pessoas são muito grandes. Então eu passo aqui normal, pela minha raça. Eu também tenho em casa, minha mãe me aceita pela minha raça, me aceita pela minha etnia e tal. Mas não me aceitava pela transição de gênero. Aqui, em Salvador, acontece mais isso. Me aceita pela raça, dizem: "é negra". Em Salvador, as pessoas não falam de travesti, não. Aqui é melhor a aceitação [...] Bem melhor [...] Estou mais confortável em Salvador [...] Todo lugar que eu andei aqui, tem homens engravatados, mas de black²⁶. Isso não

²⁵ A participante, na verdade, se refere a cabelos crespos.

²⁶ Estilo de cabelo denominado *black power*.

quer dizer que black é marginal, sabe? [...] De cabelo cortado, barba feita, um cabelo black, de gravata, com uma pasta, como se dissesse: “Sou advogado. E sou sim!”. Então isso, pra mim, é muito meu. Então isso está me deixando mais confortável, percebendo que as pessoas aqui são negras, se aceitam como tal, e as pessoas respeitam como negras. Eu fui até pra um evento que teve, falando sobre mulher transexual antes da parada. E lá se discutia muito, “mulher transexual precisa disso”, a mulher é isso, a mulher é aquilo... Aí, no final, eu senti falta de falar da mulher transexual negra, de colocar, na propaganda, mulher negra. Porque isso, em Salvador, é referência no mundo. Salvador... Quando se fala em Salvador, é capoeira, acarajé, as baianas. Tem que valorizar isso. E, quando eu cheguei aqui, que vi muita baiana na rua... É isso, isso que eu vim buscar, sabe como é? Saber que Salvador é a capital-mãe, a história diz que tudo começou em Salvador. Eu acho que é bem isso. Porque depois começou a enraizar, chegou em Recife, tem muito negro também. O negro é uma pessoa muito influenciado pela mídia, que alisam o cabelo [...] Eu vejo pouco salão com as mulheres alisando os cabelos. Eu passei aqui no Pelourinho, fiquei impressionada, vi um homem, na mulher, na rua, fazendo trança. Cabelo deste tamanho! Que as mulheres lá não usa muito. Se tiver cabelo crespo, tá preso, sabe como é? Não, elas tá com cabelos deste tamanho e se sente maravilhosa. Isso que eu digo. Isso é Salvador [...] Mas as mulheres transexuais negras, todas têm cabelos lisos pra estar na rua. E eu sou a única, na Pituba, que tem o cabelo black. Porque a gente usa black? Porque a gente é negra, sabe como é? Está todo mundo de chapinha [...] Tudo cabelo chapado. Eu estou me percebendo agora, porque as meninas me pergunta se eu, por exemplo, eu venho de outro estado ou de outro país [...] Porque aqui é canal [...] Eu acho que eles (turistas) vêm pra aqui, pra Salvador, buscar o que eu estou buscando. Ver negro original, sabe? Porque sabe que aqui tem muito negro, quer negro de cabelo crespo, do mesmo jeito que é a travesti... Cabelo crespo, quer estilo, sabe aquele torço na cabeça? Eu sou negra que gosto de negro, sabe como é?

Beatriz estabelece relações comparativas entre o que é ser negra em Recife e Salvador, duas capitais nordestinas bastante distintas nos aspectos relacionados à constituição racial/étnica. Entretanto, ainda que destaque uma maior identificação e representatividade de pessoas negras na cidade, ela ainda chama a atenção para o fato de que, no mercado local da prostituição, a primazia estética repousa na branquitude. Outra questão importante a ser destacada, no discurso de Beatriz, diz respeito à sua fala sobre o que pessoas de fora buscam em uma cidade como Salvador, “ver negro original”. Não há uma medida para determinar o que

seria uma vivência “original” da negritude, já que há muitas formas de experienciá-la, até porque a raça é um elemento que está interseccionado por vários outros, a exemplo da classe e identidade de gênero. Por fim, embora atenta a um nicho de mercado da prostituição que pode lhe proporcionar lucros, a participante recai na lógica de hipersexualização do corpo negro no mercado do turismo sexual.

Ao contrário de Beatriz, cujo olhar se volta apenas à estética capilar das mulheres trans negras e profissionais do sexo soteropolitanas, Malysse (2002) ressalta que "Salvador é um espaço social onde o preconceito capilar é onipresente, visto que ele não deixa de ser uma extensão do preconceito racial" (p. 13). Nos últimos anos, entretanto, a estética capilar da cidade tem se modificado a partir de movimentos protagonizados principalmente por jovens mulheres negras, que têm questionado a imposição da branquitude sobre seus corpos e conduzido eventos de grande importância, a exemplo da Marcha do Empoderamento Crespo, o que, de certo modo, pode corroborar com a percepção de Beatriz. Entretanto, em consonância com o que expõem Pelúcio (2005) e Cox (2011), de que o ideal estético da *passabilidade* possui a mulher cisgênera branca como referência, Malysse (2002) argumenta que "as mulheres loiras são o ideal em todas as sociedades ocidentais" (p. 14). Este ponto fica claro na seguinte fala de Kelly: *eu queria ser uma mulher americana, eu queria ser magra do peitão. Aí eu juntei dinheiro e coloquei uma prótese de 600 (ml), aí ficou uniforme e aí está ótimo.*

Assim, os seios evidentes também figuram como elementos que demarcam o espaço da feminilidade, como mostra Carol ao relatar o modo como contou à mãe que havia colocado próteses de silicone: *Coloquei um peito, mainha. Agora sou mulher.* De modo semelhante, Tainá rememora a mesma situação, ocorrida com ela: *Aí eu contei pra ela: “mãe, eu coloquei silicone, tô parecendo com mulher, não quero ser como era antes”. Ela falou comigo que tudo bem, que ela ia aceitar.* A importância dos seios fica clara também na fala de Letícia, ao rememorar o seu processo de inserção na vivência da travestilidade: *Sempre fui feminina, só não tinha peito.*

É importante notar que a busca pela mamoplastia adicional, que visa à colocação cirúrgica de próteses de silicone, também reflete um objetivo estético do contexto brasileiro. Quando Bruna diz, *minha meta é o seio maior e o corpo mais modelado mesmo*, sua frase se insere em um contexto cada vez maior de busca do corpo tido como perfeito, que faz com que a população brasileira ocupe posições de destaque mundial no que se refere à procura por procedimentos cirúrgicos, conforme expõe Gracindo (2015): "Em 2013, o Brasil liderou o ranking mundial de cirurgia plástica, ultrapassando os Estados Unidos, segundo relatório da International

Society of Aesthetic Plastic Surgery" (p. 524). Sante & Pasian (2011) demonstram a importância da mamografia adicional nesse contexto:

Uma pesquisa da Datafolha para a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica evidenciou que, no período de Setembro de 2007 a Agosto de 2008, foram realizadas 457 mil cirurgias plásticas de natureza estética no Brasil, sendo as mais realizadas Mamoplastia Adicional (21%) e Lipoaspiração (20%; Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), 2009 apud SANTE & PASIAN, 2011, p. 429).

Desta maneira, ao revisitar a ideia da construção de uma superfeminilidade exposta por Malysse (2002) ao se referir à vivência transgênera da travestilidade, há de se questionar se a própria ideia de feminilidade, no contexto brasileiro, já remontaria a uma superfeminilidade. Ao pontuar que "qualquer diferença de identidade oferece uma superfície visível ao olhar social" (p. 1), o autor também fornece argumento para pensar o porquê do questionamento acerca da legitimidade das intervenções estético-cirúrgicas às quais se submetem as mulheres trans, em um contexto como o brasileiro. Vê-se, então, que o olhar social não se dirige às práticas invasivas de modificação corporal, comuns principalmente entre as mulheres cisgêneras com poder aquisitivo, mas à identidade das mulheres trans que buscam fazer o mesmo.

Malysse (2002) aponta, portanto, que estão inscritos no corpo os valores culturais do grupo social dominante. Por essa razão, o corpo seria produto das desigualdades entre as classes sociais, já que separa as pessoas que possuem condições econômicas de arcar com determinados tratamentos estéticos daquelas que não podem, do mesmo modo como estabelece distanciamentos entre as pessoas que nascem com corpos conformes à estética padrão e aquelas que precisariam buscar meios para se encaixar nesta mesma estética. Em referência a esse corpo lido como feminino, Priscila aponta os elementos estéticos de seu próprio corpo como "sorte", já que não a levam a almejar procedimentos cirúrgicos além da colocação da prótese de silicone: *Eu acho que a minha sorte, digamos assim, é que, em parte, eu tenho o rosto feminino, o corpo meio feminino.* Os mesmos procedimentos cirúrgicos são apontados por Luana como o motivo para se considerar *trans*: *Porque eu acho que, depois que você faz uma cirurgia, você não é mais a mesma pessoa, sabe?*

Embora a prótese de silicone nas mamas seja apontada como um desejo comum, poucas relatam ter se submetido à aplicação de silicone industrial por bombadeiras, referindo-se inclusive à sua utilização na região das nádegas. Já o processo de hormonização mostra-se mais acessível - embora realizado apenas com o auxílio de pares e sem acompanhamento clínico.

Além disso, todas as participantes que fazem uso de hormônios relatam o desconhecimento das consequências dessa utilização a longo prazo, embora apontem efeitos imediatos que, em alguns momentos, as levam à suspensão do seu uso. Priscila, por exemplo, aponta ter suspenso a hormonização por conta do desejo de emagrecer. Já Bruna relata suspender o uso periodicamente, pois seu marido gosta de ser penetrado durante o ato sexual e, ao fazer uso de hormônios, ela refere não ter ereção:

Eu parei tem dois meses de fazer uso desses hormônios, pois eu tenho um marido que gosta de ser penetrado, e eu quero satisfazer ele. Se eu quero satisfazer ele, eu não posso fazer uso desse remédio, pois ele encolhe a neça [pênis]. E aí eu falei, “não, não posso isso, gente, e eu tenho que parar de tomar”. Quando eu paro de tomar, começa a surgir pelos no rosto, que eu já não tinha. Meu seio murcha, some de novo meus seios, você fica se sentindo um homem, você vira um homem. Então eu passo a tomar de novo. Então, até hoje, eu estou nesse transtorno. Quando a gente toma esse antiandrógeno, a neça cai de vez. Cada corpo é um corpo. Outras trans que usaram me disseram que nelas não muda nada [...] Assim, eu fico enjoada. Eu enjojo até de homem. Eu enjoava até de homem. Então eu não sinto vontade de transar. Isso é muito ruim para quem é casada, né? É... Não sobe de jeito nenhum. E, quando eu paro de tomar hormônio, tudo volta ao normal, como agora que eu parei. Volta ao normal, sinto atração, a libido volta. Só que, ao mesmo tempo, eu estou me sentindo mal.

Beatriz aponta para as consequências imediatas que ela atribui à hormonização e destaca a importância do acompanhamento vinculado ao Processo Transsexualizador pelo SUS:

Vixe! Só em pensar em hormônio, me dá náusea [...] Depressiva vinte e quatro horas, um mau humor, não consegue ver alegria em nada. Deixa eu ver outra coisa... O sono oscila. Às vezes, está com sono; às vezes, não está com sono. Eu digo isso porque é a maioria, todas sentem assim. Muito enjojo, muito enjojo [...] Tanto que é que eu me encho de furúnculo: braço, perna... Ficou horrível, tive que parar, porque estava demais [...] Muito tempo, acho que cinco anos. Eu sei que tem gente que usa mais. Mas, pra mim, foi o máximo, porque eu não conseguia ver graça em nada [...] Dizia que, se gozasse, o hormônio saía. Loucura, né? Aí não gozava, não tinha prazer [...] Com medo que o hormônio saísse do corpo. Aí pronto, quando eu vi que estava... Que eu estava mais arredondada, mais feminina, pronto: aí que tomava! E isso... Se tocasse em mim, eu já dava vontade de pular no pescoço! Por isso que eu sou contra o hormônio. Aí eu vejo a necessidade de ter um ambulatório. Em Recife, já tem um

ambulatório trans, com acompanhamento psicológico, tem endocrinologista, tem profissionais que acompanham as meninas pra dizer a dosagem exata.

Se, por um lado, a hormonização traria consequências indesejadas como o ganho de peso ou implicaria em riscos à saúde, ela também é vista como um meio para a aquisição não apenas de um corpo mais feminino, mas também de características psicológicas e comportamentais vinculadas à ideia de feminilidade, conforme aponta Nina: *Tem uma época que eu fico bem meiga, bem mimosa. Qualquer coisa, eu choro. Eu acho que é um efeito colateral porque eu não sou assim.* Para Letícia, o "hormônio bom" seria aquele que: *bota pernas, os peitos crescem, fica mais feminina.*

A preocupação com o corpo também se origina na abjeção do olhar das outras pessoas que se dirige às suas identidades, por conta do estranhamento provocado por esse corpo que não pode ser lido conforme os padrões de continuidade da matriz da inteligibilidade do gênero. Em relação a isso, Tainá exemplifica:

É impossível eu passar na rua e as pessoas não olharem pra mim. Acho que as pessoas me veem de longe. O tamanho do corpo também, os cabelos longos, com o corpo desta largura, as pessoas percebem logo. E tem muita gente também que fica na dúvida. Às vezes, eu passo e ficam cochichando: "É mulher? Travco? Homem?". Mas tem gente que se passa às vezes, acha que sou mulher.

Já Carol relata o estranhamento causado no seu primeiro dia de aula em uma faculdade de Salvador:

No primeiro dia que eu cheguei, todo mundo achou que eu era mulher, né? Não tem nem porque dizer que não sou, né? E aí, quando eu cheguei, o povo na maior agonia. Quem é? Quem é essa gostosa? E aí, no primeiro dia, eu queria causar, fui bem linda. Quando eu passei no corredor, foi aquela coisa, e fui para a sala. E aí, daqui a pouco, foi aquele reboliço, e eu tensa. O povo começou a se questionar, né? É travesti? É mulher? E aí, o diretor foi lá, né? E aí eu me apresentei, falei que era trans e disse o que fazia, e aí o pessoal perguntava: "trans, como assim?". E aí, todo mundo fazia pergunta, começou uma agonia, todo mundo começou a ir na porta da sala, o povo comentando. "Aí é mulher, é mulher, rapaz".

Bruna também relata o estranhamento do corpo discente da faculdade onde estuda, também em Salvador, quando transita pelos corredores da instituição. Ademais, oferece um

panorama sobre as suas tentativas de inserção no mercado de trabalho, principalmente ao rememorar um emprego como promotora de vendas, em um espaço onde, embora não vivenciasse o preconceito por parte da chefia e de colegas, era discriminada pelos clientes da empresa: *Mas eu sofria preconceito dos clientes, o povo perguntava: "O que é isso? Um menino ou uma mulher?". Eu saí logo em seguida porque não conseguia me vestir de homem. É como se uma mulher cis se vestisse de homem. Ela não consegue.* Ela também esclarece que o cuidado que tem com a própria imagem não está inserido apenas no campo individual de expressão da sua identidade, mas também se encaixa nos termos de uma expressão política: *Não consigo mais me vestir de homem, não vou fazer mais isso, pois entendo que hoje sou uma ativista social, e eu preciso mostrar que as pessoas, as pessoas precisam ver meu potencial.*

Na busca do corpo desejado, embora algumas cirurgias façam parte do imaginário das participantes – principalmente a mamoplastia adicional – na contramão da ideia que se estabelece em torno do que seria uma "transexualidade verdadeira", a maior parte delas afirma não possuir desejo de realizar o procedimento cirúrgico de redesignação genital. Um exemplo disso é Daiane que, além de defender a legitimidade estética da feminilidade da trans que não se *monta*, subverte o termo "transexual", historicamente vinculado a uma concepção patologizante, ao expor o seu direito de reivindicar a categoria biomédica como identidade, ainda que não deseje se submeter ao procedimento de redesignação genital: *Eu sou transexual, não sou operada, tenho o direito de ser uma transexual não operada, pois você tem o direito de ser uma mulher, e não ser operada, sem precisar fazer a cirurgia.*

Nina também relata não ter a necessidade de possuir uma vagina para que se sinta mulher, no entanto refere desconforto com a genitália e afirma não ter interesse em realizar a cirurgia de redesignação por conta do medo do procedimento:

Já passou na minha cabeça. Mas eu queria muito, não porque eu tenha que ter uma vagina, mas é porque me incomoda eu olhar pro meu órgão sexual. Apesar de eu não usar, eu não gosto. Me incomoda, sabe? Mas até que eu consigo conviver com isso, minha vida toda, apesar de me incomodar. Mas não é aquele incômodo ao ponto de eu querer cortar, entendeu? Eu não gosto, não me faz bem, mas eu consigo sim viver com isso. Eu só não faço a da parte de baixo porque eu tenho medo de cirurgia. Morro de medo.

Já Camila aponta para o quanto o desejo pela cirurgia de redesignação genital ainda é o argumento que, na contrapartida dos estudos sobre gênero empreendidos no campo das ciências sociais, confere legitimidade às demandas jurídicas de mulheres trans:

No ano passado, eu tive numa audiência pública, onde eu ia fazer a mudança oficial do meu nome, e a promotora olhou pra minha cara e perguntou, “você quer operar?”, e eu disse “não”, e ela perguntou porque eu queria mudar meu nome. Eu disse: “Doutora, para eu me sentir mulher, eu não preciso mudar de sexo, não preciso me operar, eu já me considero e sinto como mulher. Eu não vou dizer para a senhora que eu quero operar, pois eu não pretendo operar agora. A senhora queria que eu chegasse aqui agora e pedisse?”. Então ela descartou.

Priscila também relata não sentir repulsa pela genitália, o que, em sua opinião, acarretaria em dificuldades para ter acesso à cirurgia de redesignação genital. Para ela, a aceitação do corpo advém do fato de ter participado, desde cedo, de oficinas e cursos de teatro. Entretanto, ainda assim, utiliza o argumento cirúrgico como elemento de separação entre travestis e mulheres trans:

Acho que não há muita diferença, eu acho que o que separa esses segmentos é que uma tem o interesse de fazer a cirurgia de redesignação sexual e outra não, que é o caso das travestis. No meu caso, eu me sinto bem, me sinto bem com meu corpo. Não tenho problemas com isso, o que eu acho que vai ser um grande embate com os psicólogos, já que ele entende que você deve ter repulsa com o seu corpo, mas o teatro te ensina outras coisas. Eu me sinto bem com meu corpo, mas sinto a necessidade de fazer a cirurgia pra me sentir completa. É totalmente diferente de ter repulsa com o... com minha genitália. Então acho que isso, quando for, eu terei um grande embate. Mas eu já estou, há mais de oito anos, preparada, preparada pra ter esse tipo de conversa com qualquer um que venha, que eu já sei os textos. Serei maluca. Me arrependerei... Eu não faço nada pra me arrepender. Então, assim, é mais uma adequação mesmo pra que eu me sinta completa.

Se é no corpo onde são inscritas as identidades gendradas, o argumento de diferenciação das identidades femininas transgêneras que se baseia no desejo da realização da cirurgia de redesignação genital não está restrito ao discurso de Priscila. Tal qual a identidade da criança afeminada ou do gay, cada fase da construção “etapista” da transgeneridade possui as suas especificidades. A delicadeza deste ponto, ao se dividirem entre mulheres trans e travestis, está colocada não apenas nos elementos estético-objetivos do corpo, mas também no discurso do comportamento e da moralidade, como será tratado a seguir.

7.1 Da falha moral ao destino natural: travesti ou trans?

Entre as catorze participantes que tiveram destaque nesta dissertação, apenas Leticia e Beatriz se autoidentificam como *travesti*. Embora muitas transitem entre as categorias identitárias vinculadas à feminilidade, ao serem questionadas sobre o modo como se denominam, respondem *trans*, *transexual* ou *mulher trans*. Barbosa (2013) demonstra, em seu trabalho, que há pessoas que conseguem transitar pelas categorias, sem que isso resulte em questionamento entre os pares. Para isso, o autor toma como exemplo o caso de uma mulher trans branca, que dizia nunca ter atuado no campo da prostituição e que tinha acesso a estudos tanto do campo médico-psiquiátrico quanto das ciências sociais. Ela era considerada pelas outras como uma "pessoa fina", e tal argumento tinha o poder de legitimá-la na identidade de mulher trans, o que prescindia a necessidade de que ela expressasse qualquer desejo em torno do procedimento cirúrgico de redesignação genital.

Embora todas sejam oriundas das camadas populares, a ideia de classe e refinamento é associada à identidade da mulher trans, tal qual exposto por Barbosa (2013). Assim, enquanto a mulher trans teria a possibilidade de ser "fina", o autor demonstra – tal qual Carrara & Carvalho (2013) - que a travesti é mantida no imaginário vinculado à prostituição e à marginalidade. Assim, a "transexualidade" seria a identidade validada pelo discurso biomédico, portanto uma categoria higienizada na qual se encaixariam esses corpos femininos inconformes. Barbosa (2013) aponta para o fato de que há pessoas que se autoidentificam como travestis, mas se veem como mulheres e esperam ser legitimadas neste aspecto.

É importante perceber que, na medida em que mulheres trans recorrem às categorias biomédicas para legitimar suas identidades, elas se produzem por meio deste discurso de poder que, ao mesmo tempo em que cria noções higienizadas sobre si, possui também a função de reprimir importantes aspectos subjacentes às suas existências. Assim, categorias identitárias hierarquizadas são concebidas dentro da vivência da transgeneridade, ainda que não sejam reconhecidas pelo restante da sociedade, conforme expõe Daiane ao demonstrar sua insatisfação com a proposta do movimento social em estabelecer cotas de vagas de trabalho para toda a população LGBT, e não apenas para a população trans:

Agora começou a briga de cotas para travestis e transexuais. Foi tema da conferência LGBT aqui e essa foi uma das minhas propostas, e o povo disse que eu estava sendo preconceituosa. E por que eu não pedia cotas para LGBT? E

aí eu pensei, "bom, a gente toma de novo no"... Para não dizer o lugar, né? Porque eles não vão colocar travesti, vão colocar gays. Porque a gente já tem o nome de baixas. É só olhar, já dizem... Elas mesmo... Melhor, a gente, já tem essa fama. Algumas pessoas têm medo de se aproximar, por causa daquela velha história e tal. E eu digo, "relaxe, eu sou trans", mas não passa, não, viu?

Daiane, com esta fala, revela que, embora tente se afastar dos estereótipos associados à vivência da travestilidade ao se afirmar como trans, não *passa*. Ou seja, Daiane não atende aos critérios de *passabilidade* que lhe confeririam a identidade de mulher a partir do olhar do outro, portanto segue explicitamente questionada e situada no lugar da abjeção. Neste sentido, Barbosa (2013) aponta que há uma associação comum de que a "transexual" está vinculada à naturalidade, enquanto a travesti é relacionada à artificialidade, conforme demonstra Camila:

Uma mulher com quilos de maquiagem, vai saber logo que é uma travesti. Eu, por exemplo, passo sem nada, tranquila, as pessoas até me chamam de "senhora". Agora eu entro na loja, eles me chamam de "senhora" [...] Eu disse esses dias que, se eu fizer minha cirurgia, eu quero me distanciar. Eu quero viver – eu, Camila, mulher trans - no meio de mulheres. Porque, se eu não me operar, eu quero estar com as travestis. Eu quero separar o joio do trigo. Tem muitas travestis que não são trans, se mutilam, se operou, mas vão viver sempre como travesti.

Camila expõe que a cirurgia não demarca apenas uma modificação anatômica genital, mas uma mudança identitária que deve ser acompanhada por uma modificação do estilo de vida e, conseqüentemente, uma modificação de pares. Ao afirmar o desejo de separar "o joio do trigo", ela utiliza uma expressão popular que faz referência a duas coisas semelhantes, detentoras, contudo, de valores distintos. Já Roberta, ao estabelecer critérios de diferenciação, recorre a uma descrição na qual as travestis são concebidas como homens gays que *se montam*:

Travesti, eu tenho comigo que é um homossexual aonde ele se veste de mulher. Usa peruca, se veste de mulher, mas ele não se comporta vinte e quatro horas como mulher, ele não pensa como mulher. E a gente, trans, não. A gente, trans, tem um pensamento diferente, já pensa como mulher, já anda vinte e quatro horas, tem toda aquela ênfase, sabe?

É também no espaço atribuído à masculinidade que Nina estabelece relações de distanciamento entre a sua identidade como mulher trans e a identidade travesti, conforme fica

claro na sua fala sobre o direito ao uso do nome social, temática à qual ela confere imensa importância:

Esse nome masculino não convém com a minha aparência e nem com o meu ser [...] Não, apelido não. Meu nome social é um nome, e eu mereço respeito. Esse é um nome social, eu sou uma mulher trans, então o nome que consta na minha identidade não condiz com o meu ser. Eu não sou a pessoa que está na identidade, eu sou outra pessoa, eu não tenho nada a ver com a pessoa da identidade, então eu exijo respeito [...] É muito constrangedor ser chamada por outro nome. É uma grande diferença da travesti pra trans. Porque algumas travestis não ligam muito. Porque eu, quando me chamam, eu fico muito estressada, com muito ódio, sabe? Ainda mais se eu tiver avisado pra pessoa. Eu estou pedindo respeito, estou pedindo pra me aceitarem como eu sou [...] Eu acho que é mais na preocupação assim. Nós, trans, a gente tem muito aquela coisa de ser mulher, sabe? Do pensamento neutro, bem centralizada. Então a gente se liga nas palavras também. Uma travesti, se alguém chegar e dizer, "ah, ele", ela não vai ligar. Ou ela pode ligar. Mas a trans já vai ficar, sabe? Vai se criar um mini drama: "não, calma, eu sou trans". E a travesti não, já fecha e não está nem aí. Eu acho que são bem essas coisas de preocupações femininas, do jeito mais feminino.

Nina estabelece diferenciações semelhantes ao relatar a indignação que sentiu ao ter sua identidade de gênero desrespeitada ao participar de uma seleção de emprego, durante a qual foi identificada pelo nome do registro civil e advertida sobre as normas para que não utilizasse o banheiro feminino:

Aí eu falei pra ela o seguinte: "vem cá, vocês têm alguma trans trabalhando aqui?".Aí ela disse: "temos". E eu falei: "não". Eu fiquei imaginando e falei pra ela, né? Como uma mulher trans aceita isso, todos os dias? Ser chamada pelo nome masculino e ir no banheiro masculino? Aí eu falei: "me desculpa, então ela não é trans ou ela está dependendo muito desse emprego, o que não é o meu caso". Fui logo dizendo a ela, apesar de eu estar precisando mesmo do emprego porque eu estou desempregada [...] Porque ela só pode estar precisando muito desse emprego, porque pra uma mulher trans aceitar tudo isso no local de trabalho, meu bem... Ou ela é travesti, ou ela depende do trabalho [...] Eu tenho, em minha mente, assim: se não me aceitarem como trans, eu posso ficar sem emprego. Eu vou catar uma latinha, cortar cabelo, fazer um bico... Mas eu não trabalho com isso, pois eu não iria aguentar.

Já Bruna relata ter esclarecido as dúvidas acerca da sua própria identidade após a aproximação dos movimentos sociais. Contudo, ainda que não vincule a sua identidade de gênero à relação que estabelece com o próprio pênis, ela determina limites que situam a travesti no campo da fantasia:

Para mim, por pura ignorância mesmo, eu achava que travesti era aquela que tinha o pinto, e trans era a que faz a cirurgia. E não, eu posso ser trans e ter o pinto, e usar ou não. E eu pensei que eu me vejo como uma mulher, e aí você pergunta como é que eu me vejo. Eu me vejo como trans, pois entendo que trans é aquela que não se identifica com o gênero que a sociedade impõe. Mas eu me vejo como mulher, aqui na minha mente. Então eu não sou travesti como imaginava, eu sou trans. Porque o travesti... Porque a travesti, na verdade... A gente percebe que travesti é uma identidade de gênero, não é nem homem e nem mulher, fica no meio, como fantasia. E eu não, me vejo como mulher mesmo, não consigo me ver como homem, embora eu tenha meu pênis e não penso em fazer cirurgia. Mas eu me vejo como mulher. Talvez eu não saiba aprofundar muito isso, sabe? É isso que eu sinto.

Ao contrário de Bruna, Juliana já demonstra um trânsito identitário e não realiza separações entre trans e travestis ao longo do seu discurso. Aos 24 anos, com vasta experiência no universo da prostituição, Juliana atribui vivências iguais às duas experiências identitárias e situa o processo de construção de sua própria identidade no campo da fantasia:

Eu comecei a me transformar por fantasia, olhando assim... Nossa, vou botar um cabelo, né? Na verdade, a travesti não se dá conta que o que ela está fazendo vai levar ela para o cotidiano, não imagina que é diferente. A gente pensa “vou comprar um anel”, “vou comprar um vestido, um salto e ajeitar o cabelo”, para aqui, ali, para aquela noite, para aquela festa, e nisso vira cotidiano, pois não estamos falando só de objeto, estamos falando da gente. Um mega, você não vai colocar num dia e tirar no outro [...] Gay, pelo que eu entendo, é uma pessoa, é um ser humano, óbvio, mas que ele tem o patamar dele de nível, ele sabe o que é certo e o que é errado. Então ele não vai, ele sabe que a vida social dele não permite ele viver em um mundo de fantasia. E a trans não, ela sobe um degrau que vai além da perna, então ela faz um esforço para subir um degrau que não vai descer de novo.

No momento da entrevista, em virtude de desavenças com outra ‘cafetina’ - que a impediam de frequentar determinados pontos de prostituição à noite – e de situações abusivas

perpetradas por seu companheiro, Juliana se dizia arrependida de ter se tornado uma mulher trans.

A "fantasia", comum aos discursos, pode ser associada tanto à artificialidade daquela que imita aquilo que não é, quanto ao fetiche. Assim, a identidade travesti – historicamente vinculada a práticas marginais – continua sendo relacionada à prostituição, conforme ressalta Lígia ao afirmar o porquê de se considerar trans, ainda que utilize a denominação travesti para falar eventualmente de si: *Eu nunca me joguei em prostituição, de ser travesti, de me prostituir.*

Nina, a participante mais jovem²⁷, corrobora com a visão de Lígia, a participante mais velha, na seguinte fala, ao associar a travesti à prostituição e àquilo que classifica como promiscuidade:

Eu acho que isso diferencia também muito uma travesti de uma trans. Eu acho, né? Na minha visão. Porque eu sou bem medrosa, eu não tenho coragem, nem psicológico pra descer pra rua, pra me deitar com uma pessoa que eu não conheço, pra me sentir um objeto. Eu não consigo [...] Ainda mais eu, que não consigo pegar um e outro, sabe? "Ah, vou ficar com ele amanhã". Não tenho nada contra quem faz, mas eu não consigo. Eu sempre sou muito bloqueada pra essas coisas. Eu acho que isso também me diferencia de uma travesti.

Mais uma vez, a diferença baseada na utilização do pênis é evocada para naturalizar o lugar social da travesti vinculado à prostituição, conforme a fala de Daiane de que as trans naturalmente teriam menos chances de ser bem-sucedidas *na pista*:

Eu acho que foi por isso que não ganhei dinheiro na pista. Porque, se você só for passiva, você não ganha dinheiro, não ganha, não existe sair com... Trans não faz programa porque trans não usa a parte da frente. E, se ela não faz, ela não ganha (...) As travestis... Travesti é frente e fundo. E eu não. Eu já fui, tive que ser, tive que fazer a linha. E eu, ou fazia ou não ganhava. E tinha época que estávamos sem um tostão, e tinha que fazer.

Letícia, profissional do sexo, e como anteriormente destacado, autoidentificada como travesti quando questionada sobre a sua identidade, relata, contrariamente à ideia das demais

²⁷ Nina é a participante mais jovem, ao lado de Luana, já que, à época das entrevistas, ambas tinham vinte e um anos.

participantes, não utilizar o pênis para penetrar o parceiro durante o ato sexual, sendo, portanto, apenas *passiva* na relação:

Eu sou muito definida, sabe? Eu gosto de homem, homem, que é o oposto dessa classe. Que, na prostituição, as pessoas que têm que fazer a parte ativa e passiva, eu só faço a parte passiva. Ainda bem que eu sempre fico meio excluída da clientela que quer uma pessoa que faça as duas coisas, né? Eu nasci pra receber, e não pra dar. Eu nasci para dar prazer ao outro, entendeu? Eu não quero prazer. Ele tendo prazer comigo, está bom. É o oposto da classe, meu prazer é dar prazer ao homem.

Já Beatriz, também autoidentificada como travesti e profissional do sexo, revela não seguir qualquer tipo de imposição em relação ao uso que faz de sua genitália durante o ato sexual e enumera “limitações” de outra ordem:

Pra falar de prazer, prazer, eu tenho minhas limitações. Eu gosto de um sexo: o antes, o durante e o depois. Gosto que o cara me trate bem, que chegue bem, que seja educado, mas que seja safado na cama, que tenha uma pegada, que me complete. Que seja, não necessariamente que ele seja ativo ou passivo, não, mas que seja... Que tenha aquela química na cama. Mas pra isso, tem que ter o antes, né? E o durante. E o depois, principalmente. Depois do sexo, ele for atencioso, mostrar que não foi só o sexo, o antes também foi bom... Aí eu vou prolongar a história [...] Não sinto diferença, não. Se ele for ativo ou passivo, eu gosto [...] Mas se for só mais um cliente, ele pode fazer qualquer coisa. Pra mim, pouco importa, é só o dinheiro mesmo que eu quero dele, ele só quer o meu momento. Depende se ele pede pra ser penetrado, por exemplo, dá igual. A mesma coisa, se eu penetrar, ele me penetrar, ou então a gente só for pro quarto conversar. Dá igual [...] Às vezes, o cliente, rabão assim... Eu sou muito ativa... Eu não sou muito passiva, não. O macho tem um rabão, já me dá tesão.

Embora Beatriz manifeste uma desenvoltura maior que as outras participantes em relação às possibilidades de uso de sua genitália, em um determinado momento da entrevista, ela deixa escapar o seu encantamento por um cliente que não lhe toca o pênis, de modo a enxergar a sua atitude como um indicativo de que foi tratada como uma mulher: *Ele me tratou como uma mulher, não tocou no meu pênis. Mulher cisgênera, né? Não tocou no meu pênis!*

Tainá - outra participante profissional do sexo, autoidentificada como *trans*, e eventualmente fazendo uso da categoria *mulher* durante o relato autobiográfico – ao contrário de Beatriz, mas tal qual Letícia, também expõe a sua preferência em relação à clientela:

normalmente, no meu caso, eu não curto cliente passivo, não. Até porque meu pau não funciona, meu pau é pequeno. Às vezes, eles veem uma trans tão feminina, eles já acham isso, daí eles nem me procuram. É mais homens ativos.

Barbosa (2013) aponta que, apesar das categorias vinculadas à homossexualidade masculina serem polissêmicas - portanto também utilizadas por mulheres trans como extensões do feminino para falar de si – as práticas sexuais costumam seguir um modelo heteronormativo, no qual há uma clara definição de papéis de gênero. Assim, o autor identifica, em seu trabalho, que as categorias *ativa* e *passiva* também são usadas como demarcadoras de gênero, de modo que a *passividade* durante o sexo é considerada como fator essencial para a vivência como mulher trans. Desta maneira, essa valorização de um marcador referente às práticas sexuais - para além de ser uma herança dos estereótipos difundidos entre homens gays, nos quais a *bicha passiva* é associada ao feminino e o *bofe ativo* é ligado ao masculino (FRY, 1982 apud BARBOSA, 2013) - demonstra o ideal de feminilidade a ser alcançado: a mulher heterossexual. Ao relatar as suas práticas sexuais, inclusive no cotidiano com o atual companheiro, Lígia diz:

Num namoro com mulher, não. Nunca gostei de mulher, não. Eu sempre namorei com homem. Na minha vida inteira, eu nunca tive relação com mulher, não. Eu nunca contei. Deus me livre! [...] Eu também nunca precisei de ter potência pra ter relação, até porque eu nunca fui ativa, nunca fui de me sentir homem, não. Agora, tem homem também que tanto faz, né? Tem casais assim, que tem homossexual que tem relação de todo jeito. Na mesma hora que um é mulher, o outro é também. Mas né meu caso com ele. Num é esse, não. Porque tem homem que transa com travesti, com homossexual, e depois ele faz o papel de homem, né? Mas tem homem machão mermo, até coroa casado que você vê, aí sai com o²⁸ travesti e vai pro hotel. Aí, quando chega lá, na hora do sexo, quem vai ser o homem é o travesti [...] Disse a você que ele era mais ativo, num foi? Eu num sou, não. Eu num sou ativo, não. É ativo mais é quem gosta de ser o homem, né? Eu sempre fui a mulher, nunca fui homem, nunca gostei.

Ao contrário de Bruna, por exemplo, Carol – também estudante universitária e ativista – aponta que a inserção no ativismo não foi capaz de elucidar as dúvidas que eventualmente possui em relação à própria identidade. Quando questionada sobre a forma como se identifica hoje, Carol aponta para a forma como é vista em seu bairro, local onde cresceu e no qual mantém

²⁸ A participante utiliza o artigo masculino para se referir à travesti, portanto sua fala foi transcrita *ipsis litteris*.

fortes relações afetivas e políticas, e emenda o discurso fazendo referência às próprias práticas sexuais:

Às vezes, eu fico na dúvida. O bairro todo me considera travesti. Mas eu sou trans, fico vinte e quatro horas de mulher, o tempo todo de mulher, penso como mulher. Às vezes, na relação sexual, a pessoa quer outras coisas, né? Isso me frustra. Mas, às vezes, eu uso sim, para gozar e tal.

Já Camila relata que a inserção no movimento social LGBT também a levou a elucidar dúvidas sobre a própria identidade, e aponta o processo psicoterapêutico como ponto de mudanças nas práticas sexuais: *De hoje... Há algum tempo, eu não faço mais o papel de ativa. Quando eu comecei a fazer terapia, eu parei.* Já Bruna aponta o processo psicoterapêutico²⁹ como elemento importante para a compreensão de que poderia ser uma mulher trans, ainda que desempenhe o papel de *ativa* durante a relação sexual e completa: *embora nem eu mesma sabia o que eu era porque essas questões são construídas socialmente, e no processo psicoterápico que eu vim perceber isso. Eu sou uma mulher trans.* Contudo, embora Bruna aponte para a compreensão de que o uso do próprio pênis não deslegitima sua trajetória como mulher, quando se refere ao seu relacionamento conjugal, ela aponta para um desconforto em relação à prática, ao mesmo tempo em que questiona a orientação sexual de seu marido:

Olha, eu não gosto muito (de penetrar o marido), mas eu satisfaço ele [...] É tranquilo. Tem épocas que não dá mesmo, pois eu tomo hormônios, aí nem rola. Mas eu faço, e ele gosta. Ele gosta dos dois [...] Na verdade, isso é tranquilo [...] No caso dele, tem uma tendência a gay. Eu sinto que ele também precisa se aprumar. Mas, respondendo à sua pergunta, pode ser penetrado independente de ser gay. Eu já peguei traições dele com gay. E eu questionei ele porque me traiu com gay se não gosta. Mas, enfim, hoje estou de bem com a vida. Minha saúde mental, muito bem trabalhada. Procuro tratar a vida de forma positiva. E ele é meu ponto forte. Ele está comigo em todos os momentos que eu preciso [...] Sendo penetrada, eu sinto muito prazer. Mas penetrando ele, eu sinto muito prazer de estar satisfazendo ele. Ele curte mais ser penetrado. É... Por isso que... Na verdade, eu já descobri isso (que o marido é gay), eu acho que só falta ele se descobrir. Eu não posso fazer isso por ele. E estou respeitando isso [...]

²⁹ Bruna e Camila – ambas ativistas – relatam se submeter a acompanhamento psicoterapêutico com profissionais da área da psicologia, em virtude de motivações individuais que não estão diretamente relacionadas ao Processo Transexualizador pelo SUS ou ao processo jurídico de modificação do registro civil.

Não muda. Ele é a mesma pessoa, tem os mesmos sentimentos por mim. Ele até aceita mais minha condição do que um hétero. Hétero tem mil restrições na cama. Ele aceita o meu corpo, sabe? É bom você estar com alguém que aceita o seu corpo. "Não precisa tapar ali, não. Colocar uma calcinha ali, não." Entendeu? Então não tenho problema de me relacionar com gay hoje. Foi difícil pra mim aceitar, não foi fácil, mas eu não vejo problema nenhum. Ele é homem. Porque a gente só fala gay, mas ele é homem gay. O que vale mais mesmo é a questão afetiva.

Bruna relata já ter descoberto traições do marido com homens gays e travestis, episódios que contribuíram para que ela o enxergasse como um homem gay. Ao contrário de Bruna, Daiane e Letícia afirmam ocupar apenas o papel *passivo* nas relações sexuais, de modo a ressaltar a posição de feminilidade no relacionamento conjugal. Ainda assim, revelam fazer concessões para que os maridos tenham relações extraconjugais, desde que elas ocorram apenas com mulheres cisgêneras, conforme aponta Letícia: *Ele (marido) fica com mulheres também [...] Ah, eu... Com mulheres, não ligo. Pode. Mas com travesti e gay, não. Vê-se que o ideal da heterossexualidade também é direcionado à escolha do marido, tanto no relato de Bruna e Letícia quanto na fala de Daiane, que, embora admita a bissexualidade como condição possível para o marido e desconfie de sua fidelidade, cita apenas mulheres (cisgêneras) como parcerias extraconjugais possíveis: Ele (marido) se considera bissexual [...] Mas, desde que ficou comigo, ele disse que pegou mulher só até uns 5 anos. Mas enfim, eu tenho minhas dúvidas. Porque ele é muito bonito.*

Assim como a *passividade* nas relações sexuais, outros elementos comportamentais e também morais, são evocados para justificar as diferenças entre travestis e mulheres trans. Para Nina, a mulher trans, ao contrário da travesti, é super feminina e recatada:

Na minha opinião é assim, a transexual é bem mais feminina. Bem mais feminina, entendeu? Ela tem uma mente bem mais feminina. Tem aquela preocupação maior, sabe? Porque as travestis, na maioria das vezes, são bem assim... Bem alegres, fecham, brincam. Nós, trans, também. Mas nós é aquela coisa bem recatada, bem feminina, sabe? De ficar quieta, de se comportar além. Mas também tem travestis que se comportam muito bem. E trans que se comportam muito mal, isso é fato.

A ideia de um comportamento baseado em uma “boa postura”, ao lado de uma feminilidade aparente, é colocada em foco também por Priscila, ao falar sobre a influência que a sua aparência exerce na prática do ativismo:

Eu preciso ter uma boa postura porque eu preciso influenciar outras trans. Eu preciso vender a imagem que a trans, ela pode ser sociável. Eu preciso vender a imagem que sou trans, que sou feminina, pra que outras meninas também possam se libertar saindo do armário³⁰.

Roberta, além de evocar a ideia de uma feminilidade "produzida", associa a sua *passabilidade* como mulher cis também à forma como se comporta, em especial ao recato de seus gestos, que conduziria à leitura de sua identidade como feminina:

Eu acho assim, que a gente que é trans, quando a gente se arruma bem, se produz, a gente chega nos lugares, é raro você ser criticada quando você se comporta, tem educação, sabe conversar com as pessoas, então é raro você ser criticada. Depois mesmo que eu virei trans, eu reeduquei alguns hábitos que eu tinha. Eu percebia... É... ficar falando alto, ficar de trejeitos, gestos no meio da rua. Hoje em dia, não existe mais isso, eu me comporto como uma mulher. Chego no lugar, sento, converso baixinho, educada. Então é isso que atrai os bons olhos das pessoas. Aí eu vou no shopping, e o povo fica assim, besta, porque também a minha fisionomia, o povo me confunde muito com mulher.

Para Kelly, a discrição no modo de se vestir e no comportamento também são indícios de uma feminilidade que não "agride" e, embora não induza à sua *passabilidade* como uma mulher cis por conta do formato do seu corpo, retira a sua identidade de um não-lugar abjeto, conferindo-lhe respeito e conseqüentemente proteção:

Eu sempre tive um comportamento muito bonito. É uma coisa que veio de berço, eu aprendi com minha mãe e eu acho que me ajudou bastante nisso, entendeu? E eu não tenho problema algum em lugar nenhum. Também eu nunca agredi. Eu sempre me vesti para sair. Às vezes, vestes faz você ser o centro das atenções. Eu tenho um seio de 600 (ml). Se eu colocar uma calça e um decote, serei apontada por isso. Se eu ser o centro das atenções, eu não posso dizer

³⁰ A expressão "sair do armário" é rotineiramente utilizada para se referir a homens gays no momento em que assumem a sua orientação sexual publicamente. Priscila faz uso da mesma expressão ao se referir a mulheres trans que assumem publicamente a sua identidade de gênero.

nada, as pessoas não têm culpa, eu queria ser apontada. Agora, se eu me visto, ninguém vai olhar pra mim. Eu me visto como uma senhora. As formas dizem quem eu sou, entendeu? Mas as pessoas não falam nada porque não têm o que falar. Me chamam até de senhora. Na época que era jovem, eu andava muito em grupo... Três, quatro... E a gente é jovem e quer ser vista. E acontece, é válido. Elas são vistas, e eu já passei. E nem combina comigo uma situação dessas. Eu sou moralista, eu sou de uma época que se criticava tudo. Eu vejo a juventude de hoje, geração nova - eu passei por aquilo também no passado - e eu digo “poxa, é tão feio aquilo”. Mas eu já passei por aquilo. Eu vejo meu passado na juventude de hoje.

Kelly, aos 40 anos, recorre ao argumento da idade para justificar o seu pensamento “moralista”. Tainá, aos 27, relata – de modo semelhante a Roberta – mudanças de hábitos que supostamente lhe confeririam uma imagem mais “comportada”, portanto mais feminina: *faz tempo que eu não bebo, parei de beber. Com o cigarro, eu também parei. Sou uma mulher comportada agora.*

O comportamento a ser reproduzido é aquele no qual a mulher “se dá o respeito”, ou seja, induziria a uma espécie de respeitabilidade baseada na moral, em conformidade com as práticas machistas de controle dos corpos femininos comuns no contexto brasileiro. Nina evidencia o fato ao relatar o modo como se porta no contato cotidiano com homens: *Porque eu acho assim... Quando uma relação tem respeito, eu posso estar conversando com dez homens... Se eu tiver o meu respeito de mulher, aquilo não vai passar de uma conversa de amizade.* De forma semelhante, Lígia afirma não ter quaisquer problemas nas relações cotidianas, por seguir os mesmos códigos de produção dessa respeitabilidade: *Mas, desde quando a gente dá o respeito à gente, acho que todo mundo também respeita aquela pessoa. Diz: “não, aquela pessoa é homossexual³¹ e tudo, mas se respeita”.*

Já Daiane, embora também se refira a uma determinada “postura” que inspire o respeito das outras pessoas, não a define como recato, ao contrário do que ocorre nos relatos supracitados. Ao refletir sobre o conjunto de aspectos identitários – gênero, raça, classe social e religião – que se interseccionam de modo a posicioná-la no não-lugar da abjeção, ela define a

³¹ Lígia, a participante mais velha, é aquela que mais utiliza categorias vinculadas à homossexualidade masculina para falar de si, embora se defina como *trans*, de modo que o seu discurso corrobora com a ideia exposta por Barbosa (2013) de que essas categorias são polissêmicas.

imposição como o caminho possível, embora também se submetam às regras de apaziguamento do corpo a partir da autovigilância e negação de qualquer comportamento que possa ser lido como “baixo-astral”: *E eu sempre fui do candomblé, sempre me impus. E você já é homossexual³², preta e pobre, e ainda ser tudo isso e ser baixo-astral? Eu decidi que já que eu sou isso, negra, gay, eu preciso saber manter a minha postura, era algo que minha mãe dizia sempre.*

É também com base na interseccionalidade entre elementos que levam à discriminação que Roberta explica o porquê de nunca ter considerado a prostituição como uma possibilidade ocupacional, mesmo ao vivenciar dificuldades na inserção no mercado de trabalho: *Ai! Porque eu acho assim, a gente já é travesti, já é uma trans, já é discriminada, e ainda fazer do nosso corpo, sabe, uma coisa pra ganhar dinheiro... Pra mim, eu não achei digno, eu falei que eu merecia algo melhor, e que eu ia lutar por isso.* É importante salientar, no entanto, que Roberta mora com a família e relata uma convivência harmoniosa, tendo inclusive recebido a entrevistadora em sua residência. Conforme já exposto em relatos anteriores, algumas participantes não tiveram a oportunidade de optar, já que foram expulsas ou abandonaram a convivência familiar em virtude dos diversos tipos de violências sofridas. Se Roberta resiste aos desígnios de uma sociedade que enxerga a prostituição como um dos poucos caminhos possíveis para ela, essas outras mulheres também resistem na busca de meios para garantir as suas sobrevivências.

Assim como a reprodução de performances que aludem a uma feminilidade hegemônica ficam explícitas na descrição dos comportamentos “adequados”, o discurso essencialista, mais uma vez, surge para validar um espaço de naturalidade, do destino de gênero traçado de modo a justificar determinados comportamentos, conforme relata Kelly:

Desde pequena, eu já percebia que minha cabeça era voltada para o feminino. Tudo que era de minha mãe era lindo; de meu pai, não. Aquela calça de meu pai era feia; de minha mãe, o sapatinho não [...] A família percebeu e dizia: “esse menino, tomara que não seja, mas ele será pederasta”. É uma palavra que nem se diz mais, mas dizia muito, e eu ouvia muito isso pelo gesto, pelo comportamento. Os gestos, ia cuidar da casa... Eu era toda voltada para o lado que não tinha nem nada a ver, era voltada para o lado de minha mãe, e, até hoje,

³² Daiane, embora com menos frequência, também faz uso de categorias identitárias vinculadas à homossexualidade masculina, ao falar de si.

eu trago comigo essa coisa. Você não vai imaginar pela minha casa! Acha que aqui mora uma mulher cis! Tudo, na minha casa, é como se eu fosse uma mulher casada, cis. E eu trago muito isso comigo. Eu acordo, e meu pensamento é tão feminino que eu acordo, assim, com os planos que eu tenho que fazer em casa, separar as roupas brancas das coloridas... Isso é coisa de mulher, eu não vejo homem falar essas coisas, entendeu? Então até meu comportamento é feminino, de mulher cis.

A identidade que Kelly reivindica para si, sob a forma de *essência*, é justamente aquela que ela concebe como referência de naturalidade: a mulher cis-heterossexual casada. Nesse sentido, Bruna pontua o quanto é importante para uma mulher trans, na sua opinião, o relacionamento com um homem que tenha condições materiais de ser provedor da casa: *Um homem trabalhar e suprir as coisas de dentro de casa, isso é muito importante para uma trans, uma travesti que se encontra em situação em que eu me encontrava, de desesperança*. No momento da entrevista, Bruna estava em vias de concluir a graduação, estagiava e participava de grupos e eventos voltados à militância vinculada às questões LGBT. Apesar da ampla quantidade de tarefas desempenhadas, elas não lhe proporcionavam renda, portanto seu marido era o responsável por arcar com as despesas de casa.

Kelly também afirma já ter sido casada e relata ter sido enganada durante o relacionamento, mesmo desempenhando o seu “papel” de mulher: *Sim, reservada. Em relação a relacionamento, eu faço meu papel. Meu papel de mulher, de pessoa dedicada, de esperar a pessoa, de ser delicada, de ser fiel*.

Vê-se que a tentativa de escapar do espaço da abjeção é impulsionador da reprodução de uma feminilidade hegemônica demarcada principalmente pela moralidade. Letícia chega a citar a existência de uma “índole” que levaria as pessoas trans para a marginalidade:

Eu sou uma pessoa que nasci com aura feminina. E sempre a minha índole, sempre foi do bem, que é do oposto dessa classe que nasce com tendências femininas, homossexuais. E sempre nas estatísticas do mundo todo, das evidências, de pessoas que se acabaram pelo mal [...] Eu virei travesti com 32 anos. Eu sempre fui gayzinho. E antes eu sempre tinha medo da travesti. Eu acho que agora melhorou. Antigamente, era meio, era como pederastas, como gente que passava doença, que matava.

Embora Letícia reproduza um discurso no qual ela expõe o preconceito social vinculado principalmente à vivência da travestilidade, ela não é a única, como já foi exposto anteriormente.

Nina, por exemplo, demarca constantes distanciamentos entre a sua identidade e a travestilidade, inclusive reforçando a nomenclatura biomédica e situando a identidade *travesti* como ofensa – uma ofensa identitária:

Tanto que, uma vez, a única vez que eu discuti com meu irmão que ele falou alguma coisa sobre homossexualismo, eu falei assim: “olha, você me respeite”. Não, ele falou que eu era travesti, deu uma briga, que a gente teve lá em casa. Eu falei pra ele: “Você me respeite, que eu sou transexual. Me respeite e abaixe o seu tom de voz”.

Conforme aponta Barbosa (2013), a perspectiva da “transexualidade”, validada sob o crivo da disforia de gênero, é posta em um lugar de legitimidade, em detrimento da travestilidade, comumente associada à imitação, ao exagero, ao fetiche, à violência e à marginalidade. O autor destaca a fala de uma das participantes de sua pesquisa de que, embora haja uma tentativa daquelas que se identificam como mulheres trans de colocar as travestis no campo da indefinição ou da abjeção, “*no final, nós somos vistas como doidas e putas*” (BARBOSA, 2013, p. 375). Assim, o corpo é o lugar onde a identidade é demarcada, onde a loucura ou a promiscuidade se farão presentes como elementos de exclusão que nega a legitimidade dessas identidades transfemininas. E é justamente sobre esse corpo, cuja inclusão social é feita pela via da exclusão, seja por meio de manuais biomédicos ou através do imaginário da prostituição, que Beatriz reflete:

Eu sei que nós não somos deficientes, não somos loucas e tal. Pra algumas pessoas, tem que desenhar [...] Que na família, se nasce louca, as pessoas aceitam. Se nasce deficiente, aceita. Se nasce até um bandido, aceita. Mas se nasce uma travesti, não aceitam. Tem muita gente que diz: “eu prefiro que um filho seja um bandido do que um viado”. E é assim que acontece. Por que não aceita um viado? Só porque o viado ama diferente, vive diferente, pensa diferente? Só isso? [...] Nos diz que a transexual ainda é um problema de saúde e que precisa de tratamento. Pra nós, isso é ruim em partes. Mas pegando disso, eu acho que a gente tem que ter um tratamento específico, um ambulatório, acompanhamento psicológico. Uma carteira de livre acesso... Já que é louca, então bota como louca. Uma carteira de livre acesso, uma aposentadoria garantia [...] E a gente sair desse lugar, a gente precisa de oportunidade. Qual seria a oportunidade? A escola, trabalho, família, segurança, entende? É garantia. A gente não quer mais nem menos. A gente é pesos iguais [...] Um ginecologista, sei lá, descobriu que é um menino, aí você começa a comprar

tudo azul. Você compra uma bola. “Vou ter um homão.” Você já imagina aquele homem tendo dois filhos e tal. Você cria uma história, uma perspectiva, que é de vocês. Vocês acabam não respeitando um ser que vai nascer, que vai pensar.

8. IDENTIDADES RELACIONAIS

As identidades trans, tal qual todas as identidades, conforme colocado por Butler (2003), são produtos de práticas, instituições e discursos, que conduzem o olhar para o sujeito com base em uma matriz da inteligibilidade do gênero, pautada pela heterossexualidade. Portanto, corpos que não se encaixem em uma leitura de continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo – principalmente corpos que subvertem completamente a matriz da inteligibilidade, tal qual corpos trans – são reduzidos à condição de corpos abjetos. Segundo Álvarez (2016), um corpo que não alcança a inteligibilidade, portanto abjeto, é um corpo que não importa socialmente.

Frente a isso, conforme exposto anteriormente, as identidades trans se constroem a partir de apaziguamentos que conduzem à busca da inteligibilidade do gênero, do mesmo modo em que promovem tensionamentos e resistem às imposições hegemônicas demarcadas pela cis-heterossexualidade. E, como as identidades estão inseridas nesse espaço discursivo da cultura, as identidades trans também são relacionais, como quaisquer outras.

Algumas participantes desta dissertação, quando rememoram o percurso de modificações corporais empreendidas, aludem à influência de outras mulheres trans e travestis. Em um primeiro momento, a relação de admiração permeia o discurso, ao inaugurar novas possibilidades de vivência identitária, conforme expõe Camila, ao relatar o começo de sua inserção nos ambientes LGBT de Salvador, há mais de trinta anos:

Aí eu comecei a trabalhar nessa casa e ter minha independência. Aí eu comecei a ir para os lugares, né? Frequentava o Farol da Barra, onde tinha o público LGBT, onde eu conheci já travestis, né? E eu comecei a me aproximar. E eu entrei nesse mundo, que até então era diferente, e que eu não sabia muito o que era, né? Eu via as pessoas na Avenida Sete, maquiada e com bolsa, e eu não sabia o que era. Não entendia, né? Aí eu comecei a frequentar o Farol da Barra. E o Farol da Barra era um show, só tinha travesti. E eu, depois de um tempo, já era amiga de todos. E eu adorava. Enfim, era um monte de travesti.

De modo semelhante, Lígia expõe a aparência das travestis como algo belo, portanto referências femininas a serem também copiadas:

Porque eu me sentia feminina [...] Eu via as travesti e via elas de vestidinho, de blusinha feminina, de shortinho [...] Sempre aparecia e, nessa época mesmo

que eu já tava fora da minha família, eu já gostava de usar roupa feminina, de usar batom, de me maquiar, de pintar os olhos, essas coisa toda. É, achava bonito e fazia também, né?

Entre as participantes que relatam práticas de hormonização, a relação entre pares aparenta ter grande importância, já que o uso de hormônios não está condicionado a qualquer tipo de atendimento médico, mas a indicações de conhecidas e amigas mais experientes, que recomendam medicamentos e as respectivas dosagens para que se alcance os resultados almejados, conforme a fala de Roberta: *E eu, particularmente, eu nunca fui me hormonizando com receituário médico, com acompanhamento médico. Eu, mesmo assim, com as informações de outras trans, a gente vai trocando informações e vai se aplicando.* No mesmo sentido, Beatriz relata:

Mas não eram travestis que já estavam no processo transexualizador, também buscando a transexualidade. Hoje são todas mulheres trans como eu, mas já estavam assim, tomavam hormônio. Aí eu, “menina, está com a pele melhor”. Aí elas, “estou tomando hormônio”. “Tá tomando qual?” Aí assim que a gente fica sabendo. Aí comecei a tomar.

Assim, Luana atribui aos pares relevância também na decisão de aderir à hormonização: *Ah, as amigas que eu andava tomavam hormônios e tal, e daí eu entrei no bolo também, tomava hormônio.*

Apesar de ressaltar a amizade com outras mulheres trans, conforme a fala supracitada, Roberta expõe situações de conflito, principalmente no bairro onde mora, local que ganha bastante destaque em seu discurso. Ao relatar desentendimentos com algumas trans do bairro, ela afirma que muitas delas têm inveja do seu corpo e completa: *Antes me incomodava, mas hoje em dia, eu percebi que elas são loucas.* Aos poucos, Roberta fornece indicativos de como se desenrolam essas relações, muitas vezes demarcadas pela instabilidade, que conduz ora ao acolhimento e à solidariedade, ora ao conflito e à competição, e demonstra que os processos relacionais não são homogêneos:

Eu ando com todo tipo de pessoa. Ando... Tem vezes, eu ando com mulheres. Às vezes, ando só com homens. Eu sempre me dei bem em amizades com homens. E também ando com homossexuais, com travestis... Mas não que eu não goste assim, mas eu não gosto muito [...] Eu falo com a maioria de todas (as trans do bairro). Assim, só tem, vamos se dizer assim, no meio de cem por cento, umas duas ou três contra, assim, sabe? O resto é super assim, unida, falam

super bem da outra. É que, em si, eu já não gosto mesmo de andar, pra evitar, entendeu? Mas falo com todas. Tem algumas que são minhas amigas, que eu ainda vou na casa, frequento, passo o dia com elas.

Um exemplo dessa instabilidade é o relato carinhoso de Nina sobre Carol. Nina, que vincula a identidade travesti a aspectos marginais em diversos pontos de seu discurso, ressalta a importância da intervenção de Carol – que, apesar de se autoidentificar como *trans*, é descrita por Nina como travesti - junto à sua mãe quando ela, ainda adolescente, começa a se *montar*. Carol, além de lhe fornecer orientações acerca de um modelo de comportamento que Nina enxerga como adequado, é bem-sucedida ao mediar o conflito familiar que se havia estabelecido:

Ela (a mãe) ficava pressionando. E eu usava (roupas femininas fora de casa) mesmo! Usava, usava... Aí eu comecei. Conheci Carol, minha amiga. Quando eu conheci Carol, eu já estava bem mexida, meu cabelo já tinha crescido mais [...] Aí, quando eu conheci Carol, Carol veio e falou comigo. Carol já era travesti, já montada, todo o cabelão... Aí eu fui e contei a ela que, lá em casa, eu brigava muito, e ela percebeu que eu era estressada porque realmente... Porque eu usava roupa masculina (em casa)! Porque hoje eu não sou mais. Ela mesmo via, qualquer pessoa que falasse alguma coisa, eu já brigava, discutia, de bater boca, vontade de meter a mão na cara [...] Sim, porque eu usava roupa de homem e tinha as brigas. Aí eu conheci Carol, e ela começou a me orientar para eu ter um certo comportamento, quanto ao meu estresse, entendeu? Porque eu era brigona. Aí eu fui tentando acalmar. Aí, teve um dia que ela foi lá em casa, conversar com minha mãe [...] “Bom dia”. E minha mãe: “bom dia”. Aí eu disse: “essa é Carol, minha amiga” [...] Eu acho que, no começo, não³³. Porque Carol não tem a aparência, Carol parece bem menina. Mas, no começo, não. Depois que eu falei: “ela é travesti, ela veio falar com a senhora”. Aí minha mãe: “a troca?”. E Carol falou: “não, agora Nina está andando comigo” e não sei o quê. Foi falando tudo, né? E eu adorei, né? Eu falei: “tomara que mude agora aqui em casa” [...] A minha mãe: “ah, porque ele...”. Na época, ela me chamava de “ele”, né? “Ah, ele não se comporta”, não sei o quê, “e só anda brigando, discutindo”, não sei o quê! E eu calada. Aí elas ficaram conversando. Aí, com o tempo, eu fui me adequando, todinha mais calma e impondo mais respeito. Mas, como a gente brigava, não tinha como eu me impor.

³³ Ao ser questionada se a mãe sabia que Carol era uma pessoa trans.

Nina se debruça sobre uma relação de amizade, afeto e companheirismo, ao passo que Roberta expõe relações permeadas por conflitos entre pares, no espaço familiar e afetivo do bairro. Já Tainá – profissional do sexo, nascida em outro estado, e que já viveu em diversas cidades antes de morar em Salvador – rememora o desconforto que a sua presença provocou nas cidades onde morou, em ambientes nos quais as relações de disputa, por vezes, se intensificam ao envolver o mercado da prostituição: *E também, assim... Quando a gente viaja pra fora, as trans da própria cidade mesmo, elas não aceitam as que vêm de fora na cidade delas. Falam com a gente, tudo. Mas no fundo, no fundo, elas não gostam, não. É muita falsidade.* Já Beatriz, embora recifense, relata que sua inserção na prostituição, tal qual as modificações corporais que demarcam a sua passagem para a vivência da travestilidade, têm início em outra capital nordestina. Ela, no entanto, ao contrário de Tainá, rememora as relações de solidariedade, às quais atribui a sua sobrevivência:

O dinheiro acabou, eu tive que ir pra rua. Primeiro dia, nada. Segundo dia, nada. Isso a barriga começou a roncar de fome. As pessoas que estavam fazendo caridade só fazia de manhã, não fazia de tarde, nem fazia de noite. Hoje eu estava na rua, aí essa travesti, Leila, ela dizia: “Tá com fome, né?”. Ignorante, mas o coração maravilhoso. Muito ignorante... “Tá com fome, né, negão? Vamos comer!” Aí ela me levava pra comer... Comia. Agradeço muito a ela, viu?

Se, na juventude, as travestis costumavam ser uma referência de feminilidade para Lígia – a participante mais velha – hoje ela relata o desejo de não ter amizades com pessoas pertencentes ao segmento LGBT:

Eu me envolvia, fazia amizade. Eu queria conhecer a vida, era jovem, né? Mas hoje não. Hoje eu sou uma pessoa difícil de me dar com todo mundo. Às vezes, eu... E principalmente travesti, gay, homossexual, esse pessoal, eu vejo assim, ó: eu converso, falo, respeito, trato bem, mas eu num me envolvo muito com muita amizade, não.

Com frequência, Lígia se refere a gays e travestis como *colegas*, um termo que reflete tanto a identificação que possui com essas pessoas e suas identidades, quanto o seu desejo de não estabelecer relações mais íntimas, de amizade, demarcando limites relacionais. No seu discurso, Lígia faz alusão a gays e travestis como identidades que, a priori, sugerem pouca respeitabilidade – motivo que talvez a induza a não estabelecer relações de proximidade. Nota-se que a questão do respeito – traduzida pelo desejo de ser colocada no espaço do afeto, e não

no não-lugar da abjeção – também é ressaltada quando Lígia fala de sua relação com mulheres cisgêneras:

Que eu num tenho muita amizade, assim, com mulher³⁴, não. Só quando eu vejo que é uma mulher assim que respeita, me considera. Aí que tem mulher que gosta também, assim, da amizade também com gay, com homossexual. Mas tem umas também que elas num gostam, não [...] A maioria. Mas tem muitas mulheres também que se sente bem com a amizade da pessoa assim, do homossexual. Eu já tive colegas mulher, amigas minhas, mulher de dizer assim: “eu gosto mais da sua amizade do que da amizade de outra mulher porque a amizade de vocês são mais verdadeira”. Já teve mulher de dizer isso a mim e de gostar muito de mim. E tem mulher também que eu num gosto. Tem mulher que, às vezes, eu num gosto nem de primeira vista. Eu olho assim e já conheço ela todinha, já num me simpatizo.

Conforme fala anteriormente citada neste capítulo – e semelhante ao relato de Lígia - Roberta afirma que não gosta muito de andar com homossexuais e travestis. No entanto, ao falar sobre suas relações de amizade, a participante destaca duas amigas cisgêneras, que também desempenham o papel de ‘atestar’ a sua *passabilidade*:

Porque atualmente... Hoje eu só ando com duas mulheres. Elas já têm filhos, são mais velhas que eu, são mais experientes e elas também me dão muita força. Ontem mesmo, a gente saiu, foi no Pelourinho³⁵, deu uma volta. E daí eu me arrumei toda, elas ficaram encantadas, falaram que eu estava parecida uma mulher. Nariz e não sei o quê, sabe? E minha mãe também é assim. Gente, a minha mãe me dá uma força legal! Minha mãe compra roupa pra mim às vezes. Meu creme está terminando, ela vê, ela compra. E a gente tem esse afeto. Eu com ela, ela comigo, entendeu?

Embora destaque, ao longo de sua narrativa, o bom relacionamento que atualmente mantém com a família – inclusive com o pai que, durante a sua adolescência, provocou conflitos por conta de sua orientação sexual, quando ainda era gay – Roberta expõe a dificuldade de

³⁴ Embora se autoidentifique como *transexual*, Lígia não reivindica o uso da categoria identitária *mulher*, que utiliza apenas para se referir a mulheres cisgêneras. Ao falar livremente acerca de si, Lígia, em geral, utiliza termos vinculados à homossexualidade masculina.

³⁵ Bairro turístico localizado no Centro Histórico de Salvador.

familiares para tratá-la conforme a identidade feminina assumida um ano e meio antes da entrevista:

Porque eu me acostumei assim, através também de minha mãe. Porque minha mãe também não me chama pelo meu nome social [...] Ela também não consegue assim. Às vezes, ela me chama de filha. Às vezes, ela me chama de filho. Então eu não tiro ela da razão, entendeu? Eu sou uma pessoa compreensiva. Mas muitas pessoas, depois que eu realmente virei uma trans, já me chamam pelo meu nome. Algumas pessoas. Minhas tias, tem algumas que me chamam pelo nome social, tem outras que me chama pelo meu nome mesmo [...] Não me incomoda, não.

Para Roberta, o tratamento intrafamiliar de acordo com o gênero masculino não se constituiria como um tipo de violência, mas como algo já esperado, que não gera incômodos. Ela relata, de modo aparentemente confortável, a fala de estranhamento do pai em relação à vivência da transfeminilidade: *Até hoje, assim, às vezes, ele fala assim comigo: "Poxa, antes você era gay, eu já te aceitava e tudo. Agora você virou travesti, é difícil. Ainda estou tentando me acostumar com a ideia".* De modo semelhante, Tainá - embora atribua a fuga de casa, ainda jovem, aos atos de intolerância de gênero perpetrados pela mãe – afirma aceitar ser tratada no gênero masculino por ela: *Meu pai me chama de mulher [...] Minha mãe não. Minha mãe não se acostumou ainda, não [...] É... Mas eu não me importo, não. Porque é minha mãe, né?*

Ao contrário de Roberta e Tainá, Bruna, que tem o histórico de diversas agressões perpetradas por familiares, enxerga o mesmo fato como um indicativo de que não é aceita pela família:

Me chamam de Bruno. Não me aceitam. Para me chamarem de Bruna, eles teriam que me aceitar, mas eles não me aceitam [...] Hoje eu tenho uma família, meu marido, os cachorros, então hoje eu tenho uma família. Mas, até hoje, não tive uma condição de vida, aquele amor de família que todo mundo precisa ter, eu não tive. Não tive um pai. E eu lembro que, nessa infância que eu fiquei na rua, que minha mãe colocou meu pai na justiça, a justiça obrigou meu pai a ficar comigo. E eu, meu pai me maltratou muito. E ele via meu jeito de gay, e ele fazia misérias, e ele dizia "gay eu não vou aceitar". E eu soube, um dia desses, que ele já sabe que estou trans, e agora que ele não quer conta mesmo.

Ao recontar sua história, Bruna relata ter sido um filho indesejado, tanto pelo pai – que se recusou a assumi-la – quanto pelos avós maternos, que já eram responsáveis pela criação

de seu irmão mais velho. Por conta disso, sua mãe passa a vender pastéis nas praias de Salvador para sustentá-la e paga para que outras pessoas tomem conta dela enquanto trabalha. É a este fato que Bruna se refere quando diz que ficou na rua, durante a infância: *Com isso, a família não aceitou, e eu fiquei na rua até os sete anos de idade. Na rua, que eu digo, é morando na casa de um, na casa de outro.* Aos sete anos, após vivenciar uma internação hospitalar, Bruna relata ter sido acolhida pelos avós, que passam a se responsabilizar também pela sua criação. Isso, no entanto, inaugura uma série de novas violências, tanto por parte do irmão, que não aceitava a sua presença, quanto por parte dos avós, que reprimiam o seu comportamento afeminado, a ponto de expulsá-la de casa aos quinze anos, quando ela decide adotar uma identidade transfeminina. Atualmente, Bruna afirma ter contato frequente apenas com a mãe, que costuma visitá-la. Ela, no entanto, não retribui as visitas, já que seu irmão a proíbe de ir até a casa onde moram, por meio de ameaças de agressão física.

Segundo Álvarez (2016), as relações familiares vivenciadas por pessoas trans costumam ser demarcadas por trajetórias de violência, desde muito cedo, quando seus corpos – lidos como inconformes – resistem às situações de censura e constrangimento. A partir de então, intensificam-se as interações permeadas pelo controle, a regulação e o castigo. Embora essa análise não possa ser generalizada e exija um olhar atento a fatores que estão interseccionados, Bruna agrega os elementos citados em seu relato.

Já Carol, em sua trajetória de ativismo, alcançou grande visibilidade e reconhecimento, principalmente no bairro onde mora. Assim como Bruna, que atualmente também é ativista e estudante universitária, ela destaca algumas contradições inerentes às relações intrafamiliares:

Ele (pai) sabe que sou homem. Mas não tem problema de eu levar meu namorado, de brincar com minha mãe, eu tenho essa liberdade com eles. Hoje em dia, eu brinco mais com eles, tenho uma melhor relação com eles do que meus irmãos. Então, assim, eu vou na casa de minha mãe, tomo café, e tenho essa liberdade com eles. Eles moram só, eu moro perto deles. Minhas irmãs, no início, era complicado por causa dos maridos, tudo homofóbico [...] Meus irmãos me chamavam pelo nome do RG. Isso me irritava, e, na época, eu não trabalhava, não tinha dinheiro e não tinha o que fazer, né? Acabava engolindo aquilo ali, né? [...] “Ah, o viado vai ser o que na vida? Vai se prostituir, isso sim.” E eu dei exemplo. Quer dizer, a caçula, o viado, a pessoa que eles não estavam nem aí, não davam aquele apoio moral. Meus pais nunca foram numa reunião da escola. Então, assim, eu nunca tive aquele amor de pai, mãe, irmão. Hoje em

dia, eles me abraçam, me colocam para cima. E hoje eu estou dando exemplo para vocês, porque, na visão de meu pai, eu não seria nada, eu ia ser apenas mais um.

Na fala de Juliana, há o relato da aceitação da sua orientação sexual por parte da mãe e das irmãs. Ela, contudo, denuncia situações de abuso sexual perpetradas pelo irmão mais velho, assim como uma tentativa de homicídio por parte de seu pai quando ela lhe contou, ainda adolescente, que era *homossexual*. Com a mãe já falecida, a restrição de seu trânsito em alguns locais da cidade por conta de disputas por pontos de prostituição com outra cafetina, além de um casamento marcado por situações abusivas, Juliana desabafa:

2012, 2011, por aí, foi a pior fase, por conta da transformação, da rejeição. Porque, quando você vira travesti, você tem que estar pronto, e eu não estava, nós não estamos. Porque, realmente, quando minha mãe falava... Você... Um gay na sociedade, você consegue ver, é nítido, mas você não consegue enxergar uma travesti, uma trans, no meio da sociedade. Então elas só saem à noite com um propósito, se prostituir. Então já é rotulado, tanto pela sociedade, quanto... Pela sociedade, julgar assim. Porque, querendo ou não, são referência [...] E isso machucava bastante, logo no início, lidar com a inveja. Nossa, eu era ridícula! Não vou mentir a você, com o *dread*³⁶... Depois que eu comecei a me maquiar, pegar gosto pela coisa, então foi levantando uma série de recalque, de inveja, de despeito, a ponto de armarem para mim. Então não foi uma fase da minha vida maravilhosa. Chegar até aqui foi horrível para mim. E continua sendo, nada está sendo como eu imaginaria que fosse [...] A trans em si, o gay... Eu falo porque eu fui gay. Então o gay, a trans, a travesti, vive no mundo de muita carência. Então fica vulnerável, né? Então fica iludida, achando que as pessoas gostam dela. Então esse casamento que estou hoje... Então se eu pudesse, sabe? Eu não sei, nem sei explicar. Se eu pudesse alguma coisa, eu faria voltar o tempo, e não ficaria com ele [...] Pelo fato de, hoje em dia, eu pudesse escolher, escolher assim - nossa! - ser gay, ser hétero, ser trans ou travesti, eu preferia não ser gay, não ser trans, não pertencer ao mundo GLS³⁷.

³⁶ *Dreadlocks*: estilo de cabelo.

³⁷ GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) era a sigla utilizada pelos movimentos sociais antes da definição pelo uso da sigla LGBT.

Além das ameaças decorrentes do ofício de cafetina, Juliana refere ameaças por parte do marido, com quem convive em uma casa pertencente a ela, e que, a princípio, parecia personificar os seus ideais de romantismo:

Eu conheci ele através de uma filha minha, ela deu meu número a ele, para falar com ele. Ela pediu e eu deixei dar. Isso foi em abril, fez um ano agora. Quando foi em julho, ele resolveu falar comigo no WhatsApp³⁸, e eu perguntei quem era, e aí ele ligou. E ele disse que minha voz era linda e tal, e eu perguntei como ele tinha meu número, e ele disse “e eu não lembro”. E aí, eu fui andando conversando com ele, e eu fui conversando e eu mandei uma foto minha pra ele, e ele perguntou se eu era mulher com marido e filhos, e eu disse que não, que era trans. Aí marcamos, aí ele abriu a porta e ficou me olhando e, quando eu olhei, me apaixonei. Foi numa Kombi. Então a gente começou a namorar e tal. E foi aí que eu coloquei o silicone. E aí nos envolvemos, tive relação e, dois dias depois, estávamos morando juntos. E ele foi pra lá. Ele brigou com a esposa dele e largou ela pra ficar comigo e tá até hoje. Ele trabalha vendendo frutas. Então eu comecei a amar, foi ótimo. Foi ótimo. Então o que aconteceu nesse meio tempo, eu comecei a gostar dele, e ele começou a se desfazer de mim [...] Ele disse que me considerava mulher e que ele estava disposto a largar tudo pra ficar comigo, então ele começou a – sabe? - fazer coisas que eu já não estava gostando. Ele começou a dizer assim, que não ia ficar comigo, que eu ficava ouvindo música romântica e que não gostava de mim. E eu não cobrava nada dele. Ele trazia coisas pra mim, frutas e verduras, e eu comprava outras coisas [...] Ele começou a querer voltar pra casa porque ele queria voltar pra ex-mulher. Aí eu começava a chorar com aquilo. Porra, dois meses! Me iludiu, sabe? Criou meio mundo de coisa, e, depois de dois meses, me disse que não queria mais, que não era mais “a sua”? Porra, vai me fazer de palhaça? Entendeu? Seja homem! E aí ele disse que não queria mais me largar. Então aquilo já ficou. Aí a gente começou a levar. Aí ele foi, comprou uma moto, uma Twister, e eu coloquei mil e quinhentos reais. E eu fico passada, eles não dão valor a nada, fazem jogo assim, ó! Às vezes, sai até perdendo! Aí pronto, foi maravilha! Então ele começou a ficar fazendo linha, entendeu? A gente saía para lugares, entendeu? Ele usa drogas, usa maconha. Às vezes, a gente ficava na praia, era a vida que eu sempre quis! Aí, teve um dia, que ele começou a me humilhar na moto dele.

³⁸ Aplicativo utilizado para manter conversas online, através do uso de um Smartphone e uma linha de telefonia móvel ativa.

Mandava eu descer da moto, no meio da rua, xingava, dizia que eu era pesada. Me deixou, várias vezes, na Baixa de Quintas³⁹. Praticamente, de três meses, ele me deixou uns quinze dias na Baixa de Quintas. Era chover, ele me deixava. Teve um dia que eu estava morrendo de dor de dente, ele foi me pegar no curso. Pense o sol de meio dia, o sol escaldante! Eu peguei e falei assim: “Mô, estou morrendo de dor de dente. Passe no Largo do Tanque⁴⁰, que eu vou ver se eu arranco”. Quando chegou no Largo do Tanque, só porque o capacete passou no retrovisor... É tão babadeiro, assim? Você não tem noção, ele trancou e barbarizou! Eu tive que descer da moto dele, e ele me acabando! Foi começando o sentimento a morrer. Então hoje ele me persegue, não aceita o fim do relacionamento. Eu digo que é melhor a gente se separar, e ele diz que, se eu largar ele, ele me deixa aleijada. E diz mesmo, pra ninguém mais me querer! Ele diz que não é comédia. Então, assim, eu vivo uma vida infeliz.

Bruna também relata situações de desentendimento com o marido, por conta de traições. Mas, inserida no espaço acadêmico e com acesso a atendimentos psicoterapêuticos em decorrência de sua atuação como ativista, ela se utiliza de alguns jargões para narrar estes fatos, embora o seu objetivo também seja o de sinalizar a carência afetiva:

Assim, eu já sofri muito com ele no começo, por questões de traição da parte dele. Era muito ruim a relação, no começo. A gente brigava muito. Assim, brigas de mortes, “eu vou te matar!”. Depois da terapia, eu descobri que eu depositava esperança nele. Eu depositava nele o que eu queria ter dos meus pais. Eu olhava ele com uma função de pai, função essa que ele não poderia me dar. Então, quando eu soube das traições, a gente brigava muito. Ele me traía muito antes. Nos primeiros anos [...] eu pegava muitas traições dele. Ele me traiu com várias travestis da rua também. E eu fiquei sem entender isso [...] Eu batia muito nele quando eu pegava as coisas. Eu tenho uma necessidade de atenção muito grande e eu depositava nele as coisas, a esperança de felicidade. E eu queria ele para mim. Ele é meu! Meu! E eu já ia batendo, já era na violência.

A carência também é apontada por Beatriz para justificar o fato de ter se apaixonado rapidamente por um rapaz que fazia uso de substâncias psicoativas ilícitas e com o histórico de

³⁹ Bairro popular de Salvador.

⁴⁰ Localidade soteropolitana que interliga os bairros populares Liberdade e Alto do Peru.

envolvimento em alguns crimes, com o qual ela relata ainda ter esperanças de retomar o relacionamento:

Por que eu me apaixonei por ele tão rápido? Porque, mesmo eu sabendo que eu tinha a minha vida em Recife, lá (em outra capital nordestina) eu comecei a viver o universo das travestis e ver que nós somos sós. Que todas as negativas que você conhece melhor do que eu - da sociedade, família, educação e estudo - eu comecei a viver aquilo. Era novidade, era outro mundo. E eu comecei a ficar carente, e ele me dava um suporte de atenção, por ser carente também. Ele estava sempre levando lanche, me tratando como mulher, entende? Aquela coisa que eu buscava [...] Eu me sentia protegida com ele. Aquela coisa de homem que protege [...] Aí a gente conversando: “Ah, eu estou numa situação assim, assado, gosto muito de você, quero você”. Mas como eu disse pra ele: “Se você realmente gosta de mim, não sou eu que tenho que provar mais. Você diz que mudou, que é outra pessoa, que abandonou as drogas, que isso, aquilo outro. A minha vida é a mesma. Não nego que te amo, de jeito nenhum, nem pra você, nem pra ninguém. Isso é um sentimento meu. Mas eu quero você no dia que você realmente me quiser... Viver comigo, trabalhar, construir uma vida, dizer pra sua família que você vive comigo”. Porque ele nunca falou. Mas eu falei pra irmã dele que ele era profissional do sexo, que ele estava preso. “Quando você resolver ter uma vida, você volta que eu te aceito.” Aí a gente está conversando. Se for realmente homem certo, aí voltamos pra Recife.

Já Lígia, ao descrever a relação que mantém com o companheiro⁴¹, trinta e dois anos mais jovem, relata não haver histórico de grandes desentendimentos ou situações de agressões e violência, embora pontue uma questão importante acerca de sua vida sexual que ela, no entanto, não enxerga como uma situação violenta – o fato de ser pressionada a manter relações sexuais, mesmo contra a sua vontade:

Mas depois, se eu num tiver uma relação sexual com ele, fica chateado. Então, de vez em quando, eu tenho que ter, né? Mas num é uma coisa assim, que eu fique assim, naquela ansiedade de procurar e tal, de sentir aquele desejo todo dia [...] É porque, se fosse por mim, a gente nem fazia mais nada, ficava só como se fosse meu filho. Mas ele num quer saber disso, ele quer sexo de vez em quando. Ele acha que eu vou nessa energia toda, nessa disposição toda [...] Eu

⁴¹ Essa participante, ao contrário das demais, não utiliza o termo *marido* para se referir ao rapaz com quem ela vive. Portanto, foi feita a escolha pelo uso do termo *companheiro*, embora ela tampouco o utilize.

aceito, mas num é uma coisa assim que eu queira, que eu fico gostando, que eu fico querendo, não.

Além disso, Lígia pontua o ciúme do companheiro como elemento bastante presente na relação. É interessante notar que a questão do ciúme é elencada não apenas por Lígia, mas também por Camila, ao descrever o marido: *Minha filha, esse homem novo que estou, às vezes tá bem, às vezes tá ótimo. Toma conta da minha casa, toma conta de mim, olha tudo dentro de casa. É um amor de pessoa, mas ciumento demais.* Também Nina, ao expor o motivo do fim de seu último relacionamento, atribui o término ao ciúme excessivo por parte do ex-namorado. Segundo Pacheco & Pacheco (2016), é por meio da incorporação e naturalização do modelo binário de gênero que a violência simbólica incide na vida de pessoas trans. Neste ponto, portanto, é importante perceber que as relações elencadas seguem um modelo heteronormativo, nas quais o homem exerce a posse e o controle sobre a mulher com a qual se relaciona, através do ciúme excessivo. Conforme Álvarez (2016), os corpos trans são produzidos em cenários de poder, ainda que não detenham este mesmo poder. Desta maneira, também aqui ocorre a reprodução de estruturas hierárquicas binárias, nas quais o gênero masculino exerce poder sobre o gênero feminino. Ainda que as participantes abduquem do ideal da masculinidade para si, em muitos momentos, elas incorporam ideias vinculadas às normativas de uma feminilidade hegemônica, que incluem relações de passividade e submissão.

Assim, tanto as relações entre pares, quanto as relações familiares costumam ser demarcadas por contradições, que conduzem ora à aproximação, ora ao afastamento. Ao apontar a carência como elemento comum, os relacionamentos amorosos, muitas vezes, são idealizados e resultam em situações de decepção ou violência, que se materializa inclusive por meio do ciúme excessivo do marido/namorado/companheiro, naturalizado em alguns relatos.

8.1 Produção das identidades trans em outros espaços de interação: tensionamentos e vivências possíveis

Percebe-se que todos os corpos estão constituídos em um campo de disputa identitária, no qual as identidades se expressam por meio de 'tecnologias' voltadas ao disciplinamento do corpo, que deve adquirir formas, maneiras e atitudes que conduzam à estrutura binária de gênero. Assim, por não serem lidos conforme padrões inteligíveis de gênero, corpos trans são

condenados à invisibilidade, agredidos sob o argumento de que seriam aberrações e patologias e coisificados a partir da lógica do mercado sexual (ÁLVAREZ, 2016). Sobre isso, Bruna afirma:

Não é fácil, se você me perguntasse “o que você deveria dizer para outra trans?”, eu diria é que tem que ter peito. A sensação que eu tenho é que eu nado contra uma onda muito grande. Todo lugar que eu vou, eu recebo um “não”. Já internalizei que o “não” eu já tenho, né? Vou em busca do meu “sim”. Então, na rua, os policiais, seguranças, que deveriam garantir a minha segurança, são os que mexem comigo, dão risada, fazem deboche. Quando você passa, todo aquele constrangimento... Motoristas e cobradores! É uma vida muito difícil, e eu hoje falo disso sem chorar pra você. Porque eu fiz muito trabalho de terapia e faço até hoje. Eu não posso deixar me abalar, a sociedade é doente, não sou eu que sou doente [...] Eu passo onde tem policiais e eles mexem. No ponto de ônibus, é sempre aquele olhar de desonra, olha como se fosse objeto sexual. Eu sinto na cara deles isso. E eles fazem. Jogam papel com número de telefone. Ou perguntam quanto é. E isso me doía muito. Garota de programa? Eles não sabem de minha vida, e já me associam à prostituição. E, nos ônibus, tem muito assédio sexual. Os homens chegam roçando atrás, com o pênis duro. Sou tratada como objeto sexual.

Nina também reage ao assédio cotidiano e analisa a objetificação sexual direcionada ao seu corpo:

Aí o outro fala: “Poxa, você é linda”. Sabe aquela coisa? Isso, pra mim, é um preconceito. Porque, assim, eu não dei esse direito de chegar uma pessoa e dizer assim: “Você é linda, você é gostosa”. Qual o direito? A qual ponto eu te conheço pra você me chamar de “gostosa”? Então pra mim é um preconceito.

Barrientos (2016) aponta que, à exceção da Argentina, os direitos das pessoas trans ainda estão condicionados a debates em todos os países da América Latina. E, ainda que a maioria dos países da região tenha assinado acordos internacionais de direitos humanos, nos quais se comprometem a promover igualdade e equidade de direitos no que se refere à orientação sexual e à identidade de gênero, alguns países ainda infringem desde os direitos civis, políticos e econômicos até os direitos sociais e culturais de pessoas LGBT. Portanto, embora nenhum país da América Latina criminalize ou exerça oficialmente ações de repressão em decorrência da orientação sexual ou identidade de gênero, ainda ocorre cerceamento de direitos. E, no caso de pessoas trans, a situação é ainda mais delicada, desde as práticas de

omissão até as ações de violência perpetradas por instituições estatais, a exemplo da polícia, conforme o relato anteriormente citado de Bruna, corroborado pela fala de Beatriz:

Conheci a prostituição, e junto a ela tem esse lado obscuro, que é o lado da negativa social. Os policiais, que era pra nos proteger, era quem nos roubava, quem nos batia, nos estuprava. Eu falo da época, mas que até hoje isso acontece. Acho que hoje não com tanta frequência, mas é o que acontece [...] E tudo aquilo que eu comecei a ver nas ruas lá, as travestis sendo roubadas... Os policiais, toda vez que eu passava, tinha que pegar minha bolsa. Pegava, me estuprava, era horrível.

De modo semelhante, Beatriz expõe a violência institucional também nos serviços de saúde:

É o problema que todo mundo, acho que relata pra você também. É a resistência de algumas funcionárias de me chamarem pelo nome social, mesmo sabendo da portaria do Ministério da Saúde. Às vezes, as meninas que sabem que existe essa portaria, exige e eles colocam lá. Mas outras que não sabem, eles fazem uma de louco e não coloca. E chamam pelo nome do registro. Isso incomoda, por isso que as meninas evitam ir no posto de saúde ou talvez em outro hospital. E quando chama pelo nome, aí fala, por exemplo, "Beatriz!", aí a outra diz "é ele", sabe? Poxa, o nome, gênero... Aí isso, a gente fica meio que: "Ah, meu Deus, vou passar por isso? Melhor ficar em casa mesmo, morre aqui mesmo". As meninas falou: "Eu vou fazer o que em hospital? Eu vou fazer o que na delegacia? Servir de chacota? Fico em casa".

Em diversos pontos de seus relatos, as participantes estabelecem relações comparativas entre a vivência da transfeminilidade e a vivência da homossexualidade masculina, para demarcar o olhar de abjeção ainda mais intenso sobre suas identidades, a exemplo da fala de Daiane:

Pois é, eu vou te falar a verdade. Se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, eu tivesse na minha infância, eu não teria me montado, não. As pessoas têm mania de dizer que as portas para o gay não se abrem, e eu costumo dizer que para gays ainda existem portas. Mas e para nós, transexuais? Não existe isso, não. Não existem portas, não existe mercado de trabalho, não existe nada.

Ao pontuar a vivência da exclusão social, em virtude de sua identidade de gênero, Kelly pontua: *Porque, para trabalhar numa loja, ninguém me quer. Nem para fazer faxina, ninguém me*

quer. Por que ninguém me quer? Porque eu sou uma trans. Se eu fosse gay, todo mundo me aceitaria.

Assim, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, por conta da expressão da identidade de gênero, é bastante lembrada. Neste sentido, Roberta pontua: *Pra uma travesti conseguir um emprego, é difícil, entendeu? Pra uma pessoa normal, já não é tão difícil. Tem eu e tem você pra uma vaga de recepcionista, você é mulher, eu sou uma trans, você acha que ele vai querer contratar uma trans? As explicações para isso advêm do olhar dirigido a esses corpos que são hipersexualizados, rechaçados e exotizados, conforme fala também de Roberta: *Porque eu acho assim, a gente que é gay ainda é, querendo ou não, um pouco, dá pra esconder. Mas já a gente que somos trans, é uma coisa assim, nova. As pessoas... Você passa na rua, as pessoas ficam olhando assim, com aquele olhar de curiosidade, outros de revolta.**

Ainda sobre o preconceito sofrido no mercado de trabalho, Nina reflete: *Trabalho pra mim é impossível. Já tenho isso na minha cabeça, entendeu? Se eu arranjar um, é pelos meus esforços, que tem que ser muitos esforços! Porque, pra trans, só Deus. Se Nina atribui a possibilidade de arranjar um trabalho a uma força divina, Letícia institui a prostituição como a possibilidade terrena mais possível de ser alcançada por uma travesti: *A travesti não tem vaga. Só se tiver um pistolão, uma pessoa indicada. Só, né? E tem que trabalhar, mas trabalhar como? Na pista.**

As complexas relações estabelecidas *na pista* envolvem não apenas profissionais do sexo, mas diversos outros atores, tais quais clientes, vizinhança, policiais e cafetinas. E, embora não naturalize a violência cotidiana sofrida no espaço das ruas, Beatriz descreve esse espaço de sociabilidade, principalmente ao se referir aos clientes, como um ambiente que não conduz apenas à sua exclusão, mas também à sua aceitação no gênero com o qual se identifica, ainda que seja pela via do desejo sexual:

Fui no carro, o cliente me tratou super bem, me tratou pelo gênero que eu me reconhecia, dizendo que eu era bonita, me alisando, me acariciando. Eu falei o valor do programa e ele pediu que eu entrasse. Fomos pro motel. O cara me tratou como uma deusa, eu até me assustei. Porque era aquilo que eu busquei desde minha infância, coisa que eu não entendi. E daí eu fui, comecei a enveredar dentro da prostituição, conhecer esse novo universo [...] E eu nunca me desvinculei da prostituição, isso é verdade. Porque eu sabia o que eu queria da prostituição, sabia muito bem. Deixei as drogas [...] Pronto. É justamente isso, porque a prostituição... É isso... Porque você sabe que o homem deixa a mulher

em casa, que a mulher cuida, a mulher é cisgênera, tem vagina e aquilo outro. Mas ele vai na rua, te trata como uma deusa, te paga. Isso levanta sua autoestima. Então autoestima, ele levanta a conta também. Porque ajuda muito. E aí eu fui trabalhando. Eu disse: “eu quero homem pra isso, ser profissional do sexo pra poder juntar uma grana, pra poder pagar meus estudos, concluir o ensino médio” [...] A prostituição já é meu meio de fortalecimento. Eu não consigo ver problema na prostituição, não, sabe?

Além disso, Beatriz, ao descrever o seu trânsito pelos estados nordestinos onde viveu, relata jamais ter tido qualquer problema em suas passagens pelas casas de cafetinas, com as quais afirma ter estabelecido relações amistosas, mas expõe a situação de exploração estabelecida pelas cafetinas no ambiente das ruas, *na pista*, na medida em que o pagamento pela utilização do espaço urbano não lhe garante a proteção prevista nos acordos tácitos da cafetinagem:

Sabe que existe muito a cafetina, e a cafetina que pratica a cafetinagem. Em todos os lugares tem. Mas aqui em Salvador, tem umas meninas, que elas vão pra rua, cobrar a rua, mas quando tem uma necessidade, elas... Por exemplo, se tem um cliente que bate nela, ou que a polícia estuprou. Na Pituba mesmo, tem um prédio que ficam atirando chumbo. Sabe o que é revólver de chumbo? [...] Que dói pra caramba! Um deles bateu em mim e tudo. E essas cafetinas, que vão na rua pegar dinheiro, não estão no outro dia na delegacia, pra ir lá saber que apartamento que atirou. Só estão lá pra pegar dinheiro. E isso é a cafetinagem. Isso é errado. Está garantido na Constituição Federal, artigo quinto, que nós temos direito de ir e vir, que todo mundo tem direito a um metro de calçada. E a gente está ali, completamente vulneráveis, e a cafetina não está lá, botando uma pessoa armada pra proteger. E, aqui em Salvador, tem várias que fazem isso, que vão lá na rua, passam, diz quem pode e quem não pode ficar na rua. Isso não é certo.

Juliana exerce as duas funções na cafetinagem: aluga casas de sua posse, ao mesmo tempo em que cobra um montante pela utilização de determinados pontos de prostituição da cidade. A partir de um olhar diferente de Beatriz – que, em alguns momentos, fala sobre a importância do apoio mútuo entre profissionais do sexo – Juliana discorre sobre a sua passagem de profissional do sexo a cafetina e descreve a prática:

Não, eu lutei para mim mesmo, lutei com a cafetina das cafetinas. Eu disse “querida, não vou pagar rua” e disse “ninguém vai me tirar daqui”. Sempre vivia

a pau, a pedra, era tudo, mas eu tinha que ser. Se eu não brigasse, eu não era quem eu sou hoje. Perdi muita coisa, perdi vários megas⁴², mas eu também colocava para elas perder pencas! Aí, então veio o quê? A parte da cafetinagem, suas amigas começam a imaginar... Eu não era assim, eu era uma pessoa tão gente boa, tão normal, mas a vida me transformou assim. E aí eu dizia: “Olha, gata! Para trabalhar aqui, você precisa pagar. É uma pista normal, e tem aquele local que é seu!”. Então desci uma menina, depois desci duas, depois desci três, teve tempo de eu descer nove [...] A cafetina soube disso, ela é a cafetina das cafetinas, ela que fundou a prostituição aqui na Orla [...] Ela tem contatos, né? Ela é a cafetina das cafetinas, e eu era a cafetina das bichas, né? [...] Foi quando a filha dela multou⁴³ uma filha minha, e aí eu fui na porta dessa filha dela cobrar o que ela tinha multado dessa filha minha [...] Aí eu fiquei louca e entramos em guerra de novo, e essa guerra está até hoje. E aí definimos espaços, e minhas filhas não podem passar, nem as dela. E aí se ocorrer, é corte na cara, é mega no chão [...] Eu quase não ia mais para a rua, eu ficava em casa a maior parte do tempo. Porque eu comecei a ficar pedida⁴⁴, então eu também já estava virando cafetina [...] Eles ⁴⁵ pagam por dia, independente de terem feito atendimento ou não. Essa parte é babado. Se hoje ela fez quarenta... A diária da casa é quarenta mais os gastos necessários, e ainda vem a pista, e ainda paga a pista. E aí, às vezes, não paga a casa naquele dia, e é aí que as cafetinas são mal vistas. Porque, às vezes, saem sem pagar, e é isso que eu vim fazer agora, cobrar, e elas têm que pagar! E eu vim tomar banho nessa praia aqui justamente pensando nela, vou cobrar a ela [...] Então eu fico assim, eu não sou feliz por ser cafetina, por se dar bem através dos outros [...] Sinto muito mesmo... O que ser cafetina é isso. Nossa, você vai usar um anel, o anel é redondo, então ser cafetina é isso. Então eu prefiro manter minha relação com elas normal, tento manter essa amizade, esse vínculo de mãe para filha.

Vê-se que Juliana se coloca em um lugar ambíguo na relação com as suas “filhas”. Ao mesmo tempo em que elas são obrigadas a pagar um determinado valor, ainda que não tenham tido lucros suficientes, elas recebem a proteção para que não sejam agredidas ou “multadas” por

⁴² A participante se refere, neste ponto, a mega hair.

⁴³ Multar: cobrar um montante sob o argumento de utilização indevida do espaço.

⁴⁴ Ameaçada.

⁴⁵ Juliana se refere às suas “filhas”, em alguns momentos, no masculino.

outras cafetinas. Ademais, a rigidez da cobrança se contrapõe ao alegado “vínculo de mãe para filha” e expõe, ainda mais, as contradições deste tipo de relação.

Mesmo quando inseridas no mercado formal de trabalho, muitas vezes, isso pode gerar novas formas de sofrimento, na medida em que mulheres trans e travestis não têm sua identidade de gênero respeitada. Bruna, ao recontar sua trajetória profissional antes de iniciar a graduação, exemplifica:

Depois trabalhei como operador de telemarketing, depois trabalhei na Marisa⁴⁶. Mas lá eu entrei de homem. E se você me pergunta porque fiz isso, é porque eu observei que, quando eu ia de mulher, eu não passava, e de homem eu passava. Eu pensei logo: “pera aê, capacidade eu tenho”. Então, é... Passei a trabalhar na realidade nessas empresas, sofrendo com essas questões.

Já Roberta, embora desempregada, apresenta também um outro cenário, de quando trabalhava em uma empresa de telemarketing na qual se sentia acolhida. À época, ela dá início às modificações corporais, no intuito de assumir o modelo almejado de feminilidade, e coloca um mega hair. Na fala a seguir, ela relembra a repercussão dessa mudança na empresa:

Oxe, eu fui a sensação do trabalho! Porque eu sempre gostei de fazer amizades e tal. Sou uma pessoa muito comunicativa. A galera dizia: "Poxa, ficou massa!", "Ficou linda!" [...] Aquela coisa me dando força, aí eu fui indo. Aí conversei com minha mãe também, disse que eu queria ser uma trans.

Roberta também discorre sobre as relações de apoio e afeto que mantém no bairro onde mora. Nas falas de Priscila+2, Carol e Roberta, o bairro aparece como um ator importante, um elemento familiar, espaço de acolhimento. Ao falar sobre o bairro, Roberta não apenas expõe as relações que mantém com as outras trans da localidade – conforme mostrado no início deste capítulo – mas relata o seu orgulho por ser acolhida:

Todas as pessoas aqui (no bairro), agora depois que eu virei trans, me elogiam, diz que eu sou bonita, que eu sou muito educada. Tem uma amiga mesmo de meu pai, ela me viu e estava na rua, ela me disse: "Ah! É você que é filha de Luizinho, né? Poxa, seu pai fala super bem de você, você é linda!". Elogios assim, sabe? Que a gente cresce nosso ego [...] Eu me sinto muito orgulhosa

⁴⁶ Rede de lojas de departamento especializada em vestuário direcionado ao público feminino.

hoje de viver assim, de ter a resposta das pessoas que eu gosto, entendeu? E que, graças a Deus, eu consegui agradar, tô agradando boa parte das pessoas.

Já Carol, que relata já ter tido inclusive problemas institucionais por conta do desrespeito ao seu nome social, ressalta o respeito à sua identidade de gênero dispensado pelas pessoas no bairro onde vive: *Eu não tenho problema de falar meu nome de registro, eu só não quero que me chame. Por aqui pelo bairro, isso não acontece, viu? O pessoal já me conhece, então a coisa por aqui é melhor.*

Priscila, também ativista, relata que as pessoas do bairro lhe procuram, no intuito de que ela lhes disponibilize preservativos e complementa: *Amo minha cidade, tenho que gostar. É aqui que eu nasci, aqui que eu vivi e acredito que é aqui que eu vou morrer. Se Deus permitir, ainda vou morrer no meu bairro.*

Apesar de residir no mesmo bairro que Carol e também possuir uma trajetória de ativismo, Bruna não traz o bairro como elemento afetivo em seu discurso e pontua algumas questões importantes: *As pessoas dizem que aceitam, e por que não me convidam para ir na sua casa? Depois que eu me vesti de trans, que eu assumi minha identidade, eu nunca mais fui chamada para sair, para ir na casa, numa praia ou no cinema.*

Da infância à chegada ao mercado de trabalho, a performance de gênero inconforme à heteronormatividade delimita os espaços relacionais para as mulheres trans e travestis. Passando pelas relações de solidariedade e aprendizagem entre pares, o sentimento de orgulho pelo espaço de destaque alcançado e o ideal do amor romântico, contrapõe-se o destino do não-lugar imputado ao corpo abjeto. A partir dele, as situações de violência, escárnio, invisibilidade e solidão. Apesar disso, corpos trans resistem, muitas vezes, pelo simples ato de existir, conforme afirma Nina:

Simplemente eu sou uma pessoa trans, eu sei que sou uma mulher trans. Independente do que a pessoa falar, não vai me atingir nada, eu vou continuar sendo mulher. Minha visão é dessas, entendeu? Eu posso estar fazendo o que for, que eu vou continuar sendo uma mulher. A pessoa pode me discriminar o quanto ela quiser, dizendo "ah, você é um viadinho". Eu vou continuar sendo mulher.

E, em meio aos rechaços do cotidiano e as violências do tempo presente, Beatriz vislumbra o futuro:

Tem um amigo meu, também da turma da faculdade, que ele adotou três crianças já grandinho. E a história deles é linda. E ele sempre diz: “Ah, se você ficar nessa história, ‘eu quero’, você não vai adotar nunca. Você tem que tentar e adotar”. E eu quero! Ah, como eu quero! Pra saber, sabe? Até onde eu vou acertar. Não, não é assim, até onde eu vou acertar. Eu quero poder dar pra ele aquilo que eu quis pra mim. Muito carinho, atenção, levar pra escola, dever da escola, acompanhar. Eu sei que vou ter que conversar muito com ele. Porque ele vai sofrer muito na escola, por saber que ele tem uma mãe travesti. Isso é fato. Mas eu quero mostrar pra ele o que o amor vai superar. Muita coisa, sabe? Eu quero ver... Não sei... Não vou sofrer, não. Se ele me der amor, der amor pra ele, eu sei que a gente não vai sofrer. Mas eu quero ter uma criança. Também quero ter um relacionamento normal, assim, eu, meu marido e a... E o cachorro. Eu quero ter tudo assim. Uma vida bonita.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao romper com a matriz da inteligibilidade do gênero, enunciada por Butler (2003), travestis e mulheres trans subvertem a lógica que impõe a continuidade heterocentrada entre genitália, sexo, gênero, prática sexual, desejo e subjetividades. Conforme demonstra a autora, a manutenção de um sistema binário é determinada pelas estruturas jurídicas erguidas por meio da linguística e dos modelos políticos que conduzem ao reconhecimento de determinada cidadania pautada na cis-heterossexualidade compulsória. Tais estruturas se apresentam de modo dicotômico, de forma a preservar espaços e relações de poder. Neste cenário, corpos inconformes à imposição da heterossexualidade como padrão são lidos como abjetos. Destituídos de inteligibilidade, esses corpos são relegados ao não-lugar. Por conta de tudo isso, a própria noção de pessoa é questionada, já que corpos trans são então tomados como aberrações patológicas e/ou morais.

Inseridas compulsoriamente no espaço da masculinidade hegemônica – muitas vezes, desde antes de seu nascimento – através do gendramento linguístico, jurídico e biomédico, mulheres trans e travestis são submetidas a diversas formas de constrangimento e violência, na medida em que negam o padrão estabelecido como *natural*, portanto inteligível. Ao rememorar suas histórias, elas demonstram a construção da transfeminilidade de modo etapista, ao passo em que elaboram modelos explicativos de *naturalização* das próprias identidades, no intuito de reaver, para seus corpos e identidades, a inteligibilidade que lhes foi destituída. Desta maneira, argumentos essencialistas – metafísicos e/ou supostamente científicos – são evocados. Em contrapartida à lógica hegemônica essencialista, Butler (2003) argumenta que o corpo gendrado se constrói pela via da performance. Assim, as estruturas binárias são reproduzidas de modo performativo, no intuito de gerar corpos inteligíveis dentro dessa dicotomia.

Ainda quando fazem alusão à essência, as participantes elaboram um esquema etapista de construção de uma identidade transfeminina, corroborando com a ideia performativa de gênero. Assim, a criança afeminada surge como a primeira etapa deste processo, ainda que não se engaje em maiores esforços estéticos para a vivência no gênero feminino. Estes corpos afeminados, no entanto, são lidos automaticamente através de categorias identitárias vinculadas à homossexualidade masculina. Percebe-se, no entanto, que, entre o corpo afeminado e o corpo trans, as categorias vinculadas à homossexualidade masculina são situadas como identidades “femininas” transitórias, que demarcam a passagem de um estágio a outro.

O corpo, moldado a partir de estruturas performativas, se faz instrumento de construção identitária. Através das vestimentas, comportamentos, práticas sexuais, comprimento dos cabelos, hormonização e modificações cirúrgicas, a exemplo do silicone, este corpo intersecciona elementos estéticos associados a padrões de gênero, raça e classe social. Todo esse processo de construção identitária é, portanto, relacional e influenciado por diversos atores, que viabilizam ou não as vivências transfemininas.

Em meio à busca por inteligibilidade, identificou-se que mulheres trans estabelecem relações de hierarquização a partir da associação das travestis à marginalidade e à “fantasia”. Nesse aspecto, a fluidez identitária apresentada por algumas participantes – já presente na lógica “etapista” de construção da transfeminilidade – não foi capaz de dirimir concepções rígidas baseadas em ideias vinculadas a uma feminilidade hegemônica que conduz, por exemplo, à submissão nas relações com parceiros íntimos, tal qual à busca pela passabilidade estética e “comportamental” dentro deste modelo

Embora a travestilidade seja costumeiramente apontada como uma possibilidade não-binária de vivência de gênero, ela se apresenta de modo transfeminino no contexto brasileiro. Desta forma, as participantes autoidentificadas como travestis tampouco escapam ao modelo de reprodução de uma feminilidade hegemônica, portanto binária. Assim, no campo das pesquisas nas áreas referentes às ciências sociais, faz-se importante que sejam desenvolvidos mais trabalhos que versem sobre *performance* e *inteligibilidade* entre pessoas que se autoidentificam como não-binárias, como mais uma estratégia para descortinar a naturalização da ideia do gênero.

O combate ao machismo, à misoginia e à LGBTfobia se configuram como estratégias de promoção e prevenção em saúde, de modo que gestores e profissionais de saúde possuem o compromisso, tanto ético quanto técnico, de conceber maneiras de realizá-lo em seus espaços de atuação profissional. De modo semelhante, em meio às diversas situações de violência a que estão submetidas, pessoas trans são obrigadas a lidar com a violência institucional que, *per sí*, já se constitui como um problema de saúde pública, na medida em que impede o pleno exercício de suas cidadanias e as afasta inclusive dos espaços de cuidado em saúde.

Questionar a patologização e a marginalização dessas identidades – comumente associadas à prostituição e à violência – é uma via importante para a efetivação de uma cidadania verdadeira, que garanta direitos e promova políticas públicas que, de fato, dialoguem com as necessidades imediatas e os desejos das pessoas trans. O impacto da vivência em

desacordo com a matriz da inteligibilidade do gênero impõe os mais variados tipos de violências aos corpos infantis, expulsa adolescentes dos espaços doméstico e escolar, inflige vivências solitárias, gera constrangimentos cotidianos, restringe a inserção no mercado de trabalho formal e o acesso a políticas e instituições públicas, em decorrência da violência institucional, que se expressa por meio de omissão ou negação.

Desafiando as normativas cis-heterocentradas de gênero ou aliando-se a elas, no sentido de romper com o não-lugar da abjeção e alcançar padrões inteligíveis – a exemplo da ideia da *passabilidade* – travestis e mulheres trans resistem: *Eu não posso deixar isso me enfraquecer. Porque ó, meu amor, eu sobreviverei, viu? Eu só sim uma sobrevivente, nada vai me parar.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGALENÉA, H. **Privilégio de mulher trans?, feminismo, projeção (busca por amor):** toureando o diário de Clara Averbuck e mais um pouco. 2017. Disponível em:

<<https://transfeminismo.com/privilegio-de-mulher-trans-feminismo-projecao-busca-por-amor-toureando-o-diabo-da-clara-averbuck-e-mais-um-pouco/>>. Acesso em: mar. 2017.

ÁLVAREZ, A.P. Transitar periferias y resistir en la precariedade: cuerpos y identidades trans en el Caribe colombiano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 26, p. 353-374, jan./jun. 2017.

ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de gênero às redescobertas da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ARAÚJO, M.C. **Afinal, mulheres trans tiveram uma socialização masculina?** 2016.

Disponível em: <<https://transfeminismo.com/afinal-mulheres-trans-tiveram-uma-socializacao-masculina/>>. Acesso em: mar. 2017.

BARBOSA, B.C. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, ago. 2013.

BARRIENTOS, J. Situación social y legal de gays, lesbianas y personas transgénero y la discriminación contra estas poblaciones en América Latina. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 331-354, 2016.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do Gênero: A Politização das Identidades Abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 43, p. 441-474, jul./dez. 2014.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M.M. (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1987. p. 183-191.

BRANDÃO, T. O.; GERMANDO, I. M. P. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 5-15, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466/CNS, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de junho de 2013.

_____. Ministério da Saúde. **A Travesti e o Profissional de Saúde**. 2004. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos_campanhas/2010/42748/folhetoprofsaude.pdf>. Acesso em: set. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. 2013. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 2010. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/PoliticaNacional_SaudeIntegral_LGBT.pdf>. Acesso em: set. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de agosto de 2008.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de novembro de 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de dezembro de 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003. 236 p.

CABRERA, M.; VARGAS MONROY, L. Transfeminismo, decolonialidad y el asunto del conocimiento: algunas inflexiones de los feminismos disidentes contemporáneos. **Universitas Humanística**, n. 78, p. 19-37, jul./dez. 2014.

CARRARA, S.; CARVALHO, M. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CARRARA, S.; SAGGESE, G. Masculinidades, violência e homofobia. In: GOMES, R. (Org.). **Saúde do homem em debate**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. p. 201-225.

CASTELLANOS, M.E.P. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**, v. 19, n. 4, p. 1065-1076, abril 2014.

CHAZAN, L.T. “É... tá grávida mesmo! E ele é lindo!”: A Construção de ‘verdades’ na ultrasonografia obstétrica. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, RJ, v. 15, n. 1, p. 99-116, 2008.

COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, n. 15, p. 134-161, 2014.

COSTA, C. L. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 44, p. 79-103, jul./dez. 2014.

COX, L. **Vamos falar de outras feminilidades: Se não sou uma mulher**. 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/vamos-falar-de-outras-feminilidades-se-nao-sou-uma-mulher/#qs.clpBF6k>>. Acesso em: mar 2017.

DOURADO, M.I. et al. **Vulnerabilidade ao HIV/aids, sífilis e hepatites virais na população de travestis e transexuais e seus modos de vida em Salvador-Bahia**. Salvador, 2013.

DOURADO, M.I et al. Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, set. 2016.

FERREIRA, L. **O que o transfeminismo significa para mim**. 2013. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/o-que-o-transfeminismo-significa-para-mim/>>. Acesso em: mar 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

FREITAS, A. **Ensaio de construção do pensamento transfeminista**. 2005. Disponível em: <<https://midiaindependente.org/pt/blue/2005/12/340210.shtml>>. Acesso em: abril 2017.

FUJIRAMA, J.H. Sex Genes: A critical sociomaterial approach to the politics and molecular genetics of sex determination. **Signs**, v. 40, n. 1, 2014.

GIRALDO, F.U.; LA FURCIA, A. Pigmentocracia del deseo en el mercado sexual Trans de Cali, Colombia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 121-152, jan./abril 2014.

GONTIJO, F. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 43, p. 299-319, jul./dez. 2014.

GRAÇA, R. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. **Revista Perspectiva Filosófica**, Recife, v. 43, n. 1, p. 21-38, 2016.

GRACINDO, G.C.L. A moralidade das intervenções cirúrgicas com fins estéticos de acordo com a bioética principialista. **Revista Bioética**, Brasília, v. 23, n. 3, set./dez. 2015.

JESUS, J.G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, ed. 2, p. 8-19, 2012.

JESUS, J.G. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf>. Acesso em: mar 2017.

_____, J.G. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 78, p. 241-257, 2014.

_____, J.G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. 24p.

LONGARAY, D.A.; RIBEIRO, P.R.C. Travestis e (trans)sexuais: corpos transformados e produção da feminilidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, set./dez. 2016.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

LUGONES, M. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, P.S. “Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 67-80, 2005.

MALYSSE, S.R.G. Extensões do feminino: megahair, baianidade e preconceito capilar. **Studium (UNICAMP)**, Campinas, v. 11, p. 1-26, 2002. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/11/4.html>>. Acesso em: out. 2017.

MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p.

MUYLAERT, C.J. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 2 (esp.), p. 193-199, 2014.

ORTEGA, F. Corpo e tecnologias de visualização médica: entre a fragmentação na cultura do espetáculo e a fenomenologia do corpo vivido. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 237-257, 2005.

PACHECO, R.A.S.; PACHECO, I.S. Direito, violências e sexualidades: a transexualidade em um contexto de direitos. **Estudios Socio-Jurídicos**, Bogotá, v. 18, n. 2, p. 203-228, 2016.

PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica”: Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos: Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 6, n. 1 e 2, p. 97-112, 2005.

PINTO, J.P. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2002.

PRECIADO, B. Transfeminismo y micropolíticas del género en la era farmacopornográfica. **Artecontexto**, n. 21, Madrid, 2009.

ROCHA, C.B.A. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 43, p. 507-516, jul./dez. 2014.

SANTE, A.B.; PASIAN, S.R. Imagem corporal e características de personalidade de mulheres solicitantes de cirurgia plástica estética. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 429-437, 2011.

SANTOS, A. Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções. In: COELHO, M.T.A.D.; SAMPAIO, L.L.P (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 79-99.

SCHUCK, E.O. O papel do pensamento feminista brasileiro nos pós-colonialismos latinoamericanos. In: **I Seminário Internacional de Ciência Política (SICP)**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Schuck-SICP-2015.pdf>>. Acesso em: abril 2017.

SEGATO, R.L. Gênero e colonialidade: em busca das chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, v. 18, p. 106-131, 2012.

SILVA, L.A.V.; LOPES, M. Corpos híbridos e transexualidade: para além da dicotomia de gênero. In: COELHO, M.T.A.D.; SAMPAIO, L.L.P (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 25-39.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.

SQUIRE, C. From experience-centred to socioculturally-oriented approaches to narrative. In: ANDREWS, M; SQUIRE, C; TAMBOUKOU, M (Org.). **Doing Narrative Research**. Los Angeles/ London/ New Dehli: SAGE, 2ed., 2013.

TEIXEIRA, F.B. Histórias que não têm Era Uma Vez: as incertezas da transexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, maio/agosto, 2012.

WAILOO, K. Chlorosis Remembered: Disease and the Moral Management of American Women. In: WAILOO, K. **Drawing Blood**: Technology and Disease Identity in Twentieth Century America. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

WEINSTOCK, A.M. Aportes del feminismo a la lucha socioambiental. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22(2), n. 304, p. 647-655, maio-agosto/2014.

APÊNDICE I

POPTRANS

Roteiro 3 - entrevista semiestruturada

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
Nome social: idade, o que faz (trabalho/profissão, estudos), onde mora, com quem mora	
Nome do entrevistador:	
<p>Os tópicos abaixo se referem aos grandes blocos de questões do questionário. Este novo contato com algumas participantes do inquérito epidemiológico será importante para aprofundar alguns desses pontos. Neste momento, será importante que a interlocutora possa relatar suas interações cotidianas e sua história relativa aos tópicos que aparecem abaixo. Será importante que a entrevista/conversa seja gravada. Neste caso, a interlocutora deve assinar (com seu nome social) o <i>termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)</i>, caso haja autorização para a gravação e utilização dos relatos. Se a interlocutora não souber assinar (ou não quiser), após a explicação sobre objetivos da pesquisa (nova etapa) pelo/a pesquisador/a, ela deve autorizar verbalmente (a autorização deve ser gravada). É importante destacar que o anonimato ficará garantido.</p>	
<p>A partir dessa entrevista, outros encontros/interações poderão ocorrer para complementar alguma informação ou mesmo para enriquecer as narrativas (biografias) referentes aos tópicos ou blocos destacados em cada conversa, seguindo uma perspectiva mais etnográfica.</p>	

Bloco 1 - Identidade e corpo	
TÓPICOS	AO PESQUISADOR/A
<ul style="list-style-type: none">• Tópico inicial <p>1 Você poderia contar um pouco de sua história?</p> <ul style="list-style-type: none">• Construção de si	<p>Pergunta inicial para mobilizar a entrevista (disparadora da conversa - narrativa). Peça à sua interlocutora para falar um pouco dela, contar um pouco de sua história de vida. Deixe que ela inicie ou conte livremente sua história a partir de qualquer ponto ou momento de sua vida (o que julgar importante).</p>
<p>2 Você poderia falar mais de si, como você se identifica ou se define hoje?</p>	<p>Pedir à sua interlocutora para se descrever livremente. Deixe que ela explore todos os aspectos que julgar importantes. Observe se ela se identifica como travesti, transexual, etc. Importante: não induza uma resposta.</p>
<ul style="list-style-type: none">• Processo de modificação ou transformação do corpo	<p>Observação: transformação/modificação aqui não se restringe ao uso de silicone e hormônio (deixe que ela explore e traga todos os “elementos”, “acessórios” e “atividades” de</p>

<p>3. Você poderia contar um pouco de sua história para chegar ao corpo e aparência que você tem hoje?</p>	<p>seu dia a dia para modificar seu corpo/aparência).</p>
<p>4. Você poderia contar o que usa e como faz para modificar ou transformar seu corpo ou aparência?</p>	<p>Em caso de uso de silicone e/ou hormônio, observe se há diferenças entre o uso e a forma entre um e outro. Deixe que ela conte detalhes deste uso e como os utiliza.</p>

<p>Bloco 2 – Itinerários terapêuticos/ acesso aos serviços de saúde</p>	
<p>TÓPICO</p>	<p>AO PESQUISADOR/A</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Busca de cuidados à saúde <p>5. Você poderia contar o que você faz e o que acontece quando tem algum problema de saúde?</p> <p>6. Você poderia contar o que acontece quando você precisa de algum serviço de saúde?</p> <p>7. Você poderia contar o que você faz para se proteger ou cuidar de sua saúde? E em relação ao HIV/aids e outras doenças sexualmente transmissíveis?</p>	<p>Observar se a interlocutora procura algum serviço de saúde ou outras práticas terapêuticas, como a própria religião.</p> <p>Em caso de ida a algum serviço de saúde, explorar: motivos da busca, obstáculos e o que ocorre no decorrer da procura e do atendimento dos profissionais.</p> <p>Em caso de busca para a modificação corporal, explorar: obstáculos e/ou facilidades no acesso aos serviços de saúde.</p> <p>Observar se há alguma preocupação ou estratégias de cuidado em relação às práticas sexuais.</p>

<p>Bloco 3 - Estigma, violência e discriminação</p>	
<p>TÓPICOS</p>	<p>AO PESQUISADOR/A</p>
<ul style="list-style-type: none"> • A experiência na cidade <p>8. Você poderia contar um pouco como é sua vida em Salvador?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência com a violência e discriminação na cidade 	<p>Observar se “a vida na cidade” está vinculada a histórias de violência e discriminação.</p> <p>Explorar as dificuldades e facilidades vividas nos diferentes lugares da cidade, incluindo o lugar onde mora. Observar os casos de discriminação vindos de pessoas estranhas e conhecidas.</p> <p>Observação: estas histórias podem também surgir ao longo da conversa (por exemplo, ao falar de serviços de saúde, de suas relações com colegas, família, etc).</p>

<p>9. Você poderia contar o que acontece e o que você sente quando está nas ruas ou em outros lugares da cidade, incluindo o lugar onde você mora?</p> <p>10. Você poderia contar como você é tratada nestes lugares (serviços, bairro, rua, casa, etc).</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Bloco 4 - Sociabilidades e relacionamentos	
TÓPICOS	AO PESQUISADOR/A
<ul style="list-style-type: none"> • Relações sociais (amizade, trabalho, escola e família) <p>11. Você poderia contar como é o seu dia a dia e suas relações com pessoas amigas?</p> <p>12. Você poderia contar como é o seu dia a dia e suas relações com as pessoas do seu trabalho e/ou da escola/faculdade?</p> <p>13. Você poderia contar como é o seu dia a dia e suas relações com sua família?</p>	<p>Pedir para ela falar livremente sobre seu grupo de amizade e pessoas com quem ela se relaciona no seu dia a dia.</p> <p>Explore como são estas interações/relacionamentos.</p> <p>Se o trabalho incluir a prostituição, explorar como é o seu dia a dia fazendo ponto ou prostituição.</p> <p>Explore se essas pessoas são parecidas ou diferentes dela (se são travestis, transexuais, se moram no mesmo local, saem e/ou vivem/trabalham juntas).</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Relações afetivas <p>14. Em relação à sua vida afetiva (namoro/ casamento), você poderia falar um pouco mais dela?</p>	<p>Deixe que ela fale livremente se está se relacionando com alguém. Explore como ela está vivendo, dificuldades, facilidades e obstáculos na relação.</p>

Bloco 5 – Projetos ou perspectivas para o futuro	
TÓPICOS	AO PESQUISADOR/A
<p>15. Você poderia falar um pouco sobre o que você pensa ou deseja para o seu futuro?</p>	<p>Observe que isso pode surgir ao longo da conversa, quando o/a entrevistado/a fala sobre estudos, trabalho, namoro, casamento, profissão, etc.; explorar e aprofundar esses aspectos.</p>

16. Algo mais que queira contar.